

ATA N.º 11/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2021:

No dia cinco de maio de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas e treze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 112/DAFRH-DAAG/2021 foi, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a primeira reunião de câmara pública ordinária do mês de maio, para o dia 5 de maio de 2021, às 15.00 horas, a realizar-se no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela. A presente reunião realiza-se ao abrigo dos nºs. 2 e 3, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 21/2021, de 18 de abril. Neste contexto a participação do público fica sujeita a inscrição prévia, mediante a apresentação do assunto.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2021

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2021

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2021

PONTO 4 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021

PONTO 5 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela 2021

PONTO 6 – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca

PONTO 7 – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO 8 – Protocolo de Colaboração entre a Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário (APDC) e o Município de Palmela

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires, Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho e a Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atualmente EB Zeca Afonso)

PONTO 10 – Revisão do Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-noturno do Concelho de Palmela – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 11 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para o financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Festas de São Gonçalo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS / DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco, no período compreendido entre 21.04.2021 a 04.05.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico / Departamento de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 19.04.2021 a 02.05.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 19.04.2021 a 02.05.2021.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 21.04.2021 a 04.05.2021, no valor de 2.082.281,59 € (dois milhões, oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 5.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.05.2021, apresenta um saldo de 11.666.798,14 € (onze milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e oito euros e catorze cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.094.227,18 € (dez milhões, noventa e quatro mil, duzentos e vinte e sete euros e dezoito cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.572.570,96 € (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta euros e noventa e seis cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Letícia Magalhães).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Margarida Cabrita Aleixo Carreira Agostinho).

“A ginasta Margarida Agostinho, residente em Pinhal Novo, em representação de Portugal, classificou-se em 5.º lugar na final da competição individual de Tumbling, escalão sénior, do Campeonato da Europa de Trampolins, Duplo Mini-Trampolim e Tumbling que se realizou em Sochi, Rússia, entre 29 de abril e 2 de maio.

A ginasta pinhalnovense, uma das mais novas em competição, apurou-se para disputar a final, ao classificar-se em 6.º lugar entre as melhores 16 melhores ginastas europeias. Na final melhorou as notas dos seus dois saltos conseguindo um excelente 5.º lugar final.

Reunida em Palmela, a 5 de maio, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Margarida Agostinho por este excelente resultado internacional, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Letícia Magalhães).

“Letícia Magalhães, que representa a Palmela Desporto, EM, na modalidade de natação, sagrou-se Campeã Nacional de Duatlo, no escalão de juvenis femininos, ao vencer o Campeonato Nacional de Juvenis – IV Duatlo Jovem de Portalegre, realizado no dia 1 de maio, em Portalegre.

Reunida em Palmela, a 5 de maio, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Letícia Magalhães pela conquista do título de Campeã Nacional de Duatlo, juvenis femininos, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Reunião descentralizada da Câmara Municipal de Palmela – O Sr. Presidente informa que no próximo dia 19 de maio, pelas 21.00 horas, vai realizar-se uma reunião de câmara descentralizada. A saber: na SIM (Sociedade de Instrução Musical) em Quinta do Anjo, no âmbito da *semana da Freguesia de Quinta do Anjo*.

. Calendário do “Eu participo” – O Sr. Presidente informa que a 1.ª fase do “Eu participo” irá decorrer antes do período eleitoral, ficando a realização da 2.ª fase para o período pós eleitoral. Esta 1.ª fase irá decorrer num intenso calendário que preenche todas as noites da semana de 24 a 28 maio, com a primeira sessão a realizar no dia 24 em Poceirão, no Parque Mário Bento; no dia 25 em Marateca, no Pavilhão Multiusos da Junta de Freguesia; no dia 26 em Palmela, na Biblioteca Municipal ou Cine-Teatro São João; no dia 27 em Pinhal Novo, na Junta de Freguesia de Pinhal Novo e no dia 28 em Quinta do Anjo, na Sociedade de Instrução Musical. Portanto, apela à participação de toda a população que queira comparecer.

. Plano de vacinação COVID-19 / Testagem – O Sr. Presidente informa sobre tudo o que tem vindo a ser tratado e negociado com as Entidades de Saúde relativamente ao plano de vacinação, porque, tal como já deu conhecimento, o município tem feito um investimento e um esforço consequente em todos os domínios, para que o processo decorra com celeridade para que o concelho obtenha o maior número de cidadãos e cidadãs vacinados com a 1ª e a 2ª dose, o mais rapidamente possível. Informa que na reunião de sexta-feira, procurou-se junto da Autoridade de Saúde e do ACES Arrábida, disponibilizar mais um espaço para funcionar como centro de vacinação, uma questão que foi muito avaliada, no entanto, ficou explícito que não era possível dividir os recursos já existentes não iria duplicar o números de vacinados, pelo contrário, até porque alguns recursos que existem não são divisíveis, ou seja, seria preciso ter mais enfermeiros e mais um médico especialista em reanimação, para além das estruturas físicas, que essas sim, o município estava disponível para investir na criação das melhores condições. Face a esta posição da Administração de Saúde, o município tem estado a trabalhar num plano que, em 1º lugar, visa assegurar o transporte de cidadãos que necessitem, como tem assegurado até à data e também na vacinação domiciliária. Aliás, o município foi o 1º município da península de Setúbal a fazer a vacinação ao domicílio, com um número já significativo e colocou-se unidade móvel de saúde à disposição para numa outra fase, porque, não obstante a vacinação para os maiores de 80 anos estar perto dos 100%, ainda existem

alguns grupos que não foram vacinados, portanto, o município está a trabalhar em conjunto com a Saúde e com as Juntas de Freguesia, para com a unidade móvel poder fazer alguma vacinação descentralizada. Em relação aos números, que recebeu hoje, acumulados a 2 de maio, informa que nas estruturas residenciais para pessoas idosas, o total de inoculações aproxima-se das 3500, mas, em bom rigor, o número de cidadãos com a 1ª e 2ª dose, nestas estruturas, atinge neste momento, 1795. Nos utentes em geral, maiores de 80 anos, neste momento, estão 5322 cidadãos vacinados, de facto, foi o grupo pelo qual se começou e que tem uma percentagem elevadíssima. Em relação aos utentes com mais de 50 anos, com patologia associada e menos de 66 anos, já estão vacinados com a 1ª dose 1772. Relativamente ao grupo que esteve, recentemente a ser chamado, entre os 65 e 80 anos, a fase II já atingiu os 6402 utentes. Quanto aos bombeiros, forças de segurança, médicos do sector público e privado, dentistas, técnicos superiores de saúde, estão vacinados 164 profissionais, 1054 vacinados entre o pessoal docente e não docente e 238 para o pessoal que trabalha nas IPSS, mas em relação à vacinação ao domicílio ainda não tem os dados atualizados. Portanto, está anunciado uma intensificação da vacinação, nos próximos dias, informa que o município continua a apostar na criação das melhores condições para o efeito e, possivelmente, vão começar a vacinar ao sábado e ao domingo, o que implica ter um maior número de trabalhadores do município, da E.M. Palmela Desporto e das empresas que estão contratadas para a higienização, portanto, espera que com todo este trabalho, seja possível chamar largas centenas de pessoas por dia para que sejam vacinadas e que não passem muito tempo nas filas, aliás, já aconteceram alguns incidentes, porque esta questão da marcação prévia e autónoma de cada um, não está a funcionar bem, houve uns casos mais mediáticos noutros concelhos, mas, no passado fim-de-semana, à porta do pavilhão também já aconteceu um maior aglomerado de pessoas, portanto, é uma situação para a qual o município já alertou para que esta situação seja mais bem planeada, porque com esta pré-marcação, podem aparecer pessoas de outros pontos do país e de outros concelhos que, depois em função da disponibilidade, são enviados para centros de vacinação, nomeadamente para o do concelho de Palmela.

. Candidatura ao POSEUR para recolha seletiva de Biorresíduos – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta os presentes e informa que, recentemente foi aprovada a candidatura da Câmara Municipal de Palmela ao Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - POSEUR, para a "*Recolha Seletiva de Biorresíduos no Concelho de Palmela*". Esta candidatura visa a criação de circuitos de recolha específicos para restos alimentares e resíduos verdes e contemplará a aquisição de novas viaturas de recolha. Desenhada a partir dos conceitos de economia circular e de *smart cities*, a candidatura foi pensada de modo a fechar o ciclo que abrange a produção, a separação na fonte, a recolha, o tratamento e a valorização dos resíduos, com os menores custos ambientais, financeiros e com

a máxima valorização do resíduo. A operação prevê um investimento global de 793.500,06€, com um valor elegível de 525.106,99€, cofinanciado em 75% pelo Fundo de Coesão e contemplará os estabelecimentos com elevado potencial de produção de biorresíduos, como os restaurantes e as cantinas escolares do concelho. Integra, ainda, o fornecimento de contentores de 60 litros para recolha porta a porta de biorresíduos em 1000 moradias, na Urbanização Vila Serena e Bairro Lencastre, em Pinhal Novo, no Bairro Padre Nabeto em Aires e na Urbanização Portais da Arrábida, Quinta do Anjo. Espera-se que a *"Recolha Seletiva de Biorresíduos no Concelho de Palmela"*, uma importante candidatura levada a cabo pelo município de Palmela, venha a melhorar em muito a qualidade do serviço prestado aos munícipes e, ao mesmo tempo, contribua, num importante esforço, para aproximar a autarquia das metas de reciclagem e valorização dos resíduos e desvio dos resíduos do aterro.

. 1.º Estudo imunológico ao vírus SARS-CoV-2 aos/às trabalhadores/as da Câmara Municipal de Palmela – O Sr. Vereador Adilo Costa cumprimenta os presentes e refere que, ao longo destes dois últimos meses, o serviço de Saúde Ocupacional tem realizado rastreios mensais, em diversos serviços municipais, abrangendo determinados grupos profissionais, nomeadamente, os que têm maior número de trabalhadores/as em trabalho presencial, cujas tarefas não permitem o recurso ao teletrabalho, incluindo o serviços de atendimento ao público. Concretizados os 2 primeiros rastreios, volvido cerca de ano e meio de pandemia, considera que o 3.º rastreio, que teve início no final do passado mês de abril, deve integrar todo o efetivo da autarquia, com o objetivo de possibilitar a realização de um "estudo imunológico" interno, bem como proporcionar aos trabalhadores o conhecimento sobre a eventual imunidade que poderá ter face ao vírus SARS-CoV-2. Neste âmbito, desde o dia 28 de abril e até 19 de maio, a equipa de enfermagem e segurança no trabalho, irá realizar um conjunto de deslocações a várias instalações da autarquia, para realização de Testes Rápidos de Pesquisa COVID 19 – IgG/IgM (teste em cassete – sangue total). Refere ainda que a participação é voluntária, sendo que o teste será realizado após o consentimento do/a trabalhador/a, garantindo o sigilo e confidencialidade dos dados.

. Empreitada de arruamentos Pinhal Novo - Sul – O Sr. Vereador Adilo Costa informa que o município adjudicou a Empreitada de Arruamentos Pinhal Novo – Sul, pelo valor total de 139.516,14€. Esta obra tem um prazo previsto de 45 dias, consiste na repavimentação de vários arruamentos na zona sul do Pinhal Novo, em cerca de 23.000m², com fresagem do existente onde necessários, aplicação de camada de desgaste, execução de sinalização horizontal, incluindo delimitação de estacionamento, rebaixamento de lancis em zonas de passeadeiras e outros trabalhos.

. Pavimentação da Rua dos Brejos Carreiros, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Adilo Costa informa que o município abriu concurso para a obra de pavimentação da Rua dos Brejos Carreiros, na Quinta do Anjo, pelo valor de 108.000,00€ + IVA. Esta obra tem um prazo previsto de 60 dias e consiste na pavimentação de uma extensão de 840 metros.

. Município apresenta estudo de trânsito e estacionamento aos moradores da Rua José Régio, no Pinhal Novo – O Sr. Vereador Adilo Costa informa que irá decorrer uma reunião entre o município e os moradores da Rua José Régio (Pinhal Novo), no dia 6 de maio, às 21h00, no auditório da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, para apresentar e debater com a população as três soluções em estudo, para o reordenamento do trânsito e estacionamento que foi desenvolvido para esta via. O município tem recenseado as preocupações apresentadas pelos moradores, devido à intervenção da GNR, nesta Rua, no troço entre a Rua Zeca Afonso e a entrada na Urbanização da Salgueirinha, sobretudo na zona de moradias, onde o estacionamento de ambos os lados, provoca o estreitamento da via de dois sentidos.

. Mercado Caramelo em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha informa que irá realizar-se nos próximos dias, 8 e 9 de maio, o Mercado Caramelo, organizado pela Junta de freguesia de Pinhal Novo e Confraria da Sopa Caramela. Apesar do atual contexto, a organização resolveu, de forma resiliente, assinalar a data com a realização de um mercado de produtores locais da freguesia no Largo José Maria dos Santos, com um programa de animação itinerante nas ruas da Vila, desafiando a população de Pinhal Novo, uma vez mais, a entrar no espírito da iniciativa decorando as janelas e varandas. Em parceria com o município de Palmela, também fará parte do programa, a exposição de brinquedos tradicionais “O Recreio” da coleção particular de Hélder Esdra Martins, patente no Mercado Municipal, em Pinhal Novo, de 02 a 16 de maio. O Mercado Caramelo e a promoção destas parcerias pretendem contribuir para o fortalecimento das tradições locais e para a promoção do conhecimento histórico da localidade, da região, em particular, dos costumes, da cultura local associada ao evento e às gentes que o criaram. Para além da recriação histórica, esta iniciativa pretende ainda, promover um produto que a ele se encontra indelévelmente associado, a Sopa Caramela, contribuindo para a dinamização do comércio tradicional local e para a divulgação turística da região, dando assim continuidade, mas com um novo impulso, a um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido localmente pelas diferentes associações da freguesia.

. 1ª Edição do Salão Internacional de Turismo e Imobiliário de Lisboa | Alentejo | Setúbal - SITILAS – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha anuncia a participação do município de Palmela na 1.ª edição do Salão Internacional do Turismo e Imobiliário de Lisboa, Alentejo e Setúbal - SITILAS, organizado por esta Câmara de Comércio, nos próximos dias 13,

14 e 15 de maio, da qual é parceiro. O município tem desenvolvido um conjunto significativo de ações para apoiar as suas empresas, visando a promoção e valorização do território, o apoio aos agentes económicos, com a criação de novas dinâmicas num quadro estratégico de fortalecimento do tecido económico. Refere que este Salão Internacional tem como principal foco, a promoção dos territórios, a captação e fixação de investimento nacional e internacional e a criação de redes entre as regiões portuguesas e europeias. O evento vai decorrer num formato digital a conta com stands e salas de conferências, através dos quais, o município de Palmela irá apresentar-se num espaço virtual, em salas de conferências, para apresentar os seus valores e recursos endógenos. Refere ainda que os conteúdos desta edição, vão estar disponíveis e poderão ser visualizados durante 3 meses, que irá aumentar a visibilidade e a promoção dos territórios. Portanto, é mais um passo, no compromisso para o desenvolvimento económico e posicionamento geoestratégico do município de Palmela, através da qual sedimenta a visão de cooperação e aprofundamento de sinergias.

. Encontro Regional de Cultura dinamizado pela AMRS (Associação de Municípios da Região de Setúbal) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que o forte envolvimento do município de Palmela no planeamento e organização do Encontro Regional de Cultura. Dinamizado pela Associação de Municípios da Região de Setúbal – AMRS, que irá decorrer no próximo dia 7 de maio, a partir das 9h30, no Fórum Luísa Todi, em Setúbal. Esta iniciativa é dinamizada pela AMRS e integra um programa com 3 painéis centrais, A cultura como Estratégia de desenvolvimento nos Territórios Culturais; Participação Para o Desenvolvimento Cultural e Artes, Artistas e Trabalhadores da Cultura, que pretende ser uma reflexão sobre a cultura e o trabalho na área cultural da região, com uma abordagem sobre diversas temáticas. Com o envolvimento de todos os municípios associados, este Encontro ganha especial importância, num momento tão crucial e difícil, para o setor da cultura e pretende consolidar-se como uma espaço aberto à participação e contributo de todos os intervenientes na vida cultural da região e conta com a participação de várias personalidades ligadas à Cultura e ao Associativismo Cultural.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Raul Cristovão, José Calado e Carlos Vitorino

. Viatura de emergência viu-se impedida de passar por causa do trânsito – O Sr. Vereador Raul Cristovão cumprimenta os presentes e refere que no dia 3, durante a manhã, repetiu-se uma situação para a qual já aqui havia sido alertada, ou seja, nessa manhã, a viatura de uma enfermeira que ia prestar cuidados médicos foi travada por causa do tráfego nessa rua e, quando chamou a atenção para a situação, foi ofendida. No dia seguinte, a mesma enfermeira seguiu numa ambulância para ir buscar uma utente que precisava de cuidados

médicos e ficou novamente parada por um longo período de tempo. Portanto, as pessoas ali estacionam mal, há alguns abusos e, de facto, destes dois casos, chamam a atenção para aquela rua que numa situação de emergência médica, não é possível circular por ali em condições. Por isso, mais uma vez alerta para se colocar ali sinalética e uma maior intervenção da GNR.

. **Monos e lixo – O Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e volta a referir a questão da recolha de monos e lixo porque a situação agravou-se nos últimos tempos. Para além de receber algumas reclamações de munícipes, também se deslocou a vários locais e apercebeu-se que a situação está a piorar. Há mais de um ano que falam sobre este assunto, mas parece que não têm conseguido ter grande sucesso nesta área. Portanto, neste fim-de-semana, deslocou-se a vários lugares e constatou, de facto, que a situação está muito complicada, sobretudo nas zonas rurais onde verifica-se um pandemónio. Em algumas zonas, como já foi referido anteriormente, os animais espalham o lixo, para além de sacos mal acomodados no exterior e outros materiais que, com o vento, se espalham por vários metros. Portanto, quando intervém neste sentido, deseja que consigam resolver este problema. Recorda-se ainda que de ter proposto, numa outra altura, que se pensasse em estabelecer um protocolo com a GNR, que desconhece se é ou não possível, mas talvez pudesse ser um caminho a seguir, porque a GNR é atuante nesta área e as pessoas tendem a respeitar mais. Depois, propõe, sobretudo, nesses locais mais problemáticos que a autarquia coloque uns cartazes a informar qual local mais próximo para que as pessoas possam descarregar os monos, porque, nesta deslocação que fez, encontrou 2 ou 3 casos nos quais as pessoas desconheciam onde colocar os monos, por exemplo, portanto se houvesse mais informação espalhada pelo concelho onde se situa o Centro de Transferência de Resíduos Valorizáveis de Pinhal Novo e o horário, para que as pessoas possam deslocar-se até lá ou questionar sobre a recolha dos mesmos.

. **Empresários da Urbanização Val'Flores desmotivados (Pinhal Novo) – O Sr. Vereador José Calado** volta a questionar o Sr. Presidente, porque os empresários de Val'Flores voltaram a entrar em contacto com o MIM, referindo que também estabeleceram contacto com a autarquia através de email, porque encontram-se desmotivados com o estado da sua situação. Por isso, aconselha o Sr. Presidente a encetar uma reunião com os empresários daquela zona, porque demonstram estar desmotivados, apreensivos e alguns referem que não tencionam voltar a investir no concelho de Palmela, o que o deixa desagrado por ver aquelas pessoas com vontade em investir no concelho, mas com a atual situação que estão a passar, de ver os prédios construídos e ainda não ter acesso à eletricidade. Aproveita e volta a perguntar qual é o prazo de espera, ou seja, até quando esta situação se vai manter,

porque se estes empresários souberem disso, poderão estar, eventualmente mais preparados e descansados em relação aos investimentos.

. Muro no Largo de S. João, em Palmela, apresenta sinais de degradação – O Sr. Vereador Carlos Vitorino cumprimenta os presentes e refere que o muro do largo de São João, junto à Biblioteca, apresenta alguns sinais de degradação, apesar de não aparentar tratar-se de problemas estruturais, ainda assim, já merece uma reparação, porque, tendencialmente irá degradar-se ainda mais.

. Ervas daninhas a necessitar de serem cortadas – O Sr. Vereador Carlos Vitorino refere que na parte inferior desse muro do Largo São João, ou seja, na parte lateral do jardim, a parte de cima até está arranjada, mas se seguirem na direção daquele caminho que vai confluir com as traseiras do Chafariz D. Maria I, a zona está cheia de ervas daninhas e já bastante altas, portanto, aquela zona já merecia um corte de ervas, sobretudo, porque o tempo começa a aquecer.

. Previsão para o asfaltamento da Rua dos Marinheiros – O Sr. Vereador Carlos Vitorino refere que esteve recentemente com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, em Brejos do Assa, a falar com alguns moradores e questiona sobre o ponto de situação da Rua dos Marinheiros, uma vez que falta asfaltar uma parte dessa rua, ou seja, se há alguma previsão para terminar a pavimentação que está em falta. Tomou conhecimento que houve uma reunião, foi enviado um ofício pelo município que referia que aquela obra seria objeto de planeamento, portanto, era para saber se já há alguma previsão.

. Estado de degradação das instalações do “Rouxinol” – O Sr. Vereador Carlos Vitorino apesar de saber que não é uma responsabilidade do município, pergunta, uma vez que a autarquia tem condições em termos de salubridade e saúde pública para poder fazer algo em relação ao edifício das antigas instalações do Rouxinol. Refere que o estado atual é degradante, foi totalmente vandalizado e, uma vez mais, lamenta o total estado de abandono daquelas instalações e, pergunta se é possível à autarquia, vedar o espaço ou até mesmo tapar com cimento as portas e janelas, para que não ocorra nenhum acidente ou que venha a ser objeto de algumas atividades ilícitas no seu interior.

Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Raul Cristovão, José Calado e Carlos Vitorino, são dadas as seguintes respostas:

_ Viatura de emergência viu-se impedida de passar por causa do trânsito – O Sr. Presidente refere que o município também foi contactado por moradores da rua e o processo está encaminhado para a fiscalização municipal, porque não se trata apenas de um problema de acesso a viaturas de emergência, ou seja, também há ali problemas com uma vedação que estreita muito a via, questões relacionados com cadastro, enfim, não é um assunto fácil de resolver, sobretudo, quando também não há bom senso entre os moradores, porque existe ali uma litigância, portanto, nestas circunstâncias, a atuação que o município vier a ter, terá de ser justa e em concordância com as leis e regulamentos em vigor.

_ Monos e lixo – O Sr. Presidente refere que o executivo municipal também tem as mesmas preocupações que o Sr. Vereador José Calado, no entanto, também tem de dizer, com muita objetividade, que o serviço de recolha de monos tem estado muito melhor, nos últimos meses e, prova disso, é a diminuição das toneladas recolhidas, como o diminuto número de reclamações que, anteriormente estavam na ordem das dezenas por mês e, neste momento, são muito menos. No entanto, entre 25 de abril e 3 de maio, foi, de facto, um período de alguma complexidade, com os feriados, mais pessoas em casa, a melhoria do tempo e o retorno à limpeza de quintas e habitações. Depois, também se verificou uma suspensão na recolha por alguns dias e, naturalmente que após essa suspensão, a empresa prestadora do serviços, ao ir ao local, encontrou o dobro daquilo que costuma levar, portanto, registaram-se alguns problemas, em locais devidamente identificados, um deles foi na zona do Terrim e Carregueira, mas também houve noutros, nos quais estão a procurar recuperar. Quanto à informação, refere que essa informação já saiu nas cartas de faturação de água, durante uns meses e, sim, é uma informação que deve ser enviada novamente, tal como outras soluções, de outros postos de transferência de resíduos, no entanto, nessa comunicação que é dada às populações, defende que não basta informar as pessoas onde pode depositar, porque pode ir entregar à Amarsul ou pagar a uma empresa para fazer esse depósito, porque não se trata apenas daquela pessoa, singular que deixa junto ao contentor um saco de resíduos verdes, bem acondicionado, como muitas fazem neste concelho, essas deposições que as pessoas tanto reclamam e que deixam qualquer um perplexo, são depósitos enormes de mobiliário velho, arbustos grandes e outro tipo de resíduos, até de obras e veículos, portanto, tanto a lei como o regulamento para essa deposição, explicita a quantidade e se for superior aquela que vem referida, deverá contactar os serviços municipais e agendar essa recolha. Depois, em algumas zonas periurbanas, existem algumas quintas que, se calhar nem estão devidamente licenciadas, sem contracto de água, não pagam a tarifa de resíduos, mas, de facto, o município tem de atuar, sobretudo melhorar a informação, sensibilizar os cidadãos para perceber que fazer lixo não é um direito, porque os monos são um serviço que é pagos por todos. Depois, ainda há a questão das pequenas empresas de jardinagem ou de pequenas obras que têm o dever de transportar esses resíduos para o Centro de Transferência de Resíduos Valorizáveis e se a

quantidade for superior ao que é aceite, até à Amarsul. De facto, registaram-se durante 2 ou 3 dias, uma interrupção de alguns circuitos e também de algumas avarias, sobretudo numa viatura da recolha de monos, que ainda persiste, mas, obviamente que o município vai procurar melhorar a informação, porque também vão entrar naquele período em que é obrigatório a limpeza dos terrenos, quintas e outras habitações, que dão origem a estes picos de resíduos. Por isso aceita com agrado a sugestão do Sr. Vereador José Calado e, até a propósito do Dia do Ambiente, fazer uma intensa campanha, naturalmente que ninguém gosta de ver a sua terra suja e nessa campanha, vão novamente, sensibilizar, porque tem de haver a colaboração das pessoas, tem de haver civismo, porque todas as verbas que o Sr. Vereador Pedro Taleço pede, para reforçar a fiscalização, com empresas no local, a vigiar em permanência, 24 horas por dia, não tem surtido o efeito esperado, mas foi uma tentativa que o município fez e, a parceria com a GNR mantém-se, aliás, qualquer questão de natureza ambiental tem acompanhado os serviços municipais, mas a prioridade tem sido dada aos terrenos que estão por limpar, sobretudo com o prolongamento até 15 de maio.

_ Empresários da Urbanização Val'Flores desmotivados (Pinhal Novo) – O Sr. Presidente sobre a questão da ligação da eletricidade na Urbanização Val'Flores, refere que tem estado sempre disponível para reunir com toda a gente e fala com muitos desses empresários, várias vezes por semana, ao telefone, no entanto, importa clarificar a responsabilidade municipal, porque o município fez uma obra, remodelou infraestruturas, foi obrigado pela EDP a realizar projetos novos para as próximas fases, uma situação que contestou e continua a contestar porque já existiam infraestruturas aprovadas pela EDP e deveriam ser reaproveitadas. Depois, foram várias vezes convocados e os empresários sabem disso, para fazer a receção das obras, nem que fosse provisória e da verificação que foi feita, detetou-se algumas inconformidades da parte de alguns construtores que tinham os cabos à vista e não tinham as valas enterradas, depois outro, por acidente, com a sua máquina partiu um armário, enfim, apesar de tudo isto, não havia motivo para não fazer a receção da obra, tendo a EDP considerado que não havia condições e adiaram e, por conta disto, passaram-se meses sem uma resposta efetiva da EDP. Refere que falou com a EDP, ao mais alto nível e, é necessário fazer um corte de energia programado, num determinado, para fazer a ligação aos PT's, portanto, tem sido essa a pressão que o município, diariamente faz à EDP, aliás, ainda esta manhã, o município voltou a insistir com a EDP, porque já investiu ali cerca de 300 mil euros, só naquela fase, obviamente para servir quem ali constrói e quem pretende ir para ali viver. Portanto, neste momento, ainda não há condições para emitir a licença de utilização, mas não é só por causa da EDP, é porque ainda falta acabar algumas obras, no entanto, percebe que tem sido esforço enorme para os empresários, porque os geradores, não são apenas dispendiosos, como também funcionam a gasóleo e, em termos ambientais, são menos eficientes e sustentáveis para alimentar de energia as obras e os sistemas de vigilância que lá

estão colocados para não serem sistematicamente roubados. Informa que foi prometido pela EDP que até o final de abril, o assunto estaria resolvido, mas já vão na primeira semana de maio e tal não aconteceu, pelo que irá, novamente pedir explicações, junto de quem decide na EDP, por que razão ainda não foram feitas as respetivas ligações, porque, de facto, é uma situação que se prolonga há demasiado tempo e preocupa todos os envolvidos.

_ Muro no Largo de S. João, em Palmela, apresenta sinais de degradação – O Sr. Presidente refere que, de facto, é uma preocupação, porque foi feita uma boa requalificação dos muretes do jardim, na qual, o município obteve, inclusivamente estudos e estimativas orçamentais por parte de empresas, porém não se pode fazer por ajuste direto aquele valor de obra, portanto, terá de ir concurso e para isso é necessário tempo, procedimentos e que as empresas estejam inscritas, com a respetiva documentação e alvarás, na plataforma de concursos públicos. Acrescenta ainda que está a ser feito um esforço para lançar esse concurso muito em breve.

_ Estado de degradação das instalações do “Rouxinol” – O Sr. Presidente refere que também tem as mesmas preocupações, não só por aquela imagem deplorável das instalações ser, por vezes, intencionalmente ou por ignorância, associado a alguma inércia ou desmazelo do município, quando o município não teve nada a ver com o assunto. Portanto, atreve-se a sugerir que os serviços municipais, nomeadamente através da administração urbanística e proteção civil que possam efetuar uma vistoria ao local, determinando o encerramento de vãos e limpeza do espaço, porque, de facto, tem de se encontrar uma solução para aquele edifício. Considera que os administradores de insolvência não podem estar só à espera de faturar com uma eventual venda, também têm obrigações sobre o edificado, ou seja, não podem pôr em causa questões de segurança, salubridade e imagem, porque as questões da imagem pública também têm de ser acauteladas, portanto, o município irá realizar todos os possíveis para encetar esses procedimentos, sem prejuízo de outras informações que os Srs. Vereadores entendam aduzir.

_ Ervas daninhas a necessitar de serem cortadas – O Sr. Presidente refere que o acesso que vai dar às traseiras do Chafariz e a escadinha que desce em direção à Estrada Nacional, o Sr. Vereador Pedro Taleço irá esclarecer melhor.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que aquele espaço levou herbicida no início desta semana e está para breve o corte final das ervas, mas reconhece que, houve, de facto um pequeno atraso nos trabalhos, no entanto, irão ser realizados muito em breve.

O **Sr. Presidente** refere que, se calhar, aquele troço não está na prestação de serviços da empresa que faz a manutenção da relva, mas é preciso colocar nesse caderno de encargos, ou passar para os serviços municipais executarem com alguma periodicidade.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que foram estabelecidos procedimentos com os serviços municipais para não deixar aquele espaço para trás.

_ Previsão para o asfaltamento da Rua dos Marinheiros – O Sr. Presidente reitera aquilo que já referiu aos munícipes que residem, sobretudo, numa rua transversal à Rua dos Marinheiros e, independentemente do número de moradores que lá residem, aquele troço é, de facto, é um bom acesso, mas esclarece que não foi um compromisso para este mandato, aliás, é verdade que já esteve em votação no “Eu Participo”, mas, na época, não mereceu a prioridade naquela freguesia, no entanto, não é por isso que não deixa de ser intenção do município executar essa obra, até porque está programado o levantamento topográfico, um projeto interno, porém não vai anunciar o que quer que seja sobre este assunto, a poucos meses das eleições, mas é, objetivamente um compromisso para 2022.

_ Estado de degradação das instalações do “Rouxinol” – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que esta questão já foi abordada aqui, em reunião de Câmara, no passado e esclarece novamente que, na altura, questionou a Sra. Diretora do Centro Distrital de Segurança Social, a Dra. Natividade Coelho, que referiu que, lamentavelmente não tinha ainda nenhuma informação sobre o andamento do processo, quando o edifício já se encontrava numa situação deplorável, porque foi um assunto que saiu da esfera distrital e passou para a esfera do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Refere também que já solicitou informações, para saber qual o número do processo e quem é o ou os administradores de insolvência, porque já aconteceu uma situação parecida, por duas ou três vezes, no concelho e, tomar conhecimento dessa informação ajudou a resolver alguns problemas. De facto, atualmente aquele edifício está com uma imagem deplorável, já teve a oportunidade, em tempos de visitar o interior, portanto, decorrido este tempo, nem sequer quer imaginar o estado do edifício, mas acredita que esteja com a péssima imagem que o Sr. Vereador Carlos Vitorino descreveu. No entanto, esclarece que também se deve esta imagem péssima a quem faz a gestão judicial destas matérias, porque o município, na faturação de água, também é um dos credores, ou seja, também deveria ter sido notificado em relação ao andamento do processo. Portanto, o município vai insistir no pedido de informação, até para dar o impulso, a quem de direito, para que possam encetar uma iniciativa através do urbanismo, fiscalização e da proteção civil para resolver, em parte, o acesso ao edifício.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que sabe-se que o processo está no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, mas não se conhece quem é o administrador de insolvência.

O Sr. Vereador Raul Cristovão continua a sua intervenção, juntamente com a resposta do Sr. Vereador Adilo Costa, mas não usam o microfone, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que aguardava uma resposta através da Segurança Social, mas, provavelmente, terá de contactar diretamente Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2021.

PROPOSTA N.º GAP 01_11-21:

«Conforme o disposto nos artigos 24º e 25º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Serviço Prestado destina-se a galardoar as trabalhadoras e os trabalhadores que, cumprindo determinado período de carreira- 15, 25 e 35 anos – tenham revelado, no exercício do seu cargo, assiduidade e comportamento exemplar.

Tendo em consideração a listagem relativa à contagem do tempo de serviço e as informações complementares fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos propõe-se, nos termos do artigo 26º do referido Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado às trabalhadoras e trabalhadores que aqui se referem, nos seguintes graus:

Medalha Municipal de Serviço Prestado – Grau Ouro

(35 anos)

- José Moreira Ventura
- Acácio Joaquim Rosa Deodato
- Maria Céu Palma Henriques Jorge
- Isabel Maria Batista Rodrigues Cardoso

Medalha Municipal de Serviço Prestado – Grau Prata

(25 anos)

- Dolores Carmo Oliveira Dias Silva
- Maria Teresa Malva Vaz
- Adelina Monteiro Tavares
- Maria Conceição Moreira Pereira
- Maria Teresa Carregosa Mingates Moleiro
- Carolina Maria Almeida Pereira
- Maria Isabel Santos Mota Rodrigues
- Gertrudes Fátima Ramalho Gonçalves Farinha
- Maria Cristina Alves Campos
- Álvaro José Cabrita Coelho
- Nuno Jorge Costa Pereira
- Luís Miguel Ramos Silva
- Paulo Jorge Fortunato Ricardo
- Luís Filipe Campante Galvão
- Susana Isabel Delgadinho Caetano
- Francisco Carlos Pinto Pereira
- Alexandra Maria Rocha Fernandes Conduto

Medalha Municipal de Serviço Prestado – Grau Cobre

(15 anos)

- João Carlos Alves Faim
- Maria Luísa Lameiras Santos
- Hugo Miguel Bronze Reis
- Maria de Lurdes Gonçalves Pinto Diniz Carvalho
- Maria da Conceição Fortuna Simões Negrila
- António Fernando Moreira Botelho Mestre
- Benedita Maria Tavanez Duarte
- Pedro Miguel Domingues da Silva
- Joaquina Crespo Baião Fernandes
- Sandra Marisa Martins Lopes
- Rosana Vasconcelos Berbat Ventura
- Rui Pereira Gertrudes

- Jaime de Jesus dos Santos David
- Rui Fernando Tomás Macedo
- Jorge Manuel Calhau Pastor
- Hélder José Faia Cortez
- Jorge Emanuel Jerónimo Figueira de Sousa
- Cristina Isabel Craveiro Vicente Sena Ferreira
- Pedro Miguel Sombreiro Pereira
- Pedro Miguel Rodrigues Belo Batista
- Maria Clara Coutinho Cabrita
- Rita Francisca Gonçalves Vilhena
- Adriana Sofia de Oliveira Fernandes
- Isabel Maria Monteiro Marques
- Paula Mónica Pereira Gonçalves.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2021.

PROPOSTA N.º GAP 02_11-21:

«Conforme o disposto no artigo 19.º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Dedicção destina-se a galardoar as trabalhadoras e os trabalhadores que, no cumprimento dos seus deveres, se tenham distinguido, exemplarmente, pelo zelo, competência, decisão, espírito de iniciativa e dedicação.

Deste modo, propõe-se, nos termos do artigo 21.º do Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Dedicção – Grau Ouro, às trabalhadoras e aos trabalhadores abaixo identificadas/o, cuja fundamentação se anexa:

- Claudina Maria Rosa Cardoso
- Elizabete dos Anjos Neves Caldeira Areosa
- Elsa Marina Campos Dias
- Elvira Cristina Oliveira Contente
- Júlio Dinis Sousa Cândido
- Marco Paulo Bronze Reis
- Maria Cristina Barata Lopes da Silva
- Teresa Alexandra Barrocas Cipriano

Claudina Maria Rosa Cardoso (DAAG – SAM)

Claudina Cardoso ingressou na Câmara Municipal de Palmela a 2 de junho de 2000, como Técnica Superior de 2.ª classe, para integrar o Gabinete de Apoio à Presidência. Em fevereiro de 2002, assumiu o lugar de Adjunta do Gabinete de Apoio Pessoal à Presidente, função que desempenhou até outubro de 2010, altura em que foi desafiada para o cargo de Chefe da Divisão de Atendimento, em regime de substituição. Em 2013, no quadro da situação globalmente difícil e das regras impostas pela troika, foi designada como Técnica Coordenadora para coadjuvar e apoiar as/os eleitas/os na Área do Atendimento. Neste sentido, foi-lhe atribuído, em janeiro de 2014, um Voto de Louvor pelo zelo, profissionalismo, espírito de missão e dedicação demonstrados no exercício das funções de cargo dirigente. No final desse ano, voltou a ser nomeada Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência. A 2 de janeiro de 2020, regressou à área do Atendimento, enquanto dirigente intermédia de 3.º grau do Serviço de Atendimento Municipal, em regime de substituição. Foi galardoada com a Medalha Municipal de Serviço Prestado de Grau Cobre em 2016.

O convite para enfrentar a desafiante área do Atendimento Municipal aconteceu, pela primeira vez, num contexto de profunda mudança, pouco depois do lançamento do balcão único, integrado e multicanal, e do lançamento da Viatura de Atendimento Móvel (VAM). Claudina Cardoso empenhou-se fortemente na implementação deste projeto pioneiro, na constituição e gestão de equipas e no processo de evolução da VAM para Loja Móvel do Cidadão – a primeira do país – em parceria com a Agência de Modernização Administrativa.

Enquanto Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, destacou-se pela sua presença sempre disponível e serena, com discrição e elevado sentido de responsabilidade, na preparação de informação e dossiês de apoio à decisão, bem como na preparação de atendimentos a munícipes, trabalhadoras/es e entidades externas.

A sua enorme empatia e capacidade comunicativa foram mais-valias no relacionamento institucional do Município com instituições de âmbitos diversos, assumindo-se como verdadeira relações públicas da organização e promotora de um maior envolvimento da cidadania na gestão pública.

Com desvelo e cuidado, zelou sempre pelo bem-estar das equipas, promoveu a aproximação entre as pessoas e ajudou na resolução de conflitos. De forma global, os seus pares são unânimes no reconhecimento das suas qualidades humanas e das competências sociais e comportamentais sempre de nível muito elevado, com forte dedicação ao serviço público.

Elisabete dos Anjos Neves Caldeira Areosa (DAU)

Iniciou funções na Câmara Municipal de Palmela em julho de 1997, como Auxiliar Administrativa, exercendo função na Repartição das Finanças de Palmela até junho de 1998 ao

abrigo do Programa POQUE; Desde 1998 passou a trabalhar na CMP, tendo transitado para o Departamento de Administração Urbanística em agosto de 1999, onde até 2010 exerceu diversas funções de entre as quais se destacam o atendimento ao público presencial e telefónico, substituição de apoios administrativos das chefias de divisão durante as respetivas férias, e todas as tarefas próprias da função. Desde março de 2011 até à presente data presta apoio à respetiva Chefe de Divisão, ou coordenação de Área Funcional. Como trabalhadora-estudante licenciou-se em Ciências Sociais - Ciência Política e Administrativa, movida pelo ensejo de aprofundar conhecimentos para a sua vida profissional. Há 23 anos na CMP, nas funções de apoio administrativo, tem tido uma evolução profissional exemplar, graças a um empenho e dedicação acima da média, com proveito de todas as formações frequentadas, mas também fruto do estudo individual e interesse pessoal.

Com a criação da Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão, em 2020, a trabalhadora reforçou a demonstração de um conhecimento diferenciado nas matérias do serviço, demonstrando ser um “pilar” da Divisão, onde se encontram mais três administrativos sem experiência na área. Apesar de não deter experiência em matéria de loteamentos, tal não obstou a que através da sua postura proactiva, seja hoje um elemento habilitado a desempenhar as tarefas mais exigentes na matéria, por mérito próprio. A trabalhadora teve (e continua a ter) um papel estruturante no 1.º ano de existência da DPUR, em que as dinâmicas de recursos humanos ao nível de apoio administrativo sofreram um decréscimo significativo de elementos. Assim, numa divisão com quatro áreas funcionais da anterior estrutura orgânica reunidas, foi o único elemento com experiência em matéria administrativa, num universo extremamente reduzido de trabalhadores. Foi fundamental na receção e fase de aprendizagem dos dois novos elementos do apoio administrativo, tendo proporcionado um acompanhamento permanente e orientação no desempenho das tarefas administrativas e distribuição do trabalho em função das aptidões de cada um.

Apesar das dificuldades geradas, na globalidade, pela pandemia, confinamentos, teletrabalho, revelou-se um elemento fundamental, como estrutura dorsal da articulação entre o trabalho administrativo e técnico da divisão, tirando proveito das aplicações informáticas, no caminho já iniciado de desmaterialização, que neste contexto, foi extremamente vantajoso, consolidando, assim procedimentos que serão certamente úteis no futuro. Teve um desempenho extraordinário, que em tempos de “anormalidade” tem valor reforçado, pelo empenho pessoal no cumprimento das funções, voluntariamente desempenhando trabalho adicional, nem sempre remunerado. Assume, naturalmente, perante os seus pares, na Divisão e do Departamento, o papel de orientadora e conselheira, elaborando e partilhando guiões dos vários procedimentos do serviço, por forma a integrar nas rotinas, da forma correta, os novos colegas, contribuindo assim para “cimentar” uma estrutura administrativa capaz de dar resposta às crescentes exigências do nosso dia-a-dia profissional. Valoriza e adere com gosto aos grupos de trabalho com intuito de promoção de melhorias no serviço, como aconteceu ao longo do seu percurso

profissional com o grupo para a desmaterialização de processos Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela, etc. Deu assim provas de forte dedicação ao serviço público e consciência do seu papel nessa matéria, com generosidade, demonstrada na partilha de conhecimentos, e interesse genuíno em contribuir para a organização em que trabalha, para a sua boa imagem interna e externa, canalizando a sua atuação profissional para um bom resultado, não só seu, como da equipa que integra, com gosto pessoal, celeridade e competência.

Elsa Marina Campos Dias (DAU)

Iniciou o seu percurso na Câmara Municipal de Palmela a 29 de janeiro de 1987, como Escriutária Datilógrafa. Em 1994, assumiu o Secretariado à Vereação, função que tem desempenhado ao longo de quase três décadas de trabalho, primeiro, como apoio ao Vereador Joaquim Caçoete; entre 2000 e 2002, ao Vereador Alberto Ferro; entre 2002 e 2009, ao Vereador José Charneira; entre 2009 e 2013, ao, então, Vereador Álvaro Amaro e, desde 15 de outubro de 2013, à Vereadora Fernanda Pésinho. É, desde 2 de abril de 2007, Técnica Profissional Especialista (Secretariado), por via de Concurso de Promoção.

Galardoada com a Medalha Municipal de Serviço Prestado, grau Prata, em 2012, viu ser-lhe atribuído, também, um Louvor, em 2013.

As funções de responsabilidade, sigilo e exigência que desempenha, há mais de três décadas, são demonstrativas da confiança que lhe é depositada pela organização e da elevada competência que lhe é reconhecida.

Incansável e eficaz, generosa e de espírito prático, com uma enorme disponibilidade e sentido de dever, tem sido fundamental na correta articulação e relacionamento entre setores da Autarquia e no relacionamento institucional com entidades diversas, sempre com o propósito de fazer parte da solução e qualificar o serviço público.

No apoio direto a eleitas/os, contribui muito positivamente para a correta instrução e decisão nos processos e matérias em que se envolve. Acumulou, ao longo da sua carreira, um inestimável capital de conhecimento, em particular, no que respeita às áreas operacionais, que coloca ao dispor da organização.

Elvira Cristina de Oliveira Contente (DAU)

Elvira Contente ingressou na Câmara Municipal de Palmela a 3 de junho de 1992, como Escriutária Dactilógrafa. Foi promovida a Segundo Oficial Administrativa em 1998 e a Assistente Administrativa Especialista em 2002. O Município atribuiu-lhe, em 2010, a Medalha Municipal de Serviço Prestado de Grau Cobre e, em 2020, de grau Prata.

Integrou a equipa que fez parte da introdução do equipamento informático, em 1997, bem como da atual aplicação de suporte e, três anos depois, participou na equipa que abriu o Gabinete do Pinhal Novo, na componente do Urbanismo. Aquando da criação da Divisão de Gestão do Pinhal Novo, exerceu funções de apoio administrativo à Chefia de Divisão e prestou, posteriormente, apoio administrativo à chefia da Divisão de Loteamentos. Mais tarde, com a extinção do Departamento de Administração Urbanística e a criação da Divisão de Administração Urbanística, manteve-se na prestação de apoio a esta unidade. Após a reestruturação de 2019, passou a apoiar a Direção de Departamento, a par de outras atividades.

Demonstrou sempre, e de forma inequívoca, capacidades e competências muito além do expectável e uma apetência contínua por aprender mais e evoluir, numa área em constante mudança. Integrou várias equipas de trabalho, responsáveis, entre outras, pela desmaterialização de processos e qualidade, implementação do SIBS, elaboração e preparação para implementação do circuito relativo às instalações mecânicas de elevação (ascensores e semelhantes) ou criação/revisão do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela e Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela.

A sua atividade e funções, num setor particularmente desafiante, são exercidas de forma exemplar, com sentido prático e pragmático, tendo presentes os princípios éticos e valores de serviço público e a importância dos seus impactos para o Município e para as /os cidadãs/ãos.

São-lhe reconhecidas a enorme disponibilidade - muitas vezes, com prejuízos na vida pessoal – procurando honrar sempre os compromissos assumidos pela organização, e o elevado sentido de responsabilidade e compromisso, regendo a sua conduta com honestidade e integridade.

Com um espírito positivamente crítico, procura problematizar e construir soluções que, por vezes, implicam alterações de métodos de trabalho, contribuindo para a melhoria do desempenho e do serviço público prestado. Não se limita à mera execução de tarefas, imprimindo-lhes uma gestão inteligente e consciente do fim a que se destinam. Enalte-se, assim, a sua visão do todo e não apenas a fração da atividade que lhe compete.

O elevado capital de conhecimento e experiência, adquiridos ao longo da carreira, e a capacidade de integrar e formar novas/os trabalhadoras/es, mobilizando a equipa no sentido de uma resposta cada vez mais qualificada e adequada às necessidades, fazem de Elvira Contente uma mais-valia para a organização.

Júlio Diniz Sousa Cândido (DASU - DA)

Ao serviço da Câmara Municipal de Palmela desde 20 de fevereiro de 1978, Júlio Cândido entrou para a organização como Canalizador de 3.ª classe e subiu todos os degraus da carreira

até Mestre Canalizador, em 1994, sendo Encarregado do setor desde 1 de maio de 1988. O Município atribuiu-lhe, em 2013, a Medalha Municipal de Serviço Prestado de grau Ouro.

Ao longo de mais de quatro décadas ao serviço deste território, sempre no setor de águas de abastecimento, Júlio Cândido tornou-se um elemento fulcral na organização, detentor de um profundo conhecimento sobre o sistema de distribuição de água do Concelho e testemunha do seu desenvolvimento no Portugal de Abril.

A elevada competência, o espírito de equipa, a capacidade de liderança e a enorme dedicação ao serviço público garantiram-lhe o respeito de eleitas/os, dirigentes e colegas.

Permanentemente disponível para o trabalho, em detrimento da sua vida particular e da sua família, é reconhecido, transversalmente, pelo seu papel determinante na linha da frente da resolução de problemas e urgências, sempre em prol da qualidade de vida das populações.

Marco Paulo Bronze Reis (DASU - DIVEP)

Marco Reis Bronze entrou ao serviço da Câmara Municipal de Palmela a 29 de maio de 2000, com a categoria de Auxiliar de Serviços Gerais. A 1 de setembro de 2003, foi integrado no Mapa de Pessoal como Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais. Por via da mobilidade intercarreiras, passou a Encarregado Operacional em 2014 e a Encarregado Geral Operacional em 2015, ano em que foi, também, galardoado com a Medalha Municipal de Serviço Prestado, Grau Cobre.

Ao longo de mais de duas décadas de serviço, sempre no setor da rede viária, desempenhou funções diversas, sempre com elevada qualidade, responsabilidade e empenho. A sua enorme e permanente disponibilidade para o serviço público, em detrimento da sua vida particular e familiar, e a capacidade de resposta polivalente e multitarefa, cedo permitiram reconhecê-lo como uma mais-valia para a organização.

É sempre um dos primeiros a comparecer na frente das operações quando é necessário mobilizar equipas, seja em apoio a situações de emergência reportadas pela Proteção Civil, seja no apoio a outras equipas municipais, sendo amplamente reconhecido pelo seu espírito de sacrifício, abnegação e dedicação à causa pública.

A competência técnica, qualidades humanas e de liderança fizeram de Marco Bronze uma peça-chave na resolução de problemas nas áreas operacionais e na resposta de primeira intervenção.

Maria Cristina Barata Lopes da Silva (DECS)

Chegou à Câmara Municipal de Palmela a 3 de janeiro de 2001, por transferência do Município de Almada e já com grande experiência no mundo autárquico. Depois de vários anos ao serviço do Gabinete de Apoio à Presidência, assumiu a função de Secretária do Gabinete de Apoio

Pessoal ao Vereador Adilo Costa em dezembro de 2009, que mantém até hoje. É, desde 29 de dezembro de 2005, Técnica Profissional Especialista Principal (Secretariado), por via de Concurso de Promoção.

Foi galardoada com a Medalha Municipal de Serviço Prestado, Grau Cobre, em 2016.

Reconhecida pela competência, profissionalismo, cuidado e disponibilidade abnegada, contribui, também, com as suas qualidades humanas, para a criação de espírito de equipa, bem como para estabelecer e/ou reforçar o relacionamento do Município com outras entidades.

Faz questão de partilhar o conhecimento adquirido ao longo da carreira, em particular, nas áreas ligadas à Educação e Intervenção Social, envolvendo-se em projetos e ações conducentes à sua permanente evolução e adequação às exigências da comunidade. É exemplo a participação no processo de autoavaliação do Departamento de Educação e Intervenção Social, entre 2010 e 2011, com base no referencial da CAF, e que culminou com a candidatura "Intervir para Qualificar", aos Prémios da Qualidade do Distrito de Setúbal em Serviços Públicos.

Com um perfil de elevada exigência, retidão e dedicação à causa pública, procura ir sempre mais além, na qualificação do serviço prestado, na instrução e apoio à decisão, no correto encaminhamento dos assuntos e, de forma global, no cumprimento dos compromissos assumidos pela organização.

Teresa Alexandra Barrocas Cipriano (DOLM)

Teresa Alexandra ingressou na Câmara Municipal de Palmela a 1 de março de 1989, como escriturária datilógrafa de 2.ª classe. Começou por integrar o, então, Gabinete Técnico Local. Em 1992, foi afeta à Divisão de Gestão Urbanística e, em 1994, passou para o pelouro Sociocultural. Entre 1994 e 2000, secretariou a Direção do Departamento Socio Cultural, tendo, também, prestado apoio à Vereadora Antonieta Santos.

A 1 de fevereiro de 2000, foi nomeada Secretária do Gabinete de Apoio Pessoal à Vereadora Adília Candeias e, em 2008, passou a secretariar o Gabinete de Apoio Pessoal ao Vereador Adilo Costa. Em 2009, foi novamente nomeada Secretária do Gabinete de Apoio Pessoal à Vereadora Adília Candeias, função em que se manteve até 19 de outubro de 2017, data da cessação de funções da autarca. Entretanto, desde 2010 que acumulava essa função com o apoio à Direção do Departamento de Obras, Logística e Conservação e, mais tarde, à Direção do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território (tarefa que manteve até à reestruturação orgânica de dezembro de 2019). A partir de janeiro de 2020, dá apoio administrativo à Direção do Departamento de Obras, Logística e Manutenção. Refira-se, ainda, que apoiou, também, o funcionamento administrativo do Gabinete do Ambiente, entre 2017 e 2019 e, desde janeiro de 2020, o funcionamento administrativo da Divisão de Edifícios Municipais - em ambos os casos, em acumulação com o apoio às direções de departamento e sem que tal lhe fosse exigível.

Teresa Alexandra é uma referência na organização pelos muitos anos de dedicação ao serviço público, bem como pela sua enorme disponibilidade para ajudar as pessoas, dentro e fora da organização, e pela vontade de aprender sempre mais, de se qualificar e de colocar o seu conhecimento ao serviço do bem comum. É conhecida pela sua generosidade na partilha de saberes, distinguindo-se por ter ajudado a integrar e a formar novas/os colegas, no seu ingresso na autarquia ou em situação de mobilidade interna. O seu espírito de missão impele-a a tomar em mãos o que é preciso fazer, em cada momento, como é exemplo recente o apoio prestado à implementação do Plano de Contingência COVID-19 ou à organização da Eleição para a Presidência da República, num contexto particularmente exigente. Enquanto secretária, garantiu um inestimável apoio a três vereações diferentes, destacando-se pelo profissionalismo, responsabilidade na recolha, organização e processamento de informação, em todas as tarefas de secretariado e na comunicação com as/os munícipes.

A sua boa-disposição e disponibilidade concorrem para a criação de bom ambiente no local de trabalho, espírito de grupo e harmonia. Destaca-se, ainda, o papel da trabalhadora enquanto animadora em iniciativas culturais, internas e externas, sendo membro do Grupo de Teatro dos Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Palmela e dos corpos diretivos da Associação.»

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Dedicação 2021, numerada GAP 02_11-21, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que a proposta, para além do nível de desempenho, da assunção da responsabilidade, da permanente disponibilidade e competência, são trabalhadoras e trabalhadores que trabalham há vários anos, durante vários mandatos, percorrendo várias funções, muitas trabalharam como secretárias da vereação, com vários Vereadores e Vereadoras e, de facto, da auscultação que foi feita junto dos dirigentes dos serviços, considera de todo justo que possam, este ano, distinguir estas e estes trabalhadores. De facto, são todos merecedores, mas destaca que, no caso do Júlio Cândido, o encarregado das águas que é uma autêntica enciclopédia das redes, não há nenhum sistema de informação geográfica tão completo quanto a cabeça dele e que tem uma educação extrema, a qualquer hora do dia e da noite, assim como os encarregados gerais, naturalmente, que estes/as trabalhadores/as estão aqui pelas razões que procuram fundamentar o melhor possível.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** não discorda com a intervenção do Sr. Presidente, mas olhando pelo histórico de cada trabalhador, ainda bem que deu este último exemplo, porque considera que se deve olhar mais para esse lado da organização, sobretudo, no que se refere ao mérito. Refere que em todos estes/as trabalhadores/as distinguidos, desde 2011 até à data, não há um equilíbrio, congratula-se por ter sido reconhecido o sector operacional, porque também é uma questão que está assente num distanciamento natural entre os decisores do que se propõe aqui em relação aos serviços operacionais. Refere que com esta intervenção, não está a retirar o

mérito de algumas trabalhadoras, como é o caso das secretárias de vereação que constam na proposta, porque a fundamentação é a que foi feita e se ajusta, portanto, não está a colocar isso em causa, no entanto, deveriam procurar melhor, em todos os sectores e em todas as categorias profissionais, apesar de reconhecer que não é intencional, mas constata que é uma tendência que podem advir de proximidade ou não, dos decisores e, é isso que transparece. Mas, obviamente que irá votar a proposta favoravelmente, não retirando qualquer mérito aos trabalhadores que foram mencionados.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** compreendendo a questão levantada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, refere que nesta questão não há quotas, o mérito é o mérito, a dedicação é a dedicação e é individual, independentemente da função ou cargo que ocupa na autarquia. Depois, em relação ao exemplo que o Sr. Presidente referenciou, sobre o Júlio Cândido, considera que tanto o Júlio, como os restantes nomes que constam nesta listagem, representam uma grande entrega à causa pública, e todos os nomes podem rever-se no desempenho do colega, porque todos eles são de grande compromisso com o serviço público e parafraseia este sentimento que todos têm, e que só ouviu da boca do Júlio Cândido, *"estou cá pelo município e em 1º lugar está o município"*, portanto, esta foi a frase que revela o compromisso e missão que uma autarquia tem ou deve ter como e para com o serviço público.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Pedro Taleço teve a oportunidade referir um ou outro aspeto que, apesar de o entender, não se revê na forma como o fez e, por isso mesmo, considera que têm o direito de aduzir algum aspeto. Refere que não estão aqui em busca de equilíbrios entre os sectores. Refere que não estão a fazer uma proposta fundamentada apenas na apreciação de quem apresenta propostas, que é uma proposta feita pelo Presidente e, esta apreciação teve o reconhecimento interpares, ou seja, este foi o sentimento que recolheram da organização e cumpre interpretá-lo. Aliás, nas áreas operacionais, existem no município mais dois ou três encarregados/as e, muita mais gente que em termos de carreira, têm muito mais para dar. Refere que o município não tem tido a tentação de trazer aqui medalhas de prata e medalhas de cobre sobre estas situações, portanto, as pessoas estão na organização, serão reconhecidas a seu tempo e, obviamente que ainda têm percurso a fazer, porque se atribuírem algumas medalhas agora, naturalmente que vão continuar dedicados, mas reitera que têm a preocupação de ouvir quem trabalha com estas pessoas, dos vários setores e, este ano, consideram importante, porque tratam-se de pessoas que já estão há muitos anos na organização, assistentes técnicos que fazem um trabalho de elevadíssima qualidade e de nível técnico superior, portanto, foi esta a informação que chegou, não apenas dos seus dirigentes que ajudaram a fundamentar, porque não se trata apenas de uma proposta da Divisão de Recursos Humanos, da maioria do executivo ou do Vereador A ou do Vereador B, para a medalha de ouro, procuraram dentro da organização colher estes fundamentos e sinais. Depois, também reconhece que existem outros trabalhadores e trabalhadoras merecedores, portanto, este argumento é válido desde os anos anteriores, porque cada vez que aprovam algumas

distinções desta natureza, sentiram que tinham de ir mais além, aliás, alguns destes trabalhadores agora distinguidos, já tinham sido equacionados em anos anteriores.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** inicia a sua intervenção, mas não é audível no início pelo que se transcreve a partir do momento em que se regista som na gravação. Assim, refere que em termos de objetividade, podem surgir situações de proximidade sem que haja uma má intenção. Portanto, se o processo é subjetivo, não tendo qualquer tipo de intencionalidade, obviamente que pode haver fatores que podem precisar de ajustes e, de facto, existe esta coincidência e, tendo em conta a disparidade de números, quer acreditar que em cada sector, existem proporções iguais ou similares de qualidade, dedicação e mérito. Portanto, não coloca em causa os nomes referidos na proposta, nem os propostos em anos anteriores, está apenas a referir que não havendo um equilíbrio e verificando-se esta disparidade em números entre o sector operacional e os outros sectores, nomeadamente o de técnico superior ou de secretariado à vereação, tendo em conta a diferença destes universos, a tradução final também deveria refletir em número essa proporção ou, pelo menos, estar um pouco mais equilibrado.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que para poderem perceber um pouco melhor este raciocínio, sem as quotas, porque felizmente, nestas questões, não existem, mas compreende algumas das questões que o Senhor Vereador Pedro Taleço quis dizer e até pode fornecer-lhe a relação dos trabalhadores desde 2011 até à data, que retiram a verdade, com todo o respeito, algumas das afirmações que o Senhor Vereador Pedro Taleço referiu. Se observar a relação que determina medalha municipal de dedicação em relação ao conjunto de trabalhadores que vê plasmado a organização e, aqueles que são melhores do que a organização, felizmente existem muitos mais e também refere que a Câmara Municipal não vai terminar este ano e é necessário distinguir os melhores entre os melhores.

O **Sr. Presidente** refere que, de facto, é saudável trocar opiniões até para se perceber quais são os critérios e o esforço que é feito, porque, não se consegue fazer tudo no mesmo ano e entendeu-se que estes trabalhadores mereciam. Depois, para concluir, refere que a proposta atrasou-se mais, mas é habitual ser assim, porque é para ser uma surpresa para as pessoas que aqui estão, porque é trabalhar pelo reconhecimento e, por isso, a proposta veio também um pouco mais tarde, que se tivesse sido distribuída de outra forma, já toda a gente saberia.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2021.

PROPOSTA N.º GAP 03_11-21:

«Conforme o disposto no artigos 29.º e 30º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, na redação dada pelo Aviso nº 8043/2015, publicado no Diário da República, 2ª

série, de 22 de julho, a Medalha Municipal de Comportamento Exemplar destina-se a galardoar os agentes dos Bombeiros Voluntários que se tenham distinguido, ao longo de período determinado, pelo zelo, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo – 15, 20 e 25 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro, sem sanções disciplinares, e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom.

De acordo com o artigo 32º do Regulamento, esta condecoração deverá ser entregue, de preferência, em cerimónia solene, no Dia Municipal do Bombeiro, agendada para o final do mês de maio de 2021.

Tendo em consideração a lista apresentada pelos comandantes da Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela, da Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo e da Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Águas de Moura, propõe-se, nos termos do artigo 31.º do referido Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar aos agentes aqui identificados, nos seguintes graus:

Medalha Municipal de Comportamento Exemplar - Grau Ouro (25 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PALMELA

- Tiago Cardoso Carvalho

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PINHAL NOVO

- Fábio Manuel Brinca da Costa

- Rui Jorge da Conceição Silva

Medalha Municipal de Comportamento Exemplar - Grau Prata (20 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PINHAL NOVO

- Fernando Jorge Trindade Martins

- Rudi Miguel Cabral Matos

- Tiago Simão da Silva

Medalha Municipal de Comportamento Exemplar - Grau Cobre (15 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PINHAL NOVO

- Bruno Miguel Cardoso Pereira

- Tiago Miguel dos Santos Oliveira
- Túlio Manuel Silva Pinto

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS MISTOS DE ÁGUAS DE MOURA

- Florbela Maria Rijo Raimundo
- Pedro Ricardo Bronze Banha
- Sofia Isabel Vitorino Palmela Gomes.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021.

PROPOSTA N.º GAP 04_11-21:

«Através da atribuição das Condecorações Municipais de Mérito e Honra, o Município de Palmela procura reconhecer publicamente os serviços notáveis prestados ao concelho por pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nos mais diversos setores de atividade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030, estruturados em torno de cinco princípios – Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias, Paz - continuam a nortear a atribuição das Condecorações Municipais, na convicção de que as respostas para os problemas globais surgem, muitas vezes, nas nossas comunidades e de que nenhum esforço é pequeno demais para “Não deixar ninguém para trás”.

Tendo a FAOD proclamado 2021 como o Ano Internacional das Frutas e Vegetais, a valorização da economia e dos produtos locais (ODS 12- Produção e Consumo Sustentáveis) serviu como critério orientador para a atribuição de distinções de mérito a diversos agentes.

No contexto atual de pandemia, considerou-se também importante galardoar quem se empenhou no combate ao COVID19, pugnando por uma Saúde Pública de Qualidade (ODS 3- Saúde de Qualidade).

A defesa dos valores da Cidadania e Solidariedade (ODS10- Reduzir as desigualdades) e a promoção da Paz (ODS 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes), justificam a atribuição da Medalha Municipal de Mérito a várias personalidades e instituições.

O Desenvolvimento Económico (ODS 9- Indústria, Inovação e Infraestruturas) motiva igualmente a distinção de diversas empresas.

Por último, não quisemos esquecer que “a Cultura é quem nós somos e o que molda a nossa identidade”. Num período em que nos vimos privados de grande parte das manifestações

culturais, referenciar agentes que se dedicam à promoção e salvaguarda da Cultura, é reconhecer não só o seu valor e criatividade, como o papel essencial que desempenham na prossecução de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Consultada a Comissão Municipal de Condecorações, pronunciaram-se os seus elementos favoravelmente sobre o teor da presente da proposta.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 9º, 10º e 11º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, propõe-se submeter a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito às seguintes entidades e personalidades:

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU OURO)

ASSOCIATIVISMO

- Rancho Folclórico do Poceirão

CULTURA

- Associação Passos e Compassos - Dançarte
- João Carlos Tuna Brites
- Jorge Miguel Alpendre da Silva Nunes (a título póstumo)

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- Carmen Antunes de Matos Fortuna (a título póstumo)
- Maria Helena Cardoso Machado Coelho (a título póstumo)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal

DESPORTO

- José Augusto dos Santos Rocha de Sousa (a título póstumo)
- Pedro Pablo Pichardo Peralta

SAÚDE PÚBLICA

- João Manuel Vilhena Diegues

ECONOMIA LOCAL

- Cooperativa Agrícola União Novense

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira (PORVID)

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU PRATA)

ASSOCIATIVISMO

- Associação de Moradores de Olhos de Água

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo
- Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão
- Conferência Vicentina de S. Pedro de Palmela
- Núcleo dos Dadores de Sangue dos Bombeiros Voluntários de Palmela

CULTURA

- Carlos Prado de Sousa

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- ILUMINA, Lda.
- INTROSYS, S.A.
- ISPT – Injeção e Serigrafia de Plásticos Técnicos, Lda.
- ORO AGRI, S.A.
- SOGMIP – Sociedade Geral de Manutenção Industrial, S.A.

DESPORTO

- Marcelo António Cazassa (Tiro Olímpico)

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

- Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU COBRE)

ASSOCIATIVISMO

- Associação Amigos da Festa Brava de Pinhal Novo
- Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra - Terrim
- Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II – 1.ª Fase

CULTURA

- Joaquim António Gonçalves Borregana (KIM PRISU)

DESPORTO

- Miguel Barroso da Silva (Karting)

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- Alquímia dos Sabores
- Courela dos Pegos, Agricultura Biológica
- Karmuxilon, Lda. (PALMANHAC)
- Marvíflora, Lda. (Produtos Nobre Terra)
- Pomar na Vila – Maçã Riscadinha de Palmela
- Vítor Inácio Oliveira Margarido
- Zulmira Rocha da Cruz.»

Em seguida transcreve-se o Anexo à proposta da Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021:

“MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU OURO)

ASSOCIATIVISMO

- RANCHO FOLCLÓRICO DO POCEIRÃO

CULTURA

- ASSOCIAÇÃO PASSOS E COMPASSOS – DANÇARTE
- JOÃO CARLOS TUNA BRITES
- JORGE MIGUEL ALPENDRE DA SILVA NUNES (A TÍTULO PÓSTUMO)

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- CARMEN ANTUNES DE MATOS FORTUNA (A TÍTULO PÓSTUMO)
- MARIA HELENA CARDOSO MACHADO COELHO (A TÍTULO PÓSTUMO)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- ADREPES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

DESPORTO

- JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA DE SOUSA (A TÍTULO PÓSTUMO)
- PEDRO PABLO PICHARDO PERALTA

SAÚDE PÚBLICA

- JOÃO MANUEL VILHENA DIEGUES

ECONOMIA LOCAL

- COOPERATIVA AGRÍCOLA UNIÃO NOVENSE

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE DA VIDEIRA (PORVID)

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU PRATA)

ASSOCIATIVISMO

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE OLHOS DE ÁGUA

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

- ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE PINHAL NOVO
- ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE NA FREGUESIA DE POCEIRÃO
- CONFERÊNCIA VICENTINA DE S. PEDRO
- NÚCLEO DOS DADORES DE SANGUE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PALMELA

CULTURA

- CARLOS PRADO DE SOUSA

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- ILUMINA LDA

- INTROSYS, SA
- ISPT-INJEÇÃO E SERIGRAFIA DE PLÁSTICOS TÉCNICOS LDA
- ORO AGRI, S.A
- SOGMIP -SOCIEDADE GERAL DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL S.A

DESPORTO

- MARCELO ANTÓNIO CAZASSA (TIRO OLÍMPICO)

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

- MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU COBRE)

ASSOCIATIVISMO

- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA FESTA BRAVA DE PINHAL NOVO
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUINTA DO SOBRAL E CANASTRA- TERRIM
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA QUINTA DA TORRE - MARQUESA II – 1ª FASE

CULTURA

- JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES BORREGANA (KIM PRISU)

DESPORTO

- MIGUEL BARROSO DA SILVA (KARTING)

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

- ALQUÍMIA DOS SABORES
- COURELA DOS PEGOS BIO
- KARMUXILON, LDA (PALMANHAC)
- MARVIFLORA, LDA (PRODUTOS NOBRE TERRA)
- POMAR NA VILA – MAÇÃ RISCADINHA DE PALMELA
- VÍTOR INÁCIO OLIVEIRA MARGARIDO
- ZULMIRA ROCHA DA CRUZ

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU OURO)

ASSOCIATIVISMO

- **RANCHO FOLCLÓRICO DO POCEIRÃO**

O Rancho Folclórico de Poceirão, fundado a 2 de julho de 1971, é o grupo de folclore mais antigo do concelho de Palmela e tem por objetivos o desenvolvimento do folclore e da cultura da região.

Os primeiros trajes deste grupo folclórico estavam ligados às influências ribatejanas, em parte devido ao papel da Herdade de Rio Frio. Por orientações da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto foram introduzidas alterações nos trajes dos ranchos folclóricos. No Rancho Folclórico de Poceirão podemos ver através dos seus diferentes trajes, as influências que outros povos trouxeram para esta zona rural, mais concretamente os franceses e os espanhóis. São também notórias as influências de outras zonas do país, nomeadamente do Norte, Ribatejo e Algarve.

A nível musical tem sido feita pesquisa e recolha das tradições desta zona, sendo originais todas as músicas deste grupo folclórico.

A tocata é constituída por 2 acordeões, uma cantadeira, ferrinhos, matracas, reco-recos, bilha, pandeireta e cana.

Tem o grupo adulto e o grupo infantil (escola de folclore), o que se traduz num coletivo de mais de 60 elementos.

Desenvolve anualmente um conjunto de iniciativas, de onde se destacam os Festivais de Folclore, a recolha e pesquisa etnográfica. É promotor de outras iniciativas, em parceria com o município e outras associações, em particular no contexto do Centro Cultural de Poceirão, onde tem a sua sede, tais como a Noite de Serenatas, as Comemorações do 25 de Abril e do São Martinho.

Propõe-se, assim, no ano em que comemora o seu 50º aniversário, o reconhecimento a esta associação, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

CULTURA

• ASSOCIAÇÃO PASSOS E COMPASSOS – DANÇARTE

Criada em 1995, a Passos e Compassos tem pugnado, ao longo de mais de 25 anos, pelo desenvolvimento cultural e artístico do Concelho de Palmela. A Ária da Música e a DançArte – Companhia residente no Cine -Teatro S. João, Palmela, são as estruturas que dão voz, imagem e movimento às ideias de Passos e Compassos, no campo da Dança, da Música e de outras áreas artísticas, apostando na formação e nos espetáculos para faixas etárias muito distintas.

Desde 1996 que, com base num protocolo de residência no Cine-Teatro S. João, a DançArte defende, em Palmela, um projeto permanente de promoção e desenvolvimento das artes de espetáculo, através da criação, produção e realização de dezenas de espetáculos, exposições e ações de formação profissional e artística, sendo de destacar o trabalho notável e de

continuidade que vem sendo desenvolvido com a comunidade educativa, através de projetos como o Fantasiarte e o Concurso "À Volta da Dança", e de iniciativas para o público infanto-juvenil, desde a Dança para Bebés às Férias Culturais, ao "Em Pijama".

A Semana da Dança é uma iniciativa promovida anualmente, com reconhecimento nacional, numa parceria entre a Passos e Compassos e o Município de Palmela. Foi apresentada, pela primeira vez, em 1997 e, desde então, tem criado parcerias estreitas com a comunidade educativa, com o movimento associativo e outros agentes culturais locais, proporcionando o cruzamento da dança com várias expressões artísticas. Este programa assume-se como o culminar de um ciclo de trabalho dedicado à dança, no Concelho de Palmela, propiciando, também, a exploração de novas vertentes da dança e o desafio à participação das populações, sublinhando a importância da dança como forma de expressão cultural mas, também, individual, desde o início dos tempos.

A Passos e Compassos é, hoje, um parceiro incontornável na dinâmica da cultura no território de Palmela.

Propõe-se, assim, o reconhecimento a esta associação, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

• **JOÃO CARLOS TUNA BRITES**

Encenador e Diretor do Teatro O Bando, João Brites nasce em 1947 e passa os primeiros anos de vida a ouvir as águas do rio Almonda em Torres Novas. Para fugir à guerra colonial frequenta os cursos de Pintura e de Gravura na ENSAAV - La Cambre em Bruxelas. Neste âmbito realiza várias exposições individuais e coletivas e está representado nalguns museus. Desenvolve atividades no Teatro desde 1971 enquanto dramaturgista, cenógrafo e encenador. Funda em 1974 o Teatro O Bando, um projeto baseado no funcionamento coletivo e na singularidade dos processos artísticos. Aqui encena desde então mais de uma centena de versões cénicas de textos não dramáticos. Concebe espaços cénicos em territórios imprevisíveis, concebendo e construindo máquinas de cena icónicas. Premiada diversas vezes, coordena eventos nacionais e internacionais para milhares de espectadores. Encena espetáculos para Europália'91 e Lisboa'94. É Diretor da Unidade de Espetáculos da Expo'98 e é nessa sequência que concebe o festival FIAR em Palmela. Em 1999 recebe o grau de Comendador da Ordem de Mérito. Em 2011 é o comissário da representação oficial portuguesa da 12ª Quadrienal de Praga. Foi professor de atores durante mais de 20 anos na Escola Superior de Teatro e Cinema e atualmente dirige o curso Consciência do Ator em Cena que se realiza em Vale de Barris. Continua a trabalhar no Teatro O Bando, estrutura financiada pelo Ministério da Cultura e apoiada pela Câmara Municipal de Palmela.

Propõe-se, assim, a atribuição a João Brites, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

• **JORGE MIGUEL ALPENDRE DA SILVA NUNES (A TÍTULO PÓSTUMO)**

Jorge Miguel Alpendre da Silva Nunes iniciou os seus estudos musicais na Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH) de Palmela aos 8 anos, coletividade da sua terra natal onde desenvolveu a sua carreira musical, sendo, também, desde tenra idade, membro da Banda da SFH. Além do seu relevante percurso como flautista e docente, e alguns anos também elemento da Direção da coletividade, Jorge Nunes era elemento do corpo docente do Conservatório Regional de Palmela, enquanto professor de Flauta Transversal e Música de Câmara.

Como professor de flauta transversal, lecionou em várias escolas de música, nomeadamente, na Escola de Música da SFH, na Escola de Música de Monte Abraão, na Escola de Música da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 de Alcochete, na Escola de Formação de Solistas do Barreiro, na Escola de Música da Casa do Povo de Lavre, na Escola de Música da Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros”, no Conservatório de Música de Santarém e na Sociedade Musical Odivelense.

Depois dos estudos iniciais na SFH, estudou flauta transversal na academia de Música e Belas Artes Luísa Tody, com o professor Fidélio Barrocas, e, depois, no Conservatório Nacional de Música de Lisboa, com os professores Nuno Ivo Cruz e Katharine Rawdon. Concluiu o Curso de Flauta Transversal na Escola Profissional de Música e Artes de Almada, com a professora Katharine Rawdon e, posteriormente, terminou a Licenciatura em Flauta Transversal, na Universidade de Évora, com a professora Anabela Malarranha. Além de ter participado em vários estágios da Orquestra das Escolas Particulares e da Orquestra Portuguesa da Juventude, frequentou Masterclasses com Trevor Wye em Segóvia (Espanha) e com Gary Woodward em Lisboa.

Vencedor de múltiplos prémios nacionais e internacionais com diversas bandas civis, foi, também, convidado para gravar com Bandas Filarmónicas, tendo colaborado com a Orquestra Promenade, a Orquestra Sinfónica Portuguesa e a Orquestra de Câmara de Cascais. A par de todas estas atividades, Jorge Nunes foi, ainda, flautista da Banda de Música da Força Aérea Portuguesa entre 1989 e 1995.

O músico faleceu a 24 de maio de 2020, aos 48 anos. Numa última homenagem, centenas de colegas e amigas/o, de todo o país, juntaram-se no Largo de São João, em Palmela, para interpretar o 2.º andamento de “Pássaros do Brasil, Pomba Triste”, uma das suas peças prediletas, como reconhecimento pelo seu legado.

Considera-se assim, de toda a justiça, o reconhecimento do município a título póstumo, a Jorge Nunes, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

• CARMEN ANTUNES DE MATOS FORTUNA (A TÍTULO PÓSTUMO)

Cármén Antunes de Matos Fortuna, Carmita, nasceu em Quinta do Anjo no dia 14 de julho de 1937, no seio de uma família católica com poucos recursos económicos. Foi a décima primeira de doze irmãos.

Aos 19 anos, Carmita decidiu seguir o seu sonho, de se tornar uma "mãe de família" para crianças que tinham sido abandonadas.

Em maio de 1959, com apenas 21 anos, adotou o primeiro "filho", uma criança com apenas 20 dias e que estava condenado a morrer de fome, devido a falta de cuidados por parte da mãe.

A decisão de Carmita foi fortemente contestada por familiares e amigos que a consideravam muito nova para assumir tamanha responsabilidade.

Quando adotou a segunda "filha", uma menina com 7 anos, a Francelina, a oposição foi menos veemente. Contudo, muitos nunca compreenderam nem aceitaram a sua dedicação às crianças desfavorecidas.

A adoção da terceira criança, a Gracinha, com apenas 15 meses, que ainda não andava devido às privações que sofrera, forçou-a a abandonar o curso do Magistério e o seu emprego, no Sanatório do Outão, onde era secretária. Algum tempo mais tarde, recebeu mais três irmãos (dois rapazes e uma rapariga) tinham 1, 6 e 10 anos respetivamente.

No total, Carmita acolheu 6 crianças.

Aos 22 anos, foi-lhe diagnosticada doença oncológica. Esse diagnóstico não mudou a sua forma de ser e a sua enorme dedicação aos outros. Participou em vários movimentos apostólicos organizados, como, a J.A.C.F (Juventude Agrária Católica Feminina) e nos Cursilhos de Cristandade; a todos marcou profundamente, não só pela sua fé, mas sobretudo pela sua coragem e audácia. Nunca se "entregou" à doença e manteve toda a sua vivacidade e entusiasmo contagiantes até aos últimos dias. Faleceu a 14 de maio de 1980, deixando em todos os que com ela conviveram uma lição e um exemplo inestimável.

Considera-se assim, de toda a justiça, o reconhecimento, a título póstumo, de Carmen Fortuna, mediante a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

• MARIA HELENA ROSA CARDOSO MACHADO COELHO (A TÍTULO PÓSTUMO)

Maria Helena Rosa Cardoso Machado Coelho, nasceu em 29 de outubro de 1943, em Palmela, filha de Rui Carvalho da Silva Cardoso e de Maria Ludovina Rosa Cardoso.

Dedicou-se, logo na sua juventude, à Paróquia de Palmela, através da Catequese e Conferência Vicentina. Durante muitos anos esteve ligada aos Cursilhos de Cristandade, fazendo parte da sua organização.

Prestou sempre auxílio aos mais desfavorecidos, chegando a afetar o seu rendimento pessoal a esta causa, de forma a garantir a distribuição de alimentos e vestuário aos mais necessitados.

Estas ações beneméritas granjearam-lhe o reconhecimento das famílias de Palmela.

Deixou uma grande saudade em toda a comunidade, em quem com ela convivia ou que conhecia o seu exemplar e abnegado comportamento a favor dos mais desprotegidos.

Faleceu em 29 de outubro de 1993, no dia que celebrou o seu 50º aniversário natalício.

Em reunião de Câmara Municipal de Palmela de 01/10/97, foi aprovado uma proposta de atribuição de topónimo na Vila de Palmela.

Considera-se assim, de toda a justiça, o reconhecimento do município a título póstumo a Helena Cardoso, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

• ADREPES - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

A ADREPES é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção e a realização do desenvolvimento rural, costeiro e urbano da Península de Setúbal, através da gestão de fundos nacionais e comunitários, protocolados com diferentes entidades.

Fundada em 27 de novembro de 2001 por um conjunto de 11 entidades, públicas e privadas, representativas das populações e dos setores de atividade económica que constituíram o núcleo criador da ADREPES.

Atualmente, a ADREPES conta com 25 associados, que participam ativamente no trabalho da associação e que se apresentam como parceiros estratégicos no desenvolvimento das suas atividades.

Um dos principais fatores de sucesso é o facto da sua atuação estar baseada na abordagem LEADER, que tem o principal enfoque nas pessoas e no território. Razão pela qual a ADREPES operacionaliza a sua ação baseada na participação ativa das populações, na salvaguarda da sua identidade e especificidades e na existência de um espírito de cooperação e parceria com os agentes económicos e sociais locais, o qual, constitui um poderoso elemento de união, na medida em que contribui para um desenvolvimento coerente, efetivo e eficaz.

Entre 2001 e 2013, a ADREPES apoiou 322 projetos que criaram 258 postos de trabalho e mobilizaram 22 milhões de euros de investimento para a região.

No atual período de programação, a ADREPES definiu uma estratégia alicerçada no Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Neste âmbito a ADREPES é a única associação de desenvolvimento local que gere três vertentes do DLBC, rural, costeira e urbana. Estas ações estão a ser executadas no âmbito dos Programas PDR 2020, MAR 2020 e POR Lisboa 2020, que totalizam 9,1 milhões de euros de financiamento. Até ao momento já foram aprovados 219 projetos que somam 15 milhões de euros de investimento e 9 milhões de euros de financiamento, com a perspetiva de criação de 183 postos de trabalho, ultrapassando largamente o projetado para 2023.

A atividade da associação tem sido pautada pelo apoio aos empreendedores e às empresas, prestando acompanhamento desde a conceção da candidatura, análise dos projetos e acompanhamento da execução física e financeira, avaliação e auditoria das operações de investimento.

Importa ainda referir que a ADREPES tem também protocolado a gestão do Centro de Informação Europe Direct da Área Metropolitana de Lisboa, a iniciativa Bolsa de Terras e a prestação de apoio técnico à criação e consolidação de projetos para desempregados com o IEFP.

Propõe-se assim a atribuição a esta associação, em consonância com o ODS 11, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

DESPORTO

• JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA DE SOUSA (A TÍTULO PÓSTUMO)

José Augusto dos Santos Rocha de Sousa era Coordenador da Equipa do Desporto Escolar da Península de Setúbal, professor de Educação Física na Escola Básica Hermenegildo Capelo, em Palmela e, desde 2017, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Palmela.

Com formação em Educação Física pelo Instituto Superior de Educação Física, e Direção Pedagógica e Administração Escolar, pelo Instituto Jean Piaget, era, também, Assistente Convidado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Natural de Proença-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, onde nasceu em 1957, residia em Quinta do Anjo há mais de 25 anos e muito contribuiu para o seu Concelho de adoção e para a região. Como poucos, soube aliar a sua profunda paixão pelos universos do Desporto e da Educação e bateu-se sempre pelo desenvolvimento e a formação desportiva, lançando sementes que continuarão a frutificar e a marcar muitas vidas.

Através da sua forte dinâmica profissional, promoveu uma colaboração estreita entre a Coordenação Local do Desporto Escolar da Península de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela, da qual resultou, entre outras, a organização das diversas edições do Corta-Mato

Concelhio do Desporto Escolar e do "Aprender a Jogar" – Festival de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. O seu contributo para o desenvolvimento desportivo e educativo do Concelho de Palmela refletiu-se, também, em projetos e eventos como os Jogos Desportivos Escolares e o Campeonato Europeu de Orientação, e na sua atividade enquanto colaborador da empresa municipal Palmela Desporto, EM.

Na sua carreira desportiva, foi remador e treinador de remo do Grupo Desportivo da CUF - sendo o único técnico de remo português Campeão do Mundo (júnior – 1999), e foi agraciado com a Medalha de Mérito Desportivo da Federação Portuguesa de Remo no ano 2000. Atualmente, era treinador de remo no Clube Naval Barreirense e técnico de remo na Associação para o Desenvolvimento do Torrão.

Na escola, no desporto, entre pares e amigas/os, destacou-se sempre pela enorme energia, pela capacidade de estabelecer laços e criar consensos, pela valorização da prática desportiva, sublinhando a sua importância no processo de formação e desenvolvimento individual e coletivo.

Faleceu no dia 25 de março de 2021, com 64 anos, pelo que, a título póstumo, se propõe a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

● PEDRO PABLO PICHARDO PERALTA

Pedro Pablo Pichardo Peralta, atleta luso-cubano de 27 anos e residente em Pinhal Novo, cuja nacionalidade foi obtida em abril de 2017, tem no seu percurso desportivo no qual se tem vindo a destacar, os seguintes palmarés de resultados desportivos internacionais:

- Medalha de Ouro no Triplo Salto com 16,79m, obtida no Campeonato Mundial de Júniores em Pista Coberta, em Barcelona, Espanha, 2012;
- Medalha de Ouro no Triplo Salto com 17,54m, obtida nos Jogos Pan-americanos, em Toronto, Canadá, 2015;
- Medalha de Prata no Triplo Salto com 17,68m, obtida no Campeonato do Mundo, em Moscovo, Rússia, 2013;
- Medalha de Prata no Triplo Salto com 17,73m, obtida no Campeonato do Mundo, em Pequim, República Popular da China, 2015;
- Medalha de Bronze no Triplo Salto com 17,24m, obtida no Campeonato Mundial em Pista Coberta, em Sopot, Polónia, 2014.

Recentemente, Pedro Pablo Pichardo Peralta sagrou-se Campeão Europeu no Triplo Salto em Pista Coberta, com a marca de 17,30 metros, no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta, evento desportivo internacional realizado entre 4 e 7 de março de 2021, em Torun, na Polónia. Pedro Pichardo prepara-se, agora, para defender as cores de Portugal nos Jogos

Olímpicos, que se realizarão entre os dias 23 de julho e 8 de agosto, em Tóquio, Japão, onde terá como objetivo lutar pela medalha de ouro olímpica.

Propõe-se, assim, a atribuição a este atleta, em consonância com o ODS 3, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

SAÚDE PÚBLICA

• JOÃO MANUEL VILHENA DIEGUES

Médico da Carreira Especial de Saúde Pública, João Manuel Vilhena Diegues é, também, elemento do Conselho Clínico e da Saúde do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) da Arrábida e destaca-se, na comunidade de Palmela, enquanto Autoridade de Saúde Local. Os seus atributos profissionais caracterizam-se pelo rigor, pela cientificidade e pela eficiência, acrescido de um perfil pessoal de carácter humanitário, com reflexos na sua forma de estar de proximidade e de escuta ativa e solidária, tanto no conjunto das plataformas que representa como nos projetos que desenvolve em Palmela, há quase 30 anos.

De entre as múltiplas atividades sob a sua responsabilidade, é de sublinhar, neste momento, a coordenação do Plano Local de Saúde da Arrábida e, muito particularmente, a ação da Saúde Pública na resposta e combate à pandemia COVID-19. Uma ação marcada por uma postura de enorme disponibilidade e entrega, mesmo nos momentos mais difíceis, e de forte capacidade de partilha, gestão e articulação com as demais entidades, que tem permitido a resposta atempada e a criação de soluções para os problemas que se colocam, diariamente e forma inesperada.

Enquanto médico na Unidade de Saúde Pública (USP) do ACES, integra uma equipa responsável pela elaboração de informações e planos em domínios da saúde pública, vigilância epidemiológica, programas de intervenção no âmbito da prevenção e proteção da saúde da população em geral e de subgrupos específicos, tabagismo, saúde ambiental e qualidade de serviços e, ainda, na área da infeção pelo VIH/SIDA. No exercício das suas funções de Autoridade de Saúde Pública, também gere o cumprimento do Plano Nacional de Vacinação.

Propõe-se, assim, a atribuição a este profissional de saúde pública, em consonância com o ODS 3, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

ECONOMIA LOCAL

• COOPERATIVA AGRÍCOLA UNIÃO NOVENSE

Constituída em 23 de dezembro de 1976, em Pinhal Novo, a Cooperativa Agrícola União Novense, CRL., resulta da extinção do Grémio da Lavoura de Palmela e foi criada para dar resposta às necessidades dos agricultores da região, tendo como finalidade o fornecimento de produtos, equipamentos e animais e a prestação de serviços associados. À data, a sua atividade

circunscrevia-se aos concelhos de Setúbal, Montijo, Moita, Barreiro, Sesimbra, Alcochete e, em Palmeira, às freguesias de Pinhal Novo, Poceirão e Águas de Moura.

A sua sede foi construída em 1982 e, em 1988, iniciou-se na fabricação de alimentos compostos para animais, em simultâneo com a entrada em funcionamento da farmácia de produtos veterinários. Em 1991, com o apoio do Sistema de Incentivos de Base Regional, levou a cabo a ampliação da fábrica, iniciando a produção de granulados, e um ano mais tarde, no âmbito do PROAGRI, reforçou os seus meios humanos, seguindo-se, em 1993, a construção da central hortofrutícola. Desde 2013, cabe à União Novense a comercialização da Maçã Riscadinha de Palmela, produto certificado sazonal e distintivo da região, que regista forte procura pelas grandes cadeias de distribuição.

Historicamente, esta cooperativa tem sido determinante para o setor agrícola local, desde logo, na representação das/os cooperantes, com capacidade negocial face a grandes estruturas de retalho e distribuição, procurando garantir a venda dos seus produtos a preço justo, em condições de adequada remuneração dos fatores de produção e do investimento realizado, bem como a colocação dos produtos no mercado. Em simultâneo, procura diferenciar-se da concorrência através da oferta de serviços de consultadoria, formação e transporte de mercadorias em condições vantajosas.

Quer na área de comercialização de produtos agrícolas e pecuários, quer nos fatores de produção para cooperantes, a Cooperativa desenvolveu, nos últimos anos, novas áreas de negócio, como a comercialização de produtos para animais de companhia, jardinagem e lar, o que contribuiu para diminuir o seu risco operacional e melhorar a sua imagem no mercado. É proprietária de instalações próprias, dispõe de um armazém/loja e de um espaço comercial em zona privilegiada da vila de Pinhal Novo, dispõe de uma área coberta de grande dimensão, devidamente equipada com seis câmaras de frio, e possui uma moagem para transformação de cereais. Promove, também, o arrendamento de imóveis para atividade comercial, industrial ou de serviços, e câmaras frigoríficas.

Neste momento, é detentora de contactos e relações comerciais privilegiadas com cadeias nacionais de distribuição e venda e instituições de âmbito nacional, nomeadamente, as Misericórdias, bem como com várias autarquias locais. Em 2020, comercializou, só em hortofrutícolas recolhidos em produtoras/es da região, cerca de 153 mil euros e, até 31 de março de 2021, perto de 60 mil – valores dignos de nota em período de pandemia.

A sua história, está intimamente ligada ao desenvolvimento da atividade agrícola no Concelho, enquanto organização de produtoras/es, empenhada na defesa de explorações de base familiar que compõem o tecido económico do mundo rural.

Assim, em consonância com o ODS 12, propõe-se a atribuição a esta cooperativa agrícola, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

• ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE DA VIDEIRA (PORVID)

A Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira (PORVID) é uma associação público-privada, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo de travar a erosão genética e valorizar a variabilidade existente na videira. Reúne um vasto conjunto de agentes públicos e privados do setor vitivinícola nacional, sendo a Câmara Municipal de Palmela a única autarquia associada.

Reconhecendo a importância deste trabalho, o Estado Português celebrou, em 2010, um protocolo com a PORVID, com vista à constituição de um Pólo de Conservação da Diversidade da Videira em Pegões, numa área de 140 hectares. Este projeto de investigação e preservação das castas autóctones constitui-se como o maior do mundo.

Dedica-se, hoje, à conservação, análise e valorização de toda a diversidade intravarietal das castas de videira, com o objetivo de garantir a preservação das 250 castas de videira nacionais, bem como de 50 mil clones destas. Na sequência deste trabalho, disponibilizou um guia de clones de videira de castas autorizadas para plantio no nosso país.

Propõe-se, assim, o reconhecimento desta entidade, em consonância com o ODS 12, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro.

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU PRATA)

ASSOCIATIVISMO

• ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE OLHOS DE ÁGUA

A Associação de Moradores de Olhos de Água, sediada na Quinta das Flores, Olhos de Água, na Freguesia de Quinta do Anjo, foi constituída a 18 de março de 1986, com publicação dos Estatutos em Diário da República a 12 de abril do mesmo ano.

Zelar pelos interesses das/os moradoras/es ou proprietárias/os de lotes e terrenos é o principal objetivo desta associação, cujos corpos gerentes são compostos por 24 membros. Conta, atualmente, com 166 sócias/os.

Sem fins lucrativos, a Associação tem desenvolvido a sua atividade no cumprimento dos objetivos que sustentam a sua constituição, em estreita colaboração com a Câmara Municipal, agentes locais e moradoras/es e, ao longo dos seus 35 anos de existência, tem procurado garantir os interesses e a qualidade de vida de quem ali reside, colaborando na promoção do desenvolvimento local, limpeza e segurança. Destaque-se o funcionamento do bar de apoio, verdadeiro ponto de convívio comunitário e difusão de informação, bem como a instalação de um posto médico.

A Associação está empenhada, igualmente, na promoção de atividades recreativas e sociais, dirigidas, em particular, às populações juvenil e sénior, procurando dinamizar a vida cultural da localidade e criar laços de proximidade e vizinhança, sendo de sublinhar a comemoração de efemérides e festividades como o Natal, o 25 de Abril, o Dia Internacional da Mulher, o S. Martinho ou o Outubro Maior - Mês da Pessoa Idosa.

Propõe-se, assim, o reconhecimento a esta associação, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

• ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE PINHAL NOVO

A Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Pinhal Novo (ADBSPN) foi fundada a 15 de setembro de 2003, respondendo ao desejo de um grupo de dadoras/es da freguesia, que pretendia formalizar a sua atividade e promover ações regulares, para ampliar a sua ação voluntária. Integra a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue (FEPODABES), está ligada ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) e é uma entidade parceira da Rede Social de Palmela desde 2009, fazendo parte do Conselho Local de Ação Social e da Comissão Social de Freguesia de Pinhal Novo.

É constituída por um grupo de voluntárias/os e os seus Corpos Gerentes são constituídos, atualmente, por 4 elementos da Assembleia Geral, 3 elementos do Conselho Fiscal e 7 elementos da Direção. Beneficia da cedência de instalações no Largo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo (antigo posto da GNR), espaço que partilha com a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo.

Esta entidade promove uma ação mensal de recolha da dádiva de sangue, na Freguesia de Pinhal Novo, e outras pontuais, num total de cerca de duas dezenas de recolhas anuais, que ascendem a mais de 1.500 dádivas. Um número de relevo, considerando que contabiliza apenas cerca de três dezenas de sócias/os efetivas/os.

A ADBSPN realiza, também, outras iniciativas no âmbito da promoção da saúde, desde ações de divulgação nas escolas – procurando o envolvimento e fidelização da população jovem na promoção da dádiva do sangue e no voluntariado - à realização de rastreios de tensão arterial, glicémias e colesterol total e, mais recentemente, recolha de amostras para potenciais dadoras/es de medula óssea. Destaca-se, igualmente, a organização de recolha e doação de roupa e de cabazes de Natal, a promoção de momentos de animação e educação para a saúde e colóquios sobre temas/patologias específicas.

Visando a obtenção do Estatuto de Utilidade Pública, o Município de Palmela reconheceu, em 16 de novembro de 2016, a pertinência e importância do trabalho desenvolvido pela Associação, em benefício da comunidade.

A 12 de janeiro de 2019, por iniciativa desta entidade e em estreita colaboração com o Município, foi inaugurado, na 2.ª rotunda da Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo, o Monumento ao Dador de Sangue, de autoria do artista Thierry Ferreira, numa homenagem a todas as associações do Concelho que se dedicam à dádiva benévola de sangue.

O seu empenho continuado em prol da dádiva benévola de sangue constitui um exemplo de solidariedade e abnegação, bem como uma mais-valia para o Concelho de Palmela na promoção da saúde, do desenvolvimento social e do bem-estar da comunidade.

Propõe-se, assim, o reconhecimento desta associação, em consonância com o ODS 10, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE NA FREGUESIA DE POCEIRÃO

A Associação de Dadores de Sangue na Freguesia de Poceirão (ADSFP) foi fundada a 25 de abril de 1992 e formalmente constituída a 30 de abril de 1999. É formada por um grupo de voluntárias/os e fazem parte dos Corpos Gerentes 4 elementos da Assembleia Geral, 3 elementos do Conselho Fiscal e 7 elementos da Direção.

É uma associação que se destina à dádiva de sangue a toda a comunidade e à prestação de assistência a doentes em situação de emergência. Integra a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue (FEPODABES) e está ligada ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST).

A ADSFP beneficia da cedência de duas salas no Centro de Respostas Comunitárias de Poceirão (antiga EB Poceirão 1), partilhando este equipamento com outras entidades com respostas sociais que prestam serviços de apoio à comunidade da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Organiza, anualmente, três ações de recolha da dádiva de sangue - no 25 de Abril, no primeiro domingo de agosto e no primeiro domingo de dezembro – com uma média de 50 a 60 dádivas por sessão. A Associação desenvolve, igualmente, iniciativas de promoção e divulgação da sua atividade, procurando aumentar a consciência das necessidades de componentes sanguíneos seguros e da importância da dádiva de sangue benévola, em particular, junto da população mais jovem. Promove, ainda, rastreios de saúde, atividades culturais e sociais e ações solidárias em prol da comunidade.

Em 2016, foi anfitriã, em Poceirão, das comemorações nacionais do Dia Mundial do Dador de Sangue, em parceria com a FEPODABES, o Município de Palmela, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, as Associações de Dadores de Sangue com representação no Concelho de Palmela e o Movimento Associativo.

O seu empenho continuado em prol da dádiva benévola de sangue constitui um exemplo de solidariedade e abnegação, bem como uma mais-valia para o Concelho de Palmela na promoção da saúde, do desenvolvimento social e do bem-estar da comunidade.

Propõe-se, assim, o reconhecimento desta associação, em consonância com o ODS 10, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• CONFERÊNCIA VICENTINA DE S. PEDRO DE PALMELA

A Conferência Vicentina de S. Pedro de Palmela é filiada na Associação S.S.V. Paulo – Sociedade São Vicente de Paulo- Portugal – com sede no Largo Casal Vistoso, nº2 D -1ºG- 1900 – 142 Lisboa

Em Palmela na década de sessenta existia na Paróquia, um grupo de pessoas que tinha como finalidade ajudar os mais pobres. Nessa altura foi colocada uma arca (arca dos pobres) que hoje ainda se encontra na Igreja de S. Pedro, onde eram colocados bens essenciais para distribuir pelas famílias pobres.

Uns anos depois, já na vigência do Padre Manuel Ramalho (algumas destas pessoas, mais outras que se juntaram), formou -se então em 1990 a 1.ª Conferência Vicentina de S. Pedro de Palmela.

O que faz a conferência: ajuda na saúde, habitação (rendas da casa, gaz, energia, água e alimentação) a famílias carenciadas do concelho de Palmela e fora do concelho (Azeitão, Setúbal). Existe uma rouparia (um dia por semana é feita a distribuição. Também são distribuídas mobílias e alguns eletrodomésticos que são ofertados.

Com a pandemia, a procura de bens alimentares aumentou devido ao desemprego e à crise social que se instalou, obrigando a um esforço redobrado dos seus membros, quer ao nível das parcerias com as entidades oficiais, comércio local e muitos anónimos que colaboram na ação da instituição.

Atualmente esta instituição ajuda regularmente 135 famílias num universo de 420 pessoas.

Propõe-se, assim, o reconhecimento desta entidade, em consonância com o ODS 10, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• NÚCLEO DOS DADORES DE SANGUE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PALMELA

O Núcleo de Dadores de Sangue dos Bombeiros Voluntários de Palmela foi fundado a 6 de agosto de 2008, está sediado no Quartel da Corporação e constitui-se como um grupo de

voluntários cuja atividade tem, como objetivo fundamental, a promoção da dádiva de sangue a toda a comunidade.

Este Núcleo integra a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue (FEPODABES), está ligado ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) e é constituído por um grupo de 5 voluntários.

Promove, anualmente, entre 7 a 8 colheitas de sangue, em vários pontos da Freguesia de Palmela, com uma média de dádivas de 30 dadoras/es, sendo que, na colheita realizada no âmbito do programa da Festa das Vindimas, este número duplica.

O Município de Palmela é um parceiro próximo, quer na cedência de instalações municipais para a realização de colheitas de sangue, quer no apoio e incentivo à participação em iniciativas de âmbito municipal, como o “Março a Partir”, mês da Juventude, procurando envolver este público em ações de voluntariado e cidadania.

O seu empenho continuado em prol da dádiva benévola de sangue constitui um exemplo de solidariedade e abnegação, bem como uma mais-valia para o Concelho de Palmela na promoção da saúde, do desenvolvimento social e do bem-estar da comunidade.

Propõe-se, assim, a atribuição esta associação, em consonância com o ODS 10, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

CULTURA

• CARLOS PRADO DE SOUSA

Carlos Prado de Sousa, nasceu em Setúbal, 1962 e vive em Palmela. Fez a sua formação artística na ADC de Setúbal sob a direção de Maria Bessa e António Rodrigues.

Em 1984 Ingressa na CNB a convite de Armando Jorge, onde fica até 1990 na qualidade de solista.

Em 1990 a convite de Jorge Salaviza passa a integrar o elenco do Ballet Gulbenkian como primeiro bailarino até à sua extinção em 2005.

Dirigiu a ADC de Setúbal entre 2004 e 2007.

Desde 2007 é assistente de Mauro Bigonzetti, nesta qualidade tem trabalhado com importantes companhias de ballet no mundo onde se destacam Scala de Milão, Bolshoi Moscovo, Ballet de Santiago Chile, NYC Ballet NY, Ópera de Paris e CNB Portugal entre muitas outras.

Em 2006 finaliza a pósgraduação em Educação pela Arte, na Universidade Moderna.

De 2008 até 2012 foi mestre de bailado na companhia italiana Aterballetto.

De 2013 a 20016 exerceu as mesmas funções para o Ballet Real da Flandres.

Desde 2005 até á presente data é professor convidado, regularmente, em diversas Companhias de Dança, sobretudo na Europa.

Em 2017 é convidado para ensinar os concorrentes da XIII Internacional Ballet Competition de Moscovo (categoria senior).

Ainda em 2017 remontou para a Royal Ballet School, Londres o bailado Solo de Hans Van Manen.

Coreografou diversas Óperas para o Teatro Aberto, TNSC e TNDM.

Criou movimento cénico para vários encenadores destacando Fernando Heitor, João Lourenço e Maria Emília Correia.

Propõe-se, assim, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata, a Carlos Prado de Sousa.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

• ILUMINA, LDA.

A ILUMINA surge em fevereiro de 1993, um ano difícil, de crise instalada, de recessão no investimento, com empresas de grande dimensão a registarem baixas cotações em bolsa, e a revelarem fragilidades insuspeitas.

Contrariando a tendência da altura, que apontava para armazéns generalistas, tem um conceito de negócio inovador baseado na especialização na área da iluminação.

Ligada à marca Philips, referência a nível de stocks, logrou construir, no dia-a-dia uma relação muito forte com os clientes, promovendo um crescimento sustentado, o qual, ao fim de alguns anos, a elevou ao topo da comercialização de equipamentos de iluminação.

A oferta de todo e qualquer tipo de lâmpada, desde a mais corrente à mais especializada (por vezes são mesmo feitas por medida, na Holanda), granjeou-lhes uma vasta carteira de clientes.

Hoje, com mais de 28 anos de laboração, a ILUMINA encara com tranquilidade os desafios atuais e as conjunturas mais ou menos positivas.

A empresa continua empenhada em estudar as várias possibilidades de crescimento do mercado português, não abdicando da componente exportação, a qual representa parte significativa das suas vendas. Conta com mais de 20 trabalhadores e concretizou, com sucesso, a sua aposta na internacionalização, estando presente no Dubai, Brasil e em 13 países da Europa.

Foi distinguida com vários prémios desde 2014, como PME Excelência, e como “Melhor empresa para trabalhar”, por 3 anos consecutivos, distinção atribuída pela Revista Exame pela política de recursos humanos e pelas regalias que a empresa oferece aos trabalhadores, desde médico,

massagens, infantário, lâmpadas para as habitações dos trabalhadores, formação contínua, nomeadamente línguas para todos incluindo os trabalhadores da limpeza.

Possui várias certificações de Qualidade tais como a ISO 9001, 14 001, NP 4469-1 e 4457, 4397.

Propõe-se, assim, a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 9, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• INTROSYS, S.A.

Surgiu em 2002, com base numa ideia que dois irmãos tiveram enquanto jogavam bilhar.

Conta, atualmente, com 260 colaboradores. Tendo os irmãos Flores aproveitado o conhecimento adquirido como trabalhadores de um fornecedor da Ford, formaram uma equipa que conta com o melhor know-how a desenvolver investigações de topo, na área da automação industrial.

Especializando-se em automação industrial, a Introsys cresceu e conquistou a confiança de clientes e parceiros, graças à diferenciação permitida pelos processos de gestão e de organização que implementaram. A Introsys oferece um conjunto de serviços especializados dedicados à indústria Automotiva. Os projetos realizados permitiram à Introsys adquirir uma vasta experiência em diferentes standards (FORD, BMW, VASS) e tecnologias.

Líder de mercado, atuando a nível internacional desde 2004, a empresa tornou-se numa referência na área dos sistemas de controlo robotizados, revolucionando por completo a indústria da manufatura robotizada. Na vanguarda da evolução tecnológica, a Introsys é responsável pelo desenho de softwares para robôs e braços armados industriais, com especial incidência na Indústria Automóvel e Aeronáutica.

Atualmente, para além dos produtos que desenvolve, quer na área da robótica móvel, quer na área de automação, a empresa também já oferece formação para a indústria automóvel, tendo subsidiárias no México e China e desenvolvendo projetos por todo o mundo.

Destaca-se pela procura constante de novas soluções com valor para os seus clientes e pela aposta no trabalho em equipa: é, acima de tudo, uma empresa de capital humano que investe na captação dos melhores talentos e na sua constante formação e atualização. A sua estrutura assenta em equipas multidisciplinares capazes de conceber e implementar soluções à medida das necessidades dos clientes e que acrescentam valor às organizações.

Colaboradores com idades e currículos muito diversos enriquecem a sua equipa que se destaca pela sua experiência e flexibilidade. Multifacetada e extremamente qualificada, a equipa da Introsys tem oportunidade de participar em vários projetos em Portugal e no Estrangeiro.

Propõe-se, assim, a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 9, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• ISPT - INJEÇÃO E SERIGRAFIA DE PLÁSTICOS TÉCNICOS, LDA.

A empresa ISPT surgiu em 1987 e está localizada em Pinhal Novo, tendo iniciado a sua atividade em fevereiro de 1988, operando em duas áreas distintas: injeção de peças plásticas e montagem de sistemas elétricos.

Iniciou a sua atividade com três máquinas de injeção mas, fruto de uma política de expansão, tem, atualmente, 14 máquinas, com capacidade para produzir entre 60 e 1.100 toneladas. Em simultâneo, reforçou a automatização das operações produtivas, de forma a tornar-se mais competitiva, criando as condições necessárias para consolidar a sua posição e atingir novos mercados.

A expansão abrangeu não só o mercado nacional mas, também, o mercado internacional, projetando-se no fornecimento da indústria automóvel, motociclos, baterias e eletrodomésticos, respetivamente.

A partir de 2010, a empresa lançou-se na produção de copos para o mercado hoteleiro nacional e internacional - um produto próprio e distintivo, com design concebido pela ISPT e fabricado com recurso a matérias-primas inovadoras. Nasce, assim, a marca registada notfragilcups para a comercialização destes copos inquebráveis, inodoros, atóxicos, personalizáveis e 100% recicláveis, permitindo uma reutilização superior a 500 lavagens à máquina, num importante contributo para a redução da pegada ecológica do setor hoteleiro, turístico e de diversão.

Além dos aspetos técnicos diferenciadores, os processos de desenvolvimento da notfragilcups cumprem os requisitos das Diretivas Europeias aplicáveis, e a utilização de matérias-primas inovadoras granjeou-lhes a certificação de Food Contact Certificate EU.

Propõe-se, assim, a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 9, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• ORO AGRI, S.A.

A Oro Agri, S.A., é uma empresa que se dedica a apoiar a atividade agrícola, através da investigação contínua e desenvolvimento de soluções seguras e ecológicas para a proteção de culturas e a melhoria de rendimento das produções agrícolas.

Na base destas soluções patenteadas – pesticidas, adjuvantes, condicionantes de solo e alimentos foliares – está uma tecnologia inovadora, baseada no óleo de laranja prensado a frio, proveniente da indústria cítrica, completamente renovável e biodegradável.

Com cerca de vinte anos de experiência, mais de 250 trabalhadoras/es, 14 invenções patenteadas e cerca de três dezenas de produtos registados e distribuídos a clientes em 90 países, a Oro Agri tem fábricas em Portugal (Palmela), Brasil, África do Sul e EUA e escritórios administrativos em Portugal, Holanda, EUA, Moçambique e Brasil.

As excelentes condições do Concelho de Palmela para a hortofruticultura foi um dos principais motivos que levaram à instalação neste território, de vincada tradição agrícola. Pretendem adquirir terrenos à volta da fábrica para criar um pomar de laranja e um laboratório/espço de formação, mais uma aposta no sentido do aprofundamento dos estudos de inovação em I & D e ciência das plantas. Entretanto, concluíram, já, a primeira fase do Centro de Inovação OroBioPheno.

Privilegiam, entre os seus parceiros de trabalho, um conjunto de associações de produtores, organismos de certificação internacional e organizações não governamentais ligadas à sustentabilidade, à certificação e formação, e ao desenvolvimento rural e comunitário, que trabalham para tornar o conhecimento e a ciência mais acessíveis.

Propõe-se assim a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 9, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

• **SOGMIP - SOCIEDADE GERAL DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, S.A.**

A SOGMIP – Sociedade Geral de Manutenção Industrial, S.A, está instalada desde 2003 no Concelho de Palmela, em Vale do Alecrim. Dedicada, maioritariamente, ao mercado internacional, esta empresa conta com um leque de trabalhadoras/es certificadas/os para assegurar o desenvolvimento de grandes obras, em diversos países, na área de construção, manutenção e modernização de unidades industriais em setores como o óleo e gás, refinarias, petroquímicas, agroquímicas, geração de energia, indústria farmacêutica, Indústria Alimentar e bebidas, tanques, valdeiras e fornos, indústria siderúrgica e alumínio, centrais de tratamento de resíduos sólidos e centrais nucleares, entre outros.

A empresa pretende expandir-se no Concelho de Palmela, de forma a permitir a produção de materiais necessários à sua intervenção.

Foi considerada PME Líder por seis vezes, entre 2010 e 2020, por seis vezes, e recebeu o estatuto de PME Excelência em 2013 e 2019.

Propõe-se, assim, em consonância com o ODS 9, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata, a esta empresa.

DESPORTO

• **MARCELO ANTÓNIO CAZASSA (TIRO OLÍMPICO)**

Marcelo António Cazassa nasceu a 31 de maio de 1969. Entre 1992 e 2010 competiu na modalidade de *triathlon* e ciclismo. Até 2015 esteve ligado a equipas profissionais de ciclismo, como mecânico.

Em 2006 começou a praticar o tiro olímpico de precisão. Como atirador dos fuzileiros da Marinha Portuguesa, começou a acalentar o sonho de representar Portugal nos Jogos Olímpicos.

Em 2016 foi Campeão Nacional Sénior e eleito Atirador Revelação do Ano.

Em 2017 ingressou no Ginásio Clube Português. Venceu 6 competições nacionais e obteve catorze segundas classificações.

Mantém-se como nº1 do ranking de Portugal nas modalidades de Tiro Olímpico integrando a seleção nacional com objetivos olímpicos.

Propõe-se, assim, a atribuição a este atleta, em consonância com o ODS 3, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

• MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

O MPPM — Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente — é uma organização não-governamental, democrática e apartidária, de solidariedade internacional, aberta à adesão de todos quantos se identificam com os seus objetivos, que visa promover, no plano da opinião pública, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas, o apoio à criação, nos territórios da Palestina ocupados por Israel desde 1967, de um Estado da Palestina, independente e soberano, com uma solução justa para a questão de Jerusalém e para a questão dos refugiados palestinos, bem como o apoio ao estabelecimento de uma paz global e duradoura no Médio Oriente.

O MPPM subordina-se aos princípios da Constituição da República Portuguesa e toma por referência a Carta das Nações Unidas, as normas aplicáveis do Direito Internacional, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos e os Pactos Internacionais sobre os Direitos Civis e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, bem como do Direito Internacional Humanitário.

O Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM) constituiu-se como associação sem fins lucrativos por escritura pública de 9 de agosto de 2007 e teve os seus primeiros órgãos sociais eleitos em Assembleia Geral realizada em 23 de fevereiro de 2008.

Os estatutos do MPPM foram registados em escritura notarial realizada em 12 de outubro de 2010.

O MPPM exerce a sua atividade com total independência política, religiosa e económica. É a Organização Não Governamental acreditada pelo Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino por Deliberação de 17 de setembro de 2009.

No quadro dos seus objetivos, em conformidade com os princípios e os valores que integram as suas referências, procura mobilizar a opinião pública para uma efetiva solidariedade moral, política, cultural, material e humanitária com os povos que, no Médio Oriente, são afetados na sua segurança e dignidade e nos seus inalienáveis direitos à autodeterminação, à independência nacional, à democracia e à paz; o Movimento entende que as Nações Unidas devem assumir um papel central na procura de uma solução; condena a imposição pela força de soluções unilaterais, todas as formas de terrorismo, tanto o terrorismo de Estado como qualquer outro, todas as ocupações militares ilegítimas de territórios alheios e, desde logo, dos territórios da Palestina - Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental - ocupados em 1967.

O MPPM prossegue os seus objetivos difundindo informações sobre a questão palestina através de comunicação direta ou dos seus canais digitais, promovendo sessões e atos públicos de esclarecimento e de solidariedade e dinamizando iniciativas públicas pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino.

Propõe-se, assim, a atribuição ao MPPM, em consonância com o ODS16, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Prata.

MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO (GRAU COBRE)

ASSOCIATIVISMO

• ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA FESTA BRAVA DE PINHAL NOVO

A Associação "Amigos da Festa Brava, fundada em 16 de março de 2006, em Pinhal Novo, tem como principais objetivos o desenvolvimento cultural local através da promoção da "Festa Brava", numa lógica de valorização e preservação das raízes históricas e populares das artes tauromáquicas; a criação e manutenção de um grupo de Forcados Amadores em Pinhal Novo e realização ações de carácter recreativo, desportivo e cultural que contribuam para a valorização social e cultural da região "caramela".

Mantém atividade regular e conta com cerca de 70 de sócios sendo parceira de outras associações da freguesia como o Grupo Carnavalesco Amigos de Baco, Associação dos Bombeiros de Pinhal Novo, Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo e Associação das Festas Populares de Pinhal Novo.

Tem a seu cargo a organização das populares largadas de toiros e da corrida de toiros inseridas nas Festas Populares de Pinhal Novo, no sentido de manter viva esta tradição enraizada nos costumes da população local num concelho com tradição de criação de toiros de lide (Rio Frio).

Propõe-se, assim, por ocasião do seu 15º aniversário, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre, a esta associação.

• ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUINTA DO SOBRAL E CANASTRA - TERRIM

A Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra- Terrim foi fundada a 11 de maio de 2000 com o objetivo de promover a infraestruturação e legalização dos bairros e dinamizar atividades socioculturais. Esta associação surge pela fusão da Comissão de Moradores da Quinta do Canastra com a Comissão de Moradores da Quinta do Sobral que tinham sido constituídas logo após o 25 de Abril de 1974.

A associação está instalada nas instalações da antiga escola básica do Terrim, cedida pela Câmara Municipal de Palmela através de um contrato de comodato.

Ao longo dos seus vinte anos de existência, manteve uma atividade regular e intentou melhorar as condições de vida no Terrim, representando a comunidade junto do município e procurando soluções conjuntas para a iluminação e asfaltamento das ruas, por exemplo.

Propõe-se, assim, a atribuição a esta associação, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA QUINTA DA TORRE - MARQUESA II – 1ª FASE

A Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre - Marquesa II 1.ª fase, na Freguesia de Quinta do Anjo, foi constituída em 1987, com publicação de Estatutos em Diário da República a 24 de junho desse ano.

Organizar as/os moradoras/es ou proprietárias/os dos lotes de terreno, em prol da melhoria da qualidade de vida e defesa do meio ambiente, em conjunto com as autarquias locais e outros organismos, é o principal objetivo que levou à constituição desta entidade, empenhada, também, ao longo dos seus 33 anos de vida, em promover a criação de um bairro habitacional harmonioso, dotado de infraestruturas e integrado no plano geral de urbanização do Concelho. Atualmente, os corpos gerentes da Associação são compostos por 14 membros, e a Associação conta com 195 sócias/os.

Desenvolver o espírito cooperativo e o nível cultural das populações tem sido outra das forças motrizes desta entidade, que promoveu, por exemplo, a construção de um polidesportivo, de um espaço de jogo e recreio e de um edifício sede que se constitui como um pólo de dinamização comunitária e desenvolvimento cultural desta comunidade, em franco crescimento.

A busca por respostas nas áreas sociocultural, desportiva e recreativa para as/os sócias/os e moradoras/es levou ao investimento num programa sociocultural e desportivo diversificado e

para todas as faixas etárias, incluindo atividade como karaté, ping pong, atividade física, dança e formação, em especial, na área das novas Tecnologias de Informação e Comunicação. É sublinhar, ainda, a constituição do grupo feminino de Cante Alentejano “Modalentejo” e da Escola de Música, que conta com duas dezenas de alunas/os.

No que respeita ao processo de reconversão urbanística, destaca-se a forma meritória e organizada como assumiu as diversas fases, conciliou interesses e deveres e garantiu a autonomia financeira, conquistando o título de alvará de loteamento. A Associação continua apostada, entretanto, na defesa e proteção dos interesses das/os moradoras/es, envolvendo-se com empenho nos processos de participação cidadã desenvolvidos no Concelho de Palmela e assumindo-se como um parceiro ativo das autarquias.

Propõe-se, assim, a atribuição a esta associação, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

CULTURA

• JOAQUIM ANTÓNIO GONÇALVES BORREGANA (KIM PRISU)

Residente em Pinhal Novo e figura incontornável da vida cultural local, Kim Prisu – nome artístico de Joaquim António Gonçalves Borregana – nasceu em 1962 em Aldeia da Dona, distrito da Guarda, e chegou a França com apenas nove meses de idade.

Rendido, desde cedo, ao mundo da arte, iniciou-se, ainda adolescente, no mundo da banda-desenhada e criou com Quim P., nos anos 80, em Paris, o conceito Nuklé-Art. Realizou várias exposições pessoais e coletivas e, em 1990, foi convidado pela galeria “East SideGallery - GDR” de Berlim para pintar sobre o Muro, na parte oriental. Regressou a Portugal em 1996.

Em novembro de 2009, foi convidado a regressar à Alemanha para participar na cerimónia comemorativa dos 20 anos da queda do muro e para recuperar a pintura original.

Bastante ligado ao teatro, fez o seu primeiro cenário ainda em França e, hoje, colabora com o teatro Aquilo da Guarda, com o Teatro Artimanha de Pinhal Novo e com o Teatro O Bando, entre outros. Além da pintura e da escultura, a sua ação criativa estende-se aos mais variados domínios, da poesia à ilustração, passando pelo digital e pela performance visual, e desenvolveu um gosto especial pelo trabalho com azulejo e materiais reciclados.

É coautor do Memorial ao Arco da Ponte, obra inaugurada em Pinhal Novo, em 2020, respondendo ao ensejo antigo da população local com uma evocação dos usos e memórias do antigo arco da ponte sobre a linha de caminho-de-ferro. Realiza exposições individuais e coletivas em vários pontos e, frequentemente, no Concelho de Palmela, integrando a Exposição Coletiva de Artistas Locais realizada em 2019, na Galeria Municipal de Exposições.

Propõe-se, assim a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre, a este artista.

DESPORTO

• MIGUEL BARROSO DA SILVA

Miguel Barroso da Silva sagrou-se Campeão Nacional de Karting 2020, na categoria X30 Sénior, disputada a última das cinco provas que compõem o Campeonato de Portugal de Karting.

Com apenas 14 anos, Miguel Barroso Silva conquistou a categoria rainha do Campeonato de Portugal de Karting, no ano da sua estreia nesta categoria.

Atualmente, com 16 anos de idade, Miguel Barroso da Silva, que compete pelo Kartódromo Internacional de Palmela, afirma-se como um dos melhores valores da sua geração.

CURRICULO DESPORTIVO

2016 – Inicia-se no karting de competição aos 10 anos de idade;

2017 – Participa pela primeira vez, no Campeonato Portugal de Karting;

2019 – Vice-Campeão do Troféu Rotax Portugal na categoria Júnior;

2020 – Campeão de Portugal na categoria máxima do Karting nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

ANO DE 2017

CAMPEONATO PORTUGAL DE KARTING

Categoria Juvenil - 6º Lugar à geral

TAÇA DE PORTUGAL DE KARTING

Categoria Juvenil - 6º Lugar à geral

ANO DE 2018

CAMPEONATO PORTUGAL DE KARTING

Categoria Júnior - 13º Lugar à geral

TAÇA DE PORTUGAL DE KARTING

Categoria Júnior - 10º Lugar à geral

ANO DE 2019

CAMPEONATO PORTUGAL DE KARTING

Categoria Júnior - 5º Lugar à geral

TAÇA DE PORTUGAL DE KARTING

Categoria Júnior - 6º Lugar à geral

TROFÉU ROTAX 2019

Categoria Júnior - 2º Lugar à geral

ANO DE 2020

CAMPEONATO PORTUGAL DE KARTING

Categoria X30 Sénior - 1º Lugar à geral

PARTICIPAÇÃO EM PROVAS INTERNACIONAIS

IAME WINTER CUP – Valência - Categoria X30 Sénior

CHAMPIONS OF THE FUTURE – CIK / FIA – Portimão - Categoria OK Sénior

WORLD KARTING CHAMPIONSHIP – Portimão - Categoria OK Sénior

IAME INTERNATIONAL GAMES – Portimão - Categoria X30 Sénior

Propõe-se, assim, em consonância com o objetivo 3, a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre, a este atleta.

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS

• ALQUÍMIA DOS SABORES

Alquimia dos Sabores é uma empresa familiar que nasceu da tradição de aproveitar excedentes de fruta através da confeção de doces para consumo próprio e para oferta a familiares e amigos.

Em 2003, os elementos da família fixaram-se na região de Palmela, onde a agricultura mantém uma presença muito forte, dedicando-se ao cultivo e criação de tudo o que necessitavam para a sua alimentação, nunca perdendo ao longo do tempo a tradição de produzir doces para aproveitar a fruta que não se consumia.

Tudo mudou num ano de grande produção de courgette em que abraçaram o desafio de aproveitar também os vegetais em excesso, transformando-os em doces deliciosos que se tornaram na sua grande aposta para entrar no mercado.

Combinando a experiência e o método artesanal dos mais velhos com os conhecimentos de Química dos mais novos, foram nascendo novas combinações de texturas e sabores que levaram finalmente ao nascimento em 2011 da marca Alquimia dos Sabores, totalmente dedicada à produção de compotas e geleias com recurso a matérias-primas diferentes como flores e ervas aromáticas e também à criação de combinações improváveis de frutas e legumes.

O projeto Alquimia dos Sabores é assim fruto de uma relação especial com a natureza que espelha o estilo de vida desta família portuguesa e das suas tradições.

Todas as fases do processo produtivo são controladas, desde a plantação das frutas e legumes de forma biológica, até à confeção através de técnicas artesanais.

O método de preparação destas iguarias é tradicional e tem-se mantido inalterado durante séculos, mudando apenas as combinações de sabores, texturas e consistências.

Entre as distinções alcançadas, destacam-se a atribuição pelo júri do Concurso Nacional de Sal e Condimentos Tradicionais da Medalha de Ouro, na categoria de Condimentos à Base de Pimento pela sua Compota de Malagueta. Também o produto Pickles Doces da Alquimia dos Sabores alcançou a Medalha de Ouro no Concurso Nacional de Sal e Condimentos Tradicionais Portugueses de 2019.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 12, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• COURELA DOS PEGOS AGRICULTURA BIOLÓGICA

A Courela dos Pegos Bio é um projeto familiar de Agricultura Biológica e Sustentável, desenvolvido por dois irmãos, ambos com formação superior, que, em 2017, decidiram regressar às origens e explorar uma quinta, em Pinhal Novo, propriedade do avô.

A obtenção da certificação de Agricultura Biológica foi uma conquista importante para este projeto, que escoia a sua produção através de cabazes, entregues ao domicílio ou em Pontos Bio, em várias localidades da Área Metropolitana de Lisboa. Têm, também, presença física regular no Mercado de Produtores de Pinhal Novo e no Mercado da Aldeia em Quinta do Anjo. Toda a riqueza e variedade dos produtos endógenos, produzidos de modo sustentável e em harmonia com o ecossistema, chega, assim, rapidamente, ao/à consumidor/a final, conservando as suas propriedades nutritivas e com uma pegada ecológica muito baixa, própria dos circuitos curtos de distribuição.

O projeto integra, igualmente, uma área florestal, projetada para ser uma reserva biológica da zona, com espécies autóctones de fauna e flora.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se o reconhecimento a esta empresa, em consonância com o ODS 12, através da atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• KARMUXILON, LDA. (PALMANHAC)

Localizada no Parque do Vale do Alecrim, a Karmuxilon, Lda (Palmanhac) é uma empresa que aposta no aproveitamento de fruta da região - limão, laranja e, mais recentemente, morango - para o fabrico de diferentes bebidas espirituosas, conjugando tecnologia de ponta com métodos tradicionais, em que a maior parte do processo é manual, utilizando a fruta inteira, para conservar as suas propriedades nutritivas.

O projeto surge da visão do empresário e enólogo arménio Robert Kazumyan, que fundou a sua adega em 1990, na sua terra, e, desde então, aperfeiçoou as receitas centenárias de tradição familiar para a produção de vodcas, aguardentes e licores à base de fruta e ervas.

Numa visita a Portugal, onde residia a filha, casada com um cidadão nacional, a família apaixonou-se pela região e por Palmela, e pelas suas terras férteis e abundância de fruta. Imbuída do espírito arménio de aproveitamento ao máximo de tudo o que a natureza dá, a família decidiu aplicar os seus saberes e experiência numa destilaria artesanal, para produzir bebidas espirituosas e aguardentes com produtos da região.

Esta empresa em ascensão, que está a despertar o interesse nacional pelos seus produtos diferenciadores, utiliza exclusivamente fruta adquirida a pequenas/os produtoras/es da região, apoiando o seu trabalho e o escoamento de fruta que, habitualmente, não encontra retorno nas cadeias normais de distribuição, e assegurando a qualidade dos produtos que utiliza, com baixa pegada ecológica.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 12, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• **MARVIFLORA (PRODUTOS NOBRE TERRA)**

Criada em 2009, a marca Nobre Terra é fruto da paixão partilhada por um casal pela Natureza. A empresa procura disponibilizar uma oferta de produtos naturais de elevada qualidade, que passam pelos mais rigorosos testes. Pretendem produzir “Produtos com Alma”, reflexo do estilo de vida da sua família.

Controlando a produção agrícola, com métodos que garantem a máxima autenticidade, o processo respeita as plantas e a sustentabilidade do meio ambiente.

Partindo de uma matéria-prima de excelência, todos os produtos são criados a partir de receitas tradicionais, em fábrica própria com a mais moderna tecnologia.

Entre os principais produtos, encontram-se os chutneys, condimentos de paladar exótico, ligeiramente picante, com um tom agridoce e um perfume de especiarias. Os chutneys da Nobre Terra são elaborados com frutas e legumes, privilegiando a produção local. São 100% naturais e os seus ingredientes são escolhidos para lhes conferir sabores e texturas únicas. Podem ser consumidos como antepasto, entrada ligeira, como complemento de carnes grelhadas ou para aumentar o carácter dos seus queijos e carnes frias.

Os doces são concebidos através de receitas originais, com o saber tradicional, adaptadas ao gosto contemporâneo. Na sua produção utilizam-se, exclusivamente ingredientes naturais. Os frutos e legumes são selecionados um a um e processados manualmente, para garantir a sua integridade e elevada qualidade.

Para produzir as geleias Nobre Terra, o casal recuperou heranças e memórias de infância, recuando aos tempos das avós, onde a máxima era aproveitar tudo o que a natureza nos oferece. Assim, a partir da cozedura dos frutos ou partes deles, extraem um líquido rico, 100% natural, que resulta numa deliciosa e perfumada iguaria, de consistência gelatinosa e um brilho cristalino.

Também os licores, produzidos em fábrica própria, dotada dos meios tecnológicos mais avançados e a partir de receitas originais provenientes de herança familiar, são apenas à base de ingredientes naturais (jamais são utilizadas essências ou corantes). Estes ingredientes - fruta, planta ou especiarias – são colhidos manualmente, passam por uma rigorosa seleção e são processados na Quinta do Pinheiro Manso (onde também está localizada a fábrica). Provêm de agricultura própria e de produção local, respeitando as melhores práticas naturais, de preservação da Natureza e promoção do desenvolvimento local. O álcool, aguardente vínica, garante uma neutralidade de sabor, sobressaindo apenas o aroma e o sabor da fruta, planta ou especiaria, conferindo também um maior “corpo”.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 12, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• POMAR NA VILA – MAÇÃ RISCADINHA DE PALMELA

Natural e residente na margem norte da Área Metropolitana de Lisboa, Paula Castro contactou com o Concelho de Palmela através de relações familiares e da sua atividade profissional, em nada relacionada com o mundo agrícola. No entanto, a Maçã Riscadinha de Palmela tornou-se uma paixão inesperada e arrebatadora, que levou Paula Castro a estabelecer-se em Lagoa do Calvo e a lutar pela salvaguarda e promoção desta maçã autóctone, com Denominação de Origem Protegida. Surgiu assim a marca – Pomar na Vinha- Maçã Riscadinha de Palmela.

Determinada em aprender o mais possível sobre a Riscadinha, tem realizado várias ações de formação e benchmarking em outras regiões frutícolas do país e apostou na conversão do seu pomar, com cerca de um hectare, para produção em modo biológico, num forte investimento que permitiu qualificar a maçã e potenciar a capacidade de produção, com benefícios para o ecossistema.

O seu forte entusiasmo e dinamismo têm permitido, por um lado, envolver outras/os produtoras/es quer na produção de maçã, quer na sua transformação e utilização numa gama diversificada de produtos, desde o fabrico de fibras para moda à cerveja artesanal, passando por compotas, fruta desidratada, granolas e gelados artesanais de marcas de renome.

Tem procurado levar a comercialização da Riscadinha a públicos e lojas especializadas em produtos biológicos na AML e motivar outras/os produtoras/es a fazer o mesmo, para valorizar

esta fruta sazonal e delicada, que era, geralmente, vendida por valores abaixo dos custos de produção – razão principal do abandono de muitos pomares na região.

Parceira privilegiada do Município de Palmela para a promoção da Maçã Riscadinha, tem participado em iniciativas como as Jornadas Técnicas da Maçã Riscadinha de Palmela e um sunset no Castelo de Palmela, com prova e venda de maçã e seus derivados.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se a atribuição a esta empresa, em consonância com o ODS 12, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• **VÍTOR INÁCIO OLIVEIRA MARGARIDO**

VÍTOR INÁCIO OLIVEIRA MARGARIDO nasceu em 1948, no Barreiro. Habita nos Olhos de Água há cerca de 30 anos.

Tem formação superior em Química, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho. É Formador profissional. Trabalhou na Siderurgia Nacional, foi professor no Ensino Público, tendo ainda trabalhado na área da Segurança Ocupacional. Depois de se aposentar, procurou ocupar-se com novos conhecimentos, pelo que foi gradualmente aprendendo a cultivar o terreno que a avó materna lhe tinha comprado quando tinha 10 anos.

Ambicioso no conhecimento, procurou saber mais através de vários cursos que foi frequentando no município. Ao mesmo tempo, ia sistematizando a informação, criando, por exemplo, um ficheiro próprio para cada planta que estudava. Quando a formação começou a escassear, consequência da austeridade económica, resolveu propor a devolução à comunidade e ao município dos ensinamentos de que tinha beneficiado, com a realização do primeiro curso, sobre cerca de 100 plantas, das quais poderia falar com o auxílio das fichas até então acumuladas.

Foi, desta maneira, o grande impulsionador da constituição do «Grupo da Plantas», nascido no âmbito do projeto municipal «Formação para a Comunidade» que, ao longo dos anos, procurou criar oportunidades e espaços de partilha de conhecimento e de saberes, assim como ações de formação temáticas e de sensibilização para o conhecimento das plantas, compiladas, hoje, em mais de 2 000 fichas digitais, partilhadas semanalmente.

O primeiro curso informal, de informação e sensibilização para as plantas, incidiu sobre plantas espontâneas comestíveis. Dado o sucesso e a vontade dos participantes, outros cursos se seguiram abrangendo todos os tipos de plantas, tendo surgido o «Grupo das Plantas».

O grupo também tem levado os seus conhecimentos onde é requerido, desde escolas primárias do Concelho até à Universidade, passando por passeios periódicos no Parque com a identificação de algumas plantas e dados interessantes, assim como visitas de estudo a diferentes locais de interesse natural.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, propõe-se a atribuição a Vítor Margarido, em consonância com o ODS 12, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.

• **ZULMIRA ROCHA DA CRUZ**

Zulmira Rocha da Cruz nasceu em Palmela em 1934.

É uma agricultora local que não teve oportunidade para frequentar o ensino primário, mas é na relação com os animais e plantas, e na experimentação de mezinhas e saberes ancestrais, que desenvolve um conhecimento único. Na sua fazenda continua a ser guardiã de mais de mil espécies, sem qualquer aplicação de produtos fitofarmacêuticos, porque se assume como verdadeira ecologista desde jovem.

Durante décadas, vendeu os seus produtos nos Mercados Mensais de Pinhal Novo, Azeitão e Coina. Matriarca no «Grupo das Plantas» da Formação para a Comunidade, para além de partilhar o saber-fazer, sobretudo no que diz respeito à aplicação das plantas na alimentação, terapêutica e bem-estar, oferece plantas às/aos participantes do grupo para que possam aplicar os conhecimentos adquiridos.

É uma mulher inspirada na natureza, e inspiradora para todas as idades.

No Ano Internacional das Frutas e Vegetais, em consonância com o ODS 12, propõe-se a atribuição a Zulmira da Cruz, da Medalha Municipal de Mérito, Grau Cobre.”

Sobre a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021, numerada GAP 04_11-21, intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que gostaria de homenagear todos os profissionais de saúde e o SNS que deu uma excelente resposta, com os recursos que tinha para fazer frente a esta crise pandémica. Relativamente à Autoridade de Saúde Local, importa destacar a importância de quem trabalha neste setor, face a este flagelo e desafio que ainda não terminou, portanto, com efeito, o Doutor João Diegues que trabalha já há muitos anos neste concelho e é com ele que tem sido possível construir soluções e ultrapassar inúmeras dificuldades na promoção da Saúde, os hábitos de vida saudáveis, enfim, em tudo aquilo que importa vistoriar, acompanhar e fiscalizar no que se refere ao cumprimento destas questões. Portanto, é uma relação de trabalho com a comunidade que é muito reconhecida e, por isso, o município entendeu que nesta área da saúde, seria a pessoa da Autoridade de Saúde Local que deveria ser distinguido. Refere que seriam necessários mais profissionais como o Dr. João Diegues, formados nesta área no concelho. Depois, as restantes distinções mencionadas na proposta merecem o devido reconhecimento, porque cada um tem ou teve um papel relevante no concelho, nas mais diversas áreas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** concorda com a proposta, não colocando em causa o mérito, quer das pessoas individuais ou coletivas que estão mencionadas, mas considera, também em relação ao que tem sido falado, ao longo dos últimos anos, em tornar este tipo de propostas de forma mais objetiva e não tão extensa, porque, de facto, este ano, está mais concisa. Provavelmente haverá aqui um ou outro que poderá ser alvo de algum debate, mas no fundamental concorda com a proposta, até porque aquilo que foi discutido na comissão sobre as distinções a atribuir, nomeadamente, na área da saúde pública, de facto, o Dr. João Diegues representa muito bem a referida área, mas lamenta que não esteja presente uma distinção à Enfermeira Vânia Raquel Carvalho que tem também acompanhado o trabalho do Dr. João Diegues, portanto, podem discordar ou não, mas ficou com a impressão, na discussão em Comissão que também ela estaria incluída nestas distinções, sobretudo na área da saúde público, pelo que espera que, numa próxima vez, seja possível distinguir e reconhecer o trabalho desta profissional, porque é de destacar o trabalho que ela desempenha nas escolas, com os jovens, no acompanhamento, na divulgação, na formação, enfim, num conjunto de dinâmicas onde participa ativamente e que vão muito mais além daquilo que a sua profissão exige, por isso, lamenta que não tenha sido levado em conta o trabalho desta profissional, no entanto, também não será por isso que o PS deixará de votar a presente proposta favoravelmente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** prefere não referir nomes, nesta fase, porque há aqui uma dinâmica de diálogo e de concertação e até parece que não estão de acordo com um nome, enfim, não foi nada disso que aconteceu, tratou-se de uma pessoa, cujo nome foi afluído e optou-se por um outra oportunidade, num contexto de carreira focar uma outra pessoa, portanto, lamenta que o Sr. Vereador Raul Cristovão tenha feito tais observações, porque, este ano, até se conseguiu reduzir o tempo em que a Comissão Municipal de condecorações poderia apreciar as propostas, fizeram 2 reuniões e acolheram bem uma parte substancial dos nomes que foram propostos pela Assembleia Municipal, ou seja, pelos membros que compõem a Comissão Municipal de condecorações, portanto, evidentemente que esta lista é consensual e, a partir daí deveriam encerrar o assunto, porque quem ouve estas observações no exterior, pode tirar uma outra ilação. Acredita que o Sr. Vereador Raul Cristovão não o fez de propósito, no entanto, poderia ter tomado uma outra posição sobre aquilo que foi aqui proposto, ou seja, considera que devem ter algum cuidado nas considerações que fazem, porque a Comissão Municipal de condecorações é constituída de forma paritária, inclui o executivo municipal e os elementos designados pela Assembleia Municipal que discutiu em 2 reuniões, nas quais chegaram a um consenso. Refere ainda não vai aqui referir os nomes coletivos e individuais apresentados pelos diversos órgãos que constituem a comissão, porque isso ficaria mal a todos e não é isso que se pretende.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** pede desculpa, porque, provavelmente não o deveria ter feito, mas segundo a informação que tinha, de facto, na 1.ª reunião na qual foram

apresentadas as propostas, ficou com essa ideia, que foi transmitida pelo representante do PS que esteve nessa reunião, que todos os nomes propostos tinham sido aceites e, ficou com a ideia ainda mais reforçada após a 2.ª reunião, porém, o representante do PS como não pode estar presente nessa reunião por razões profissionais, solicitaram um esclarecimento ao Gabinete de Apoio à Presidência por que razão não constava determinado nome. Portanto, mais uma vez pede desculpa por ter mencionado um nome, porque em tantos anos que é vereador e elemento da Assembleia Municipal, nunca o fez, aliás, em diversas situações que concordaram e outras não, neste caso, retrata-se porque não foi mal-intencionado. Tirando este aspeto, refere que estão todos de acordo, houve reuniões, houve unanimidade, portanto, esclarece que também não houve nenhuma tentativa de um aproveitamento em prol de A ou B, para ninguém, aliás, estava apenas a discutir o mérito e a questionar sem qualquer maldade, até porque, o representante do PS na Comissão, também ficou admirado por não constar aquele nome, porque, de facto, essa foi a ideia que ficou e que, posteriormente lhe transmitiu e, por essa razão, fez a consideração que fez, ainda, retrata-se por tal ação e termina, referindo que o PS, obviamente votará favoravelmente a presente proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** saúda todos os nomes individuais, de entidades coletivas e familiares dos que já faleceram que estão enunciados na proposta e, estende esta saudação aos restantes pontos da ordem de trabalhos relativamente a esta questão, porque seria redundante estar a dizer o mesmo em cada proposta. De facto, é sempre um processo dinâmico e que tem decorrido com esse acordo que é necessário, percebe que, por vezes, tal como disse o Sr. Vereador Raul Cristovão, há nomes que ficam de fora e que terão de ficar para uma outra oportunidade, porque não há possibilidade de homenagear todos aqueles que merecem, portanto, tem de ser feito esse esforço, mas também a verdade que para o ano, quem cá estiver, irão ter sempre a oportunidade de trazer à colação nomes e entidades que, pelo seu mérito, pelo seu trabalho e dedicação, merecem este reconhecimento público.

O **Sr. Presidente** refere que isto é um processo que é discutido, com interação e, se introduzirem outros fatores e outros critérios, teriam de alargar mais, porque, de facto, há muitas outras pessoas que, seja pelo atual contexto que se tem vivido e no papel decisivo que tem tido no combate ao COVID-19, seja por ter uma carreira mais ou menos curta no concelho, portanto, se abrirem o leque, teriam de falar em muitos outros nomes, portanto, procurou-se através de uma figura da autoridade de saúde pública, que trabalha com o território, naturalmente que não é o único, trabalha com uma equipa, mas é sempre complexo começar a pormenorizar, porque dessa forma estaria a criar outros níveis de análise e outros critérios, por isso, procurou-se consensualizar, sobretudo neste domínio, porque entendeu-se que representa os seus pares e as suas equipas no terreno. Depois, tal como já foi aqui dito, haverá a oportunidade, de dar continuidade a este processo de quem no concelho de Palmela merece esta distinção.

Submetida a votação a proposta de Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2021, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela 2021.

PROPOSTA N.º GAP 05_11-21:

«A Medalha de Honra do Concelho de Palmela destina-se a galardoar pessoas singulares ou coletivas que tenham prestado ao Concelho de Palmela serviços de excecional relevância.

É, indubitavelmente, o caso das nossas coletividades centenárias, instituições culturais incontornáveis, bastiões da tradição musical do nosso concelho e ponto de encontro, convívio e cidadania, que muito contribuem para o desenvolvimento das respetivas freguesias.

Consultada a Comissão Municipal de Condecorações, pronunciaram-se os seus elementos favoravelmente sobre o teor da presente da proposta.

Assim, propõe-se:

Ao abrigo do disposto nos artigos 4º e 5º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Câmara Municipal de Palmela e da Assembleia Municipal, a atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela às seguintes entidades:

- Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo
- Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO MUSICAL DE QUINTA DO ANJO

A Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo celebra, este ano, o seu centenário, formalmente registado a 24 de junho. No entanto, e curiosamente, o agrupamento de músicos locais que lhe deu origem nasceu na primeira década do século XX, sob o nome de “Solidó”. Este agrupamento de cordas terá dispersado com o advento da 1.ª Grande Guerra, tendo vários destes músicos sido mobilizados para a frente de batalha, como muitos outros jovens do Concelho. Em 1919, o projeto foi retomado, já com a designação de Grupo de Instrução Musical e, além das cordas, instrumentos de sopro.

O edifício sede, de localização central na aldeia de Quinta do Anjo, junto à Igreja, foi concluído em 1938 e é, desde então, local privilegiado de encontro e festa para a população, acolhendo uma programação diversificada. O salão de festas apresenta um notável trabalho de pintura mural e estuques, ao estilo romântico, tendo sido classificado como Monumento de Interesse Municipal.

A Banda Filarmónica da S.I.M. tem viajado por diversos pontos do país e da Europa, levando mais longe o nome de Quinta do Anjo e a reconhecida tradição musical do Concelho de

Palmela. Paralelamente, e ao longo da sua história, a Sociedade manteve várias atividades recreativas e culturais, caso da Orquestra Ligeira e da Banda Juvenil, criada no início da década de 80 do século passado e que se constitui como escola de música da Banda.

Hoje, em contexto de pandemia, tem demonstrado enorme resiliência e desenvolveu uma vertente solidária, reafirmando o seu papel dinamizador junto da comunidade. É parceira de várias atividades do calendário cultural de Quinta do Anjo, destacando-se a tradicional Festa de Todos os Santos.

A Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo é uma instituição cultural incontornável no Concelho de Palmela e na região, ponto de encontro, convívio e cidadania, que muito contribuiu para o desenvolvimento da Freguesia de Quinta do Anjo, ao longo de gerações.

Por ocasião do 100.º aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo, O Município de Palmela propõe-se agradecer a SIM com a Medalha Municipal de Honra do Concelho de Palmela, pelo seu contributo ímpar para o desenvolvimento cultural e social do território.

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO AGRÍCOLA DE PINHAL NOVO

Fundada em 1896, a Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo é uma das principais casas da Cultura da Freguesia de Pinhal Novo e do Concelho de Palmela e um bastião da forte tradição musical deste território.

Augusto Faria, João “do restaurante”, Manuel Margarido, Luís Faria, José Martins Mortal, José dos Santos, Luís Margarido e Manuel Bernardino são os fundadores desta instituição, conhecendo-se pouco sobre a sua origem por falta de registos documentais das primeiras décadas de existência. Entre 1914 e 1917, a sua atividade parece estar ligada com a do designado Grupo Dramático 1.º de Julho e, no início de 1917, existem relatos de uma fusão que teria resultado no Grupo Dramático União Agrícola. A designação Sociedade União Agrícola surge num estandarte em 1922 e, finalmente, em 1923, são aprovados os primeiros estatutos da associação, sob o nome que hoje lhe conhecemos.

A Banda de Música da S.F.U.A. terá nascido em simultâneo com a coletividade e sido a sua principal força motriz. Inspirada pela tradição musical que se vivia na região, a população terá ansiado por uma Banda de Música local, que afirmasse a sua identidade e orgulhasse Pinhal Novo. Segundo vários relatos, o primeiro Maestro viria a pé desde Palmela para ensaiar os músicos, já com vasta experiência noutras bandas da vizinhança.

O seu espaço sede foi inaugurado em 1925 e a construção do Coreto da S.F.U.A, que é, ainda hoje, local de cultura e encontro e “cartão-de-visita” de Pinhal Novo, concretizou-se em 1927.

Ao longo de mais de um século, a S.F.U.A. manteve uma trajetória de crescimento que acompanhou o desenvolvimento da, agora, Vila e Freguesia de Pinhal Novo, constituindo-se

como um parceiro ativo da comunidade. Com sede própria, sempre disponível, e palco privilegiado de festividades e eventos, a S.F.U.A. acolheu as primeiras salas de cinema e biblioteca locais e brilhou com o seu Grupo Cénico, o Grupo de Variedades, a equipa de Andebol feminino ou, mais recentemente, com a equipa de Judo, amplamente reconhecida. De referir, também, a condecoração pela Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio com a medalha de prata.

Apesar da pandemia, a S.F.U.A. tem dado mostras de enorme resiliência e capacidade de adaptação e mantém diversas atividades desportivas, danças de salão, balé, entre outras, sempre com segurança e entusiasmo. Mas a música continua a ser a sua paixão maior, expressa através do Grupo Coral, da Academia de Música, da nova Orquestra Crescendo e da centenária Banda Filarmónica, que tem levado o nome de Pinhal Novo a diversos pontos do mundo.

Instituição de utilidade pública, a Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo é uma instituição cultural incontornável no Concelho de Palmela e na região, ponto de encontro, convívio e cidadania, que muito contribuiu para o desenvolvimento da Freguesia do Pinhal Novo.

Propõe-se assim agraciar a SFUA com a Medalha Municipal de Honra do Concelho de Palmela pelo seu contributo ímpar para o desenvolvimento cultural e social do território.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

PROPOSTA N.º GPC 01_11-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto nos artigos 132º e 133º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu para o atual mandato, com as freguesias, no âmbito da delegação de competências prevista, Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido aprovados em reunião de Câmara de 12/12/2017 e em Assembleia Municipal de 20/12/2017.

Em 30 de janeiro de 2014 foi aprovada, em reunião de Câmara, a afetação de unidades funcionais à União das Freguesias de Poceirão e Marateca, tendo o valor sido alterado desde então em função da atualização salarial.

Entretanto, em 2021, foi atualizada a remuneração mínima mensal garantida, pelo que se verifica a necessidade de introduzir alterações às verbas a transferir para a União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove a atualização das verbas a transferir referentes ao ano de 2021, passando o valor estipulado para 12.675,47 €/ano/UFT, o que implica a transferência anual para a freguesia de 76.052,82€ (setenta e seis mil, cinquenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos). Este valor passará a integrar o Anexo III do Acordo de Execução, no capítulo Outros Encargos (UFT).

Mais se propõe que nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea m) e 25.º, n.º 1, alínea k), do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências – Limpeza urbana - com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca para o ano de 2021 e seguintes.

Anexo III

LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

Quadro Anual de transferências

Entidade	Valor por UFT	Nº de UFT	TOTAL
União das Freguesias de Poceirão e Marateca	12.675,47€/ano	6	76.052,82€.»

Sobre a proposta de Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca, numerada GPC 01_11-21, intervém:

O **Sr. Presidente** refere que está a ser preparada outra proposta do género, mas que decorre da atribuição do subsídio de penosidade e salubridade.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

PROPOSTA N.º GPC 02_11-21:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto nos artigos 132.º e 133.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu para o atual mandato, com as freguesias, no âmbito da delegação de competências prevista,

Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução, tendo os mesmos sido aprovados em reunião de Câmara de 12/12/2017 e em Assembleia Municipal de 20/12/2017.

Em 30 de janeiro de 2014 foi aprovada, em reunião de Câmara, a afetação de unidades funcionais à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, tendo o valor sido alterado desde então em função da atualização salarial.

Entretanto, em 2021, foi atualizada a remuneração mínima mensal garantida, pelo que se verifica a necessidade de introduzir alterações às verbas a transferir para a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove a atualização das verbas a transferir referentes ao ano de 2021, passando o valor estipulado para 12.675,47 €/ano/UFT, o que implica a transferência anual para a freguesia de 76.052,82€ (setenta e seis mil, cinquenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos). Este valor passará a integrar o Anexo III do Acordo de Execução, no capítulo Outros Encargos (UFT).

Mais se propõe que nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea m) e 25.º, n.º 1, alínea k), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências – Limpeza urbana - com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo para o ano de 2021 e seguintes.

Anexo III

LIMPEZA DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

Quadro Anual de transferências

Entidade	Valor por UFT	Nº de UFT	TOTAL
Junta de Freguesia de Quinta do Anjo	12.675,47€/ano	6	76.052,82€.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

GABINETE DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Protocolo de Colaboração entre a Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário (APDC) e o Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DECS_GPS 01_11-21:

«A Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário (APDC), é uma associação científica sem fins lucrativos, com trabalho desenvolvido no domínio da promoção da saúde

mental e prevenção da doença mental. É também a entidade responsável pela campanha nacional VAMOS FALAR, cofinanciada pela Direção Geral de Saúde/DGS, que tem como objetivo o estabelecimento de mecanismos de colaboração com várias entidades, entre elas as autarquias locais, permitindo a intervenção na área da informação, formação e prevenção em Saúde Mental, por todo o território nacional. Neste âmbito, a APDC estabeleceu múltiplas parcerias facilitadoras da sua visibilidade e capacidade de intervenção, nomeadamente com a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, potenciando sinergias intermunicipais e com a RTP - *Media Partner*, para a exibição de documentários.

A estratégia transversal para as diferentes intervenções em saúde, nomeadamente a promoção da cidadania em saúde, a melhoria da qualidade e acesso adequado aos cuidados de saúde, a redução das desigualdades e ganhos em saúde, previstas no Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM), pressupõe uma intervenção colaborativa que permita assegurar o acesso equitativo a cuidados de qualidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental.

A campanha VAMOS FALAR tem como objetivo aumentar a literacia em saúde mental, bem como combater o estigma associado à doença mental, através da produção e da distribuição gratuita de conteúdos didáticos, que versam sobre vários aspetos da Saúde Mental.

Desta forma, e considerando:

- A Saúde Mental na agenda nacional/local e a sua importância para o bem-estar individual e de grupo, dissociando doença mental e saúde mental assim como a redução do seu estigma;
- O reforço do investimento na promoção da Educação para a Saúde, designadamente, na sensibilização e garantia do acesso a informação qualificada, credível e sustentada sobre a Saúde/Saúde Mental;
- Os princípios de Palmela Cidade Educadora, consubstanciados nos documentos estratégicos, Projeto Educativo Local e Palmela MAIOR, em conformidade com a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS3 e ODS4) e articulado com o trabalho da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e o Projeto Saúde Palmela;

propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração com a APDC para a implementação da Campanha VAMOS FALAR, cuja minuta se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Colaboração entre a Associação de Psicologia e Desenvolvimento Comunitário (APDC) e o Município de Palmela, numerada DECS_GPS 01_11-21, intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que esta relação entre o município, o ACES Arrábida e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo é profícua e tem uma visão regional e local. Felizmente, que a saúde mental deixou de ser um tabu e, toda a sua estratégia está

plasmada neste Plano Regional de Saúde Mental do 2022, portanto, espera-se que a articulação local e regional possa dar seguimento para que a questão da saúde mental seja encarada de uma forma séria, porque existe na sociedade e não pode ser descurada. Portanto, com este Programa que visa a prevenção e promoção da Saúde Mental, com um reforço na prestação de cuidados de saúde mental primários, a criação e o reforço de respostas locais e das equipas de saúde mental, o reconhecimento que é necessário reforçar os recursos humanos médicos e não médicos nas equipas de saúde mental, portanto, tudo isto, portanto, contribui para levar muito a sério esta matéria da Saúde mental, principalmente para deixar de ser um estigma.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** saúda a celebração deste Protocolo como também saúda a oportunidade, sobretudo, nesta conjuntura atual, porque durante este último ano, agravou este tipo de problemas de saúde para quem já os tinha e criou para quem não os tinha, portanto, considera esta parceria muito positiva, principalmente por abranger um plano regional e local, ou seja, para não haver diferenciações e promover uma melhor interação. Considera que é importante combater o estigma, porque estas doenças são muito difíceis para quem padece delas e também para quem acompanha estas pessoas, que muitas vezes não são compreendidas por quem está de fora. Depois, a literacia em Saúde Mental e o esclarecimento de mecanismos de ajuda são também fundamentais para a aceitação da saúde mental e para aproximar aqueles que, de facto, necessitam das ofertas que há para combater estes problemas, porque, até por experiência profissional, sabe da dificuldade que as pessoas têm em procurar e encontrar ajuda, portanto, este trabalho de retaguarda é muito importante e, naturalmente o PS irá votar favoravelmente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito dos protocolos de colaboração celebrados com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires, Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho e a Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atualmente EB Zeca Afonso).

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_11-21:

«O Acordo de Cooperação tripartido, firmado entre a Câmara Municipal de Palmela e, à data, a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, estabelece as condições relativas à participação do Município, no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar.

Este Acordo respeita os princípios consagrados na Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, e o estabelecido no Protocolo de Cooperação celebrado entre os, à data, Ministérios do Trabalho, da Solidariedade Social, da Educação, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Neste âmbito, o Município de Palmela promove e desenvolve a componente socioeducativa da educação pré-escolar, nomeadamente as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) da educação pré-escolar nos jardins-de-infância da rede pública, organizando ofertas diversificadas e garantindo que estas sejam pedagogicamente ricas e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas.

Através dos Protocolos de Colaboração firmados com o Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e Associação de Pais da EB1/JI Pinhal Novo 2 (atual EB Zeca Afonso), com o Agrupamento de Escolas de Palmela e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Aires e o Agrupamento de Escolas de Palmela e a Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho, tem sido possível que estas desenvolvam, com sucesso, a organização e realização de atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam os respetivos jardins-de-infância, após a finalização da componente educativa e até às 17h30, de acordo com o calendário definido pelo Ministério da Educação.

Assim, e de acordo com os referidos protocolos, é da responsabilidade do Município comparticipar financeiramente as Atividades de Animação e Apoio à Família, através de transferência de verbas em função do número de crianças abrangidas e respeitando os valores fixados e a transferir pelo Ministério da Educação, de modo a viabilizar o acesso e a frequência de todas as crianças, independentemente do nível socioeconómico das famílias.

Devido à pandemia Covid-19, em janeiro 2021 foi decretado o encerramento dos estabelecimentos de ensino, reabrindo apenas no mês de março 2021. Assim, a transferência a efetuar referente ao 2º período do ano letivo 2020/2021 é apenas de dois meses (janeiro e março 2021).

O número de crianças e os respetivos grupos que frequentam as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) da educação pré-escolar, no 2º período do ano letivo 2020/2021, é a seguinte:

- Jardim-de-infância da EB de Aires – 54 crianças | 3 grupos
- Jardim-de-infância da EB Joaquim José de Carvalho – 37 crianças | 2 grupos
- Jardim-de-infância da EB EB Zeca Afonso – 66 crianças | 4 grupos

Face ao exposto, e por aplicação do Despacho n.º 1026/2014, de 22 de janeiro (que fixa o valor correspondente a cada grupo de 15 a 25 crianças no montante de €706,21/grupo/mês, e para os grupos com menos de 15 crianças o valor de €30,99/criança/mês), o valor a atribuir para estes dois períodos letivos é o que consta da tabela:

	Grupo de 15 a 25 crianças (706,21€/grupo)			Até 15 crianças (30,99€/criança)				
Associação de Pais da EB Aires	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Valor Mensal	Valor Total Período
2º Período 2020/2021 (Janeiro e Março 2021)	3	54	2.118,63 €	0	0	0,00 €	2.118,63 €	4.237,26 €
Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Valor Mensal	Valor Total
2º Período 2020/2021 (Janeiro e Março 2021)	2	37	1.412,42 €	0	0	0,00 €	1.412,42 €	2.824,84 €
Associação de Pais da EB Zeca Afonso	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Nº Salas	Nº Crianças	Valor	Valor Mensal	Valor Total
2º Período 2020/2021 (Janeiro e Março 2021)	3	52	2.118,63 €	1	14	433,86 €	2.552,49 €	5.104,98 €
								12.167,08 €

Assim, e de acordo com a alínea u), do n.º 1, art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja transferido para as Associações de Pais abaixo indicadas o valor global de 12.167,08 € (doze mil, cento e sessenta e sete euros e oito cêntimos), distribuído da seguinte forma:

- Associação de Pais da EB Aires – 4.237,26 € (quatro mil, duzentos e trinta e sete euros e vinte e seis cêntimos);
- Associação de Pais da EB Joaquim José de Carvalho – 2.824,84 € (dois mil, oitocentos e vinte e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos);
- Associação de Pais da EB Zeca Afonso – 5.104,98 € (cinco mil, cento e quatro euros e noventa e oito cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Revisão do Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-noturno do Concelho de Palmela – Início do procedimento e participação procedimental.

PROPOSTA N.º DAFRH_DAAG 01_11-21:

«Considerando que:

- o Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício e da Fiscalização da Atividade de Guarda-Noturno, entrou em vigor no dia 7 de novembro de 2008, nos termos do artº 53º do Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro;

- posteriormente, a Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto, veio estabelecer o regime jurídico do exercício da atividade de guarda-noturno, revogando diplomas anteriores e definindo que os regulamentos municipais aprovados nos termos do artigo 53.º, do Decreto-lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, deveriam ser adequados ao novo diploma;
- a atividade de guarda-noturno foi exercida no concelho de Palmela apenas entre 2010 e 2016;
- as preocupações com a insegurança sentida em algumas áreas do concelho motivam o retomar da atividade de guarda-noturno;

Nestes termos, ao abrigo dos artigos 98º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submete-se a deliberação do órgão executivo o início do procedimento de revisão do Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno do Concelho de Palmela com o objetivo de:

- a) Assegurar a preparação, participação e constituição de interessados e apresentação de contributos;
- b) Determinar que se podem constituir como interessados todos os que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargo, ónus e sujeições no âmbito das decisões que nele foram ou possam ser tomadas, bem como as associações para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados, que caibam no âmbito dos respetivos fins;
- c) Informar que os interessados podem apresentar os seus contributos até 10 dias após a publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha o nome completo, a morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico, e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CPA;
- d) Comunicar que a constituição dos interessados e contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2954-001 Palmela ou, preferencialmente, através de correio eletrónico: geral@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 11 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de investimentos candidatados ao «Portugal 2020» - Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_11-21:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 05 de dezembro de 2019, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 19 de fevereiro de 2020, a consulta para apresentação de proposta às seguintes entidades bancárias: BEI – Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020 – Autarquias); Caixa Geral de Depósitos; Crédito Agrícola; Montepio Geral.

Refira-se que a consulta ao BEI assume a figura de candidatura, nos termos do Regulamento de implementação da Linha BEI PT 2020, a submeter na plataforma PT2020, uma por operação, destinando-se os empréstimos contratados ao financiamento das componentes elegíveis de operações aprovadas no âmbito do Portugal 2020. A consulta a outras entidades bancárias tinha por único propósito cumprir a obrigação prevista no nº5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no nº4 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2103, de 3 de setembro, obrigação que entretanto foi dispensada, através do art.º 125.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou o Orçamento de Estado de 2020.

Estando dispensada a consulta a outras entidades bancárias, a presente deliberação restringe-se à apreciação das condições contratuais apresentadas pelo BEI, verificando se as mesmas se conformam com as condições definidas pelo município na referida deliberação de 19 de fevereiro de 2020.

Atualmente o município pretende submeter à «Linha BEI PT 2020 – Autarquias» treze candidaturas, destas, onze já foram objeto de aprovação pelo Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e de adjudicação pelos órgãos municipais.

Conforme notificação que se anexa e faz parte integrante da presente proposta (anexo I), o Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) procedeu à aprovação de mais uma candidatura, cuja designação e respetivo montante de financiamento aprovado consta do quadro seguinte:

Quadro 1 - Candidatura Aprovada		Montante Financiamento Aprovado
1.	Requalificação do Antigo edifício da GNR (Reservas Arqueológicas Municipais)	187.000,00 €

Tendo em consideração que os financiamentos são concedidos por operação, celebrando-se para o efeito contratos individuais de empréstimo (contratos de financiamento reembolsável, na terminologia da AD&C) considera-se viável que o município, mediante deliberação dos órgãos municipais nos termos da lei, proceda à sua adjudicação individualmente ou em bloco, permitindo assim dar seguimento aos respetivos processos, à medida que são aprovados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Assim e tendo em consideração:

- que o valor do financiamento agora aprovado não excede o montante individual autorizado pela deliberação 19 de fevereiro de 2020;
- que as condições concedidas pelo BEI, discriminadas no quadro que se segue, cumprem todos os requisitos exigidos na consulta;

Quadro 2 – Condições do Financiamento BEI para a candidatura aprovada	
Prazo do financiamento reembolsável	15 anos
Número máximo de desembolsos	3 tranches
Período de carência de amortização de capital	4 semestres
Reembolsos	30
Taxa de Juro	Variável / Taxa Euribor a seis meses
Amortização antecipada voluntária	Sem penalizações
Comissões	Sem comissões
Spread aplicável	0,27700%

- que apesar de, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o presente empréstimo não contribuir para a capacidade de endividamento, o Município de Palmela dispõe atualmente de uma margem de endividamento de cerca de 11,8 milhões de euros para o ano de 2020, valor suficiente para acomodar este novo empréstimo caso não estivesse isento, conforme se constata pela aferição da dívida total no 4.º trimestre de 2020 (quadro 3);

Quadro 3 - Aferição da Dívida Total (1.º trimestre - 2021)			
1. Limite dívida total			
Receita corrente líquida	2018	(1)	43 781 937
	2019	(2)	46 136 681
	2020	(3)	45 447 019
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	45 121 879
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	67 682 819
2. Endividamento		(6)	8 568 078
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	59 114 741
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	11 822 948

propõe-se:

1. que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2016, de 3 de setembro, a contração de um

empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento da operação “Requalificação do Antigo edifício da GNR (Reservas Arqueológicas Municipais)”, até ao montante máximo de 187.000,00 € (cento e oitenta e sete mil euros), ao BEI – Banco Europeu de Investimentos (Linha BEI PT 2020 – Autarquias), conforme candidatura aprovada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e condições constante da minuta de «Contrato de Financiamento Reembolsável», que se anexa e faz parte integrante da presente proposta (anexo II);

2. que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, se submeta a deliberação da Assembleia Municipal pedido de autorização para assunção dos compromissos plurianuais relativos ao contrato a celebrar, de acordo com a repartição anual de encargos constante do quadro seguinte:

Ano	Amortizações	Juros	Total
2021	-	-	-
2022	-	561,00	561,00
2023	6.791,82	561,00	7.352,82
2024	13.614,21	530,42	14.144,63
2025	13.655,08	489,55	14.144,63
Anos Seguintes	152.938,89	2.652,04	155.590,93

3. que, estando disponível e integrando a presente proposta a minuta do referido contrato e sem prejuízo das deliberações da Assembleia Municipal referidas nos pontos anteriores, se proceda à aprovação das cláusulas contratuais, para cumprimento no disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 19.º da Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto, do Tribunal de Contas.

ANEXOS:

- Anexo I - Notificação de aprovação de pedido de financiamento reembolsável – «Linha BEI PT 2020»
- Anexo II - Minuta de «Contrato de Financiamento Reembolsável».

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Festas de São Gonçalo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_11-21:

«A Câmara Municipal, no seu relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumem a realização das festas e eventos

loais enquanto eventos identitários da comunidade local, apoiando técnica, logística e financeiramente no reconhecimento da importância destes eventos no panorama, cultural e socioeconómico local.

Em ano de pandemia a Associação de Festas de São Gonçalo, e após o impedimento da realização em 2020, apresentou proposta da realização das Festas de São Gonçalo nos dias 15 e 16 de maio, num esforço de organização e resiliência que permite, em moldes diferentes dos habituais, a celebração das suas festas de cariz religioso e profano com fortes tradições na Freguesia de Quinta do Anjo, no calendário de festividades do concelho e em especial na localidade de Cabanas.

O programa apresentado foi adaptado aos tempos de pandemia, com as atividades de animação cultural a decorrerem num camião em movimento pelas ruas de Cabanas no dia 15 e a tradicional procissão decorrerá em veículo no dia 16, seguida de missa campal, com restrições de lotação, no Parque de Merendas de São Gonçalo.

Assim e considerando a importância local da realização das Festas de São Gonçalo em Cabanas no presente ano, **propõe-se** de acordo com a alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição à Associação das Festas de São Gonçalo, de um apoio financeiro no valor de € 800,00 (oitocentos euros), como participação municipal para a realização da edição de 2021 das Festas de São Gonçalo.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que a intervenção do público está sujeita a inscrição prévia, através de envio de e-mail para o endereço eletrónico geral@cm-palmela.pt ou de telefonema a efetuar para o Gabinete de Apoio à Presidência.

Há a registar a inscrição dos Srs. Sérgio Cruz (1.) e Jorge Freire (2.).

Sr. Sérgio Cruz (1.)

Cumprimenta os presentes e refere que é residente na freguesia e concelho de Palmela e apresenta-se como um investidor na área do turismo sustentável e ecológico que pretende criar 8 postos de trabalho e também quer fazer parte da construção da 1.ª estrada de plástico reciclado na freguesia de Palmela. Portanto, é a 2.ª vez que vem a uma reunião de Câmara, porque submeteu um projeto de licenciamento à autarquia, há pouco mais de um ano e, ainda não conseguiu obter uma resposta final para a fase de arquitetura, não tem permissão para

fazer nada no local e até, ao dia de hoje, não teve nenhum apoio da autarquia, nem perspectivas de vir a ter, após as consultas que efetuou. Refere que tudo o que está aqui a dizer é verdade e tem documentação sobre o assunto, e só não possui documentação quando se realizaram reuniões, mas houve sempre presença de mais de uma pessoa, aliás, acha que é possível isso ser aferido com rigor. Se cometer aqui algum lapso ou erro, solícita que lhe digam, para pedir de imediato desculpas pelo que vier a referir. Portanto, questiona o Sr. Presidente se pode passar à fase das perguntas.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Sérgio Cruz pode colocar as questões que entender e, depois, ser-lhe-ão dadas as respostas.

O **Sr. Sérgio Cruz** refere que adquiriu um terreno na freguesia de Palmela, solicitou um levantamento topográfico e nesse terreno foram identificadas 2 áreas, uma área de construção e uma área verde livre urbana e daquilo que sabe, estes foram os termos técnicos que o serviço lhe apresentou e até dados em contrário, não tem conhecimento de mais nada, portanto, submeteu o projeto à autarquia e, a 1ª resposta que teve, foram 75 dias depois, que transmitia nessa resposta que havia uma linha de água no terreno, que não fazia parte do levantamento topográfico, ou seja, o gabinete que lhe dá apoio fez os devidos procedimentos e, cerca de 30 ou 35 dias depois, volta a receber uma resposta da autarquia a confirmar a existência da linha de água, ou seja, somando os 75 dias que demorou a receber a 1ª resposta, até ao momento em que os serviços da autarquia lhe entregar um papel a referir que houve um lapso administrativo, passaram 182 dias. Depois desses 182 dias, iniciou-se um segundo calvário, para tratar do processo. O processo entrou em análise nos serviços da autarquia, foram analisando, foi respondendo às questões levantadas e, inclusivamente, foi-lhe solicitado um processo de demolição de construções que o arquiteto teve de inventar essas construções, porque já não existem e que, entretanto, resultou num problema gravíssimo com o serviço de Finanças. Portanto, entre esta troca de papéis, passaram-se mais 180 dias e, sabe que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho deu instruções há 2 dias, para ser enviado um email a dar conhecimento que o processo iria ser tratado, mas sem data e sem nenhuma previsão. Refere que tem uns processos de investimento, umas candidaturas submetidas e não consegue finalizar nada, aliás, as instituições têm-lhe devolvido a documentação, porque não consegue apresentar um documento de licenciamento. Refere que tinha compromissos assumidos com casas ecológicas e, vai ter de cancelar, porque, infelizmente não tem sequer um único documento que lhe permita colocar uma máquina a laborar no terreno. Refere que até teve o processo devolvido pela área técnica de receber o cabo da luz, quando apenas um metro ao lado, o terreno do vizinho tinha a receção da luz, ou seja, o projeto inicial não tinha a caixa técnica encostada à caixa técnica do terreno do vizinho, teve de mudar para 20 e poucos metros para trás, porque a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho explicou numa reunião, que por estar estava dentro da área verde urbana, portanto, até aí muito bem, mas o novo processo tem isso tudo corrigido e, por isso, não consegue ver o fim disto. Refere que já recebeu emails

daa autarquia, completamente ofensivos, tendo posto em causa a sua integridade, aliás, chegaram a insinuar que o facto de ser persistente com os serviços da autarquia seria uma tentativa de estar a tentar levar que algum eleito viesse a ter problemas com destituições e, tudo o que está a dizer, tem por escrito. A funcionária que lhe enviou esse email, nunca mais participou numa conversa e foi substituída por outra. Portanto, a única coisa fez, foi dirigir-se aos serviços da autarquia e tentar fazer tudo bem desde o início. Depois, há muitos outros pormenores, mas não serve para empatar o tempo, pelo que vai colocar 5 questões, porque são questões que elucidam tudo o que referiu até ao momento. Na 1.ª questão, pergunta ao Sr. Presidente se tem disponibilidade para poder visitar o local onde pretende fazer o investimento, porque, até ao dia de hoje, que seja do seu conhecimento e por todas as tentativas que já solicitou, não tem conhecimento que nenhum funcionário da autarquia se tivesse deslocado ao local, porque se isso tivesse acontecido, provavelmente, um terço daquilo que lhe disseram e fizeram e, que teve de pagar para entregar na autarquia, não teriam acontecido. Na 2ª questão, refere que é um investidor, quer criar novos postos de trabalho em Palmela e gostava de saber se o seu investimento é ou não bem-vindo a Palmela e, se existe alguma, de algum dia, poder vir a ter algum apoio. Na 3ª questão, pergunta qual o ponto de situação do seu licenciamento, ou seja, se há a possibilidade de saber uma data para poder enviar um email a uma instituição bancária a pedir para esperar mais um tempo, uma semana, 15 dias, porque sem ter uma data, não consegue assegurar os financiamentos. Na 4ª questão, tal como referiu anteriormente, a situação das finanças, refere que recebeu uma carta sobre o IMI e o que constava nessa carta das finanças, não corresponde às verdadeiras áreas de construção, áreas essas que sendo urbanas, afinal, não se pode construir, aliás, refere que não tem da autarquia, um único papel que seja esclarecedor, o IMI subiu, só nesta propriedade subiu 1080€, propriedade na qual não pode construir nada, não tem água, não pode pedir eletricidade, não tem nome de rua, não tem acessos, enfim, não tem nada e nem consegue esclarecer às Finanças que a área que lhe estão a cobrar nem sequer é urbanizável na sua totalidade. Por isso, pede ao Sr. Presidente ou à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho que lhe pudessem indicar uma pessoa que se preocupasse com o caso e tivesse disponibilidade para o ajudar, porque ligar para os serviços da autarquia, é impossível, não se consegue ser atendido, não dá para ir presencialmente e as respostas aos emails são pouco esclarecedores, portanto, reitera que tem toda a documentação sobre tudo o que está aqui a expor e, apesar de perceber que todos os casos são diferentes, no entanto, tem de haver uma resposta conclusiva, tem de haver uma solução. Refere ainda que depois de um ano passado, gostava que a resposta não fosse a culpar a situação da pandemia, do COVID-19, porque, felizmente, não foi ainda afetado por essa doença, mas na sua família já houve mortes e doentes, mas todos os dias, levanta-se de cabeça erguida e tenta resolver os problemas. É verdade que o COVID-19 afetou todas as pessoas, mas não só lhe afetou a vida como a colocou em suspenso, portanto, na 5.ª questão, a que o fez deslocar-se até à reunião de Câmara, foi porque, neste fim-de-semana, sucedeu-lhe uma situação que, julga que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho vai compreender o significado,

porque na reunião que tiveram falou-se em ser pai, ser filho e em família e, neste fim-de-semana, os seus filhos que frequentam a Escola Secundária de Palmela, saíram e, a sua filha foi com os colegas ao terreno, dizendo que queriam ali fazer reciclagem, construir uma estrada em plástico reciclável, que o seu pai queria construir ali casas ecológicas e, depois disso, chegou a casa a chorar, porque os colegas riram-se na cara dela. Bem sabe que a juventude é, por vezes, cruel, mas disseram-lhe que há tanto tempo que fala nisto na escola, há tanto tempo que tenta juntar os colegas para sensibilizar para a reciclagem e, que depois desse tempo todo, o pai não tinha conseguido fazer nada, questionando se o pai dela estaria a dizer a verdade, porque olhando em volta, nos outros terrenos há novas casas construídas, outras em construção, algumas com piscina e no terreno do pai não havia nada. Pergunta se acham normal um pai estar em casa e ver um filho a chorar porque ouviu uma coisa destas. Enfim, pergunta qual a resposta a dar à sua filha que, daqui a 2 anos, é uma eleitora. Aliás, a sua filha perguntou por que razão não se vão embora de Palmela, por que razão se preocupa tanto com isto e ainda lhe referiu para construir ilegalmente, porque tanta gente o faz e nada lhe acontece. Portanto, refere que esta questão, não é um assunto novo para o Sr. Presidente e aquilo que solicita, para além das respostas às questões que lhe colocou, se o projeto não for viável, então que lho digam, porque assim, dá o assunto por terminado.

O **Sr. Presidente** refere que tem, de facto, um email que não teve resposta, dos 2 ou 3 que enviou sobre esta matéria e que está relacionado com convite que fez para a deslocação ao local, contudo, informa o Sr. Sérgio Cruz que já esteve no local, para poder despachar. Depois de apurada análise, questões que visam facilitar o problema do acesso à propriedade. Retomando o início da intervenção do Sr. Sérgio Cruz, que fez as considerações que entendeu, acrescenta que também poderia contar aqui o tempo que o processo esteve no lado da autarquia e o tempo que esteve do seu lado, porque, é muito fácil vir dizer aqui que está há muito tempo à espera disto e daquilo, que não deixam os empresários investir, mas quando o que foi pedido ao requerente demorou ainda mais tempo do que a resposta da autarquia, isso parece não contar e, apesar de não ter aqui os prazos, sabe quem o tem. Portanto, esclarece que o direito de propriedade não é o direito de construção, e como Presidente desta autarquia e como indivíduo, preza por estudar e respeitar as normas urbanísticas, os planos de ordenamento do território, estejam eles bem ou mal elaborados, tenham as Entidades da Administração Central, como a Agência Portuguesa do Ambiente ou outra, aprovado bem ou mal, tenham cartografado bem ou mal, as leis têm de ser cumpridas. E talvez por isso, a certa altura, alguém que percebeu a ansiedade do Sr. Sérgio Cruz, como de outros munícipes que querem ver os seus processos despachados, que pela forma como estava a pressionar, baseada em considerações menos corretas, porque, de facto, o seu processo é um daqueles casos complicadíssimos, tentou explicar-lhe que se os serviços municipais se licenciassem uma situação mal, daria azo a uma eventual perda de mandato, portanto, isso é algo que esta autarquia não está disponível para fazer e foi isso que essa pessoa lhe respondeu e, se essa

pessoa, atualmente, não é a interlocutora com o Sr. Sérgio Cruz e, salienta mais uma vez, que o fez para o ajudar é, porque não está disponível para ser mal interpretada e ofendida, isto porque também é importante ouvir o contraditório. Em relação à propriedade adquirida pelo Sr. Sérgio Cruz, de facto, está muito bem situada, com uma paisagem magnífica e que tem todas as potencialidades para fazer ali um empreendimento turístico que é almejado no concelho e que é diferenciador pelas questões ecológicas e tudo o que referiu, há uns meses, sobre a propriedade, de facto, há condições para ter construir ali um empreendimento com grande potencial de sucesso. Porém um terreno que tem área verde livre urbana, um levantamento topográfico que, claramente não consultou a Carta do PDM, porque se o levantamento topográfico tivesse vindo completo, teria tido uma resposta muito mais célere, portanto, os técnicos dos gabinetes que são contratados pelos requerentes têm de saber estas questões e elaborar os documentos como deve de ser. Acrescenta ainda que, depois do Sr. Sérgio Cruz ter dado a entender que ninguém lhe responde e que estão todos de costas voltadas, relata uma informação do técnico que contratou e que até lhe parece ser bastante competente e que refere o seguinte, no dia 14 de abril: "*Cara Eng.ª Rita Crespo, Sr. Chefe de Divisão, espero que esteja bem. Primeiramente, gostaria de agradecer todas as suas diligências para o rápido desenvolvimento dos processos que tínhamos conversado durante este período, quando será possível questionar a informação ... a zona espaço REN que evidenciou na nossa última reunião referente ao processo do Senhor Sérgio Cruz, era do interesse do munícipe obter toda a informação possível a fim de atualizar a planta de implantação apenas para seu uso pessoal.*" Portanto, este email revela que, a partir do momento, em que os técnicos começaram de ser atendidos por telefone ou por videoconferência, as questões começam, naturalmente, a dirimir. Refere que não tem o conhecimento absoluto do processo, por isso, desconhece o que ainda está por responder ou se terá sido respondido algo nos últimos dias, mas sabe o que despachou da parte da Divisão de Estudos, Projetos, Obras e Empreitadas que tem de se pronunciar sobre as infraestruturas e adianta que essa pronuncia é demolidora por causa dos acessos, aliás, debateu este assunto tecnicamente com os técnicos dessa Divisão, para não impedir, por causa do caminho que só é público porque está inscrito no cadastro como a área social, porque vai ser um caminho público como deve de ser, tinha de ter havido ali uma operação de loteamento que não é paga pela autarquia, mas sim, pelos produtores que fazem os investimentos e depois cedem para domínio público aquilo que as leis e os regulamentos dizem com largura de caminho. É verdade que a propriedade está em meio natural e por isso é que está na franja do perímetro urbano, ou seja, a propriedade é magnífica nesse aspeto, mas depois tem estes inconvenientes do ponto de vista do território, porque, obviamente para ser um empreendimento ecológico natural, não pode estar infraestruturado e urbanizar tal como os loteamentos nos centros urbanos das freguesias e, se tiver de estar, terão de ser as pessoas a investir, uma vez que a autarquia não tem de fazer infraestruturas para estender o perímetro urbano, pelo contrário, a nova lei dos solos e na atual revisão do PDM, os perímetros vão encolher, porém, o projeto do Sr. Sérgio Cruz está garantido e contemplado, mesmo no âmbito

da revisão do PDM. Em relação à linha de água, aquilo é um caminho que tem zonas de 5 metros e meio de largura, tem um entroncamento problemático em termos de drenagem pluvial com a Rua José Luís da Silva Camolas e tem zonas com 2 metros e meio de passagem, portanto, qual poderia ser o serviço municipal a dar um parecer favorável a uma unidade turística onde não passam 2 carros. Esclarece que já foi aferido que o número de lugares de estacionamento, mas ao recuar o muro perde espaço de estacionamento no interior, mas, ganha a possibilidade de estacionar junto ao muro, portanto, são muitas as questões técnicas para resolver e, a questão do acesso à EN-379, que é um acesso que não está licenciado pelas Infraestruturas de Portugal, já foi ultrapassado, pelo que não pode o Sr. Sérgio Cruz dizer que a autarquia não está a tratar do seu processo, aliás, neste processo estão envolvidos técnicos, a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, a Secretária da Sra. Vereadora, a Sra. Assessora de Apoio e até o Presidente, portanto, é um processo muito complexo, que tem condições para ter sucesso, portanto, a Administração está empenhada, porque vai ser a autarquia a licenciar o acesso, resolver o problema das águas pluviais, o asfaltamento da Rua José Luís da Silva Camolas, melhorando a entrada do acesso, mas para lá da Rua José Luís da Silva Camolas, espera que o Sr. Sérgio Cruz esteja disponível para o projeto inovador, porque aquele caminho é tão informal que a linha de água é o próprio caminho, portanto, estes constrangimentos, todos, é normal que a análise e a emissão de pareceres sejam mais demorados, depois, é verdade que já poderia ter sido agendada uma reunião, se calhar, falavam todos ao mesmo tempo das infraestruturas, dos acesso de urbanismo, do planeamento e, se calhar, numa reunião tipo concertação, já se podia ter dado alguma explicação à sua equipa técnica e, possivelmente alguns documentos solicitados poderiam ter sido instruídos de outra forma. Refere ainda que teve a preocupação de consultar o processo e sabe as correções que estão a fazer, são pequenas correções, portanto, muito em breve, haverá condições para deferir a arquitetura, assim que o seu técnico apresente as correções e, depois, a partir daí, têm de tentar resolver o problema infraestrutural, para o qual a autarquia está empenhada em preservar o conceito que o Sr. Sérgio Cruz apresentou, mas em relação aos apoios financeiros a autarquia não pode atribuir, mas pode dar um apoio técnico e uma atenção política que, aliás, foi o que fez, assim que percebeu a complexidade deste processo. Os apoios financeiros pode adquirir através das candidaturas, porque nos processos das candidaturas também podem ser emitidas declarações a referir que o processo está em licenciamento, ou que está em fase de consulta às entidades, portanto, essa situação também é passível de se resolver. Quanto à disponibilidade para fazer a visita, tem todo o gosto em agendar a visita e reunir no local com o Sr. Sérgio Cruz, para explicar no local algumas questões que supõe que o técnico quando receber a esta última informação detalhada, possa esclarecer algumas questões, porque quem lhe fez o levantamento topográfico, naturalmente que assinalou construções que lá existiam, porque a autarquia não iria pedir a demolição de construções que não existam e, se não estão lá agora, enfim, isso, não tem como saber.

O **Sr. Sérgio Cruz** refere que ficou um pouco baralhado.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Sérgio Cruz afirmou que a autarquia lhe exigiu a demolição de construções que não existiam.

O **Sr. Sérgio Cruz** refere que constam no levantamento topográfico como ruínas.

O **Sr. Presidente** esclarece que se havia ruínas, significa que havia uma construção e essa tem de desaparecer por completo, aliás, as questões que está a colocar, por exemplo, relativamente à Autoridade Tributária, esse valor partiu de avaliações que não são feitas pela autarquia e que estando mal feitas, o Sr. Sérgio Cruz tem o dever e o direito de reclamar e, talvez seja por isso que precisa da licença de demolição, porque com a demolição esse edifício antigo desaparece e é retirado do valor patrimonial. Portanto, pede desculpa por não ser possível trabalhar mais depressa e, de facto, tem havido alguns desencontros, mas também não considera justo que parta do pressuposto que a autarquia não tem dado a devida atenção ao processo, um processo que pela sua natureza e localização é problemático. Recorda que desde o primeiro momento em que falou com o Sr. Sérgio Cruz, foi-lhe referido que era um investimento almejado no concelho e até colocaram o Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética e a Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Pública a estudar a questão da estrada em plástico reciclável e perceber se em Portugal, há alguém que queira fazer essa experiência, de preferência uma empresa do concelho, porque até há soluções mistas de betuminoso que tem granulado em plástico, portanto, de facto, houve aspetos que não foram bem tratados tecnicamente, no início, mas aquela questão que lhe foi referida, foi tentar explicar ao Sr. Sérgio Cruz que, se a Sra. Vereadora deferisse aquele projeto de arquitetura em área livre verde urbana, perdia o mandato, porque era um ato nulo e uma violação do Plano Diretor Municipal e acrescenta que a autarquia aceita a pressão, aliás, é legítima até certo ponto, mas a autarquia não pode deferir uma situação, só porque é pressionada, tem de se reger pela legislação e regulamentos em vigor.

O **Sr. Sérgio Cruz** no início pediu para ser chamado a atenção se referisse algo que estivesse enganado e, é verdade, reconhece o empenhamento da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho e os esclarecimentos que foram feitos agora, corresponde tudo à verdade e depois, desta conversa, refere que não tinha conhecimento deste envolvimento e, tal como o Sr. Presidente referiu, se já tivesse existido uma reunião, estaria mais tranquilo e esclarecido, portanto, não tinha noção do envolvimento dos serviços da autarquia e, como tal, em desconhecimento estava a concluir a pior das situações, porém, em momento algum referiu que não estivessem a ter empenhamento e sem esse conhecimento, sentiu que a situação estava parada.

O **Sr. Presidente** em relação à visita, refere que há disponibilidade para visitar e reunir no local e reitera que o investimento do Sr. Sérgio Cruz é bem-vindo, irá ser um investimento de referência no concelho. No entanto, quando apresenta num projeto que pretende construir muros em garrafas de plástico, se consultar o RJUE e às normas técnicas sobre a construção de

muros, irá perceber que não encontra esse tipo de construções regulamentadas, portanto, por essa razão, está a ser estudado como é que se pode considerar esse tipo de construções e por outras questões igualmente técnicas, mas muito complexas, propõe que se agende uma reunião também com o técnico do Sr. Sérgio Cruz para que seja tudo muito bem explicado e não dê azo a mais questões, que só vão demorar ainda mais o andamento do processo. Conclui que a densidade do trabalho e com algumas questões de comunicação agravadas por estas distâncias por causa da pandemia e do teletrabalho tem-se verificado alguns atrasos, mas também têm sido despachados muitos processos, enfim, considera que a situação tem solução.

O **Sr. Sérgio Cruz** independentemente de tudo o que disse aqui, refere que quer fazer parte da solução, mas é provavelmente a pessoa que no meio disto tudo, é a que tem menos conhecimentos técnicos, de prazos e alguns termos, por isso pede que seja informado, sempre que possível, sobre esta dinâmica, para ficar mais tranquilo.

O **Sr. Presidente** refere que a autarquia não quer arranjar entraves a ninguém, mas existem processos que são lineares e outros que são extremamente complexos como é o caso do processo do Sr. Sérgio Cruz.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que para a questão da iluminação pública, já foi solicitado prolongamento.

Não é audível o final da intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço porque não ligou o microfone, como tal, não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que em relação ao caminho, possivelmente alguns proprietários confinantes ao terreno do Sr. Sérgio Cruz, vão ter de rever as suas vedações e afastamentos, até porque é para benefício de todos, aliás, ninguém ganha nada com o caminho estreitado, portanto, estão todos a tentar trabalhar numa solução que tem já da parte da administração muita compreensão e propostas alternativas pela positiva.

O **Sr. Sérgio Cruz** destaca que a Eng.^a Rita Crespo e uma Arquiteta da qual não se recorda o nome, na 2ª ou 3ª fase, todas as propostas que deram como opção, optou juntamente com o seu técnico acatar e seguir em frente, portanto, todas as informações e esclarecimentos que têm sido dados, têm sido compreendidos e incorporado no projeto.

O **Sr. Presidente** refere que esta semana ainda, o Sr. Sérgio Cruz será contactado para agendar a reunião.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que no atendimento que realizou com o Sr. Sérgio Cruz foi referido, verbalmente que em relação à questão da arquitetura estava tudo sanado, ou seja, a notificação que irá receber, informará que está aprovada a arquitetura, condicionada às observações técnicas desta outra unidade orgânica que está relacionada com as especialidades e, tal qual como o Sr. Presidente referiu, o terreno está no fim ou no limite do perímetro urbano onde não há infraestruturas, portanto, quem investe tem a obrigação de

criar essas infraestruturas, ou seja, a auto-infraestruturação, uma questão que foi explicada ao Sr. Sérgio Cruz e, em relação à eventual parceria da autarquia, propôs nessa reunião que o requerente avaliasse os custos das soluções de infraestruturas por si preconizadas e necessárias e que avaliar-se-ia, também, do ponto de vista do interesse público quem é que serve mais e só depois, haverá lugar a uma 2ª fase de discussão. Portanto, o Sr. Sérgio Cruz irá receber uma informação que, por se tratar de uma comunicação longa e muito técnica, acrescenta que, em caso de dúvida sobre a mesma, os serviços estão disponíveis para colaborar a esclarecer esses aspetos técnicos que não são fáceis de assimilar

O **Sr. Presidente** refere que a realização de uma reunião é imprescindível.

O **Sr. Sérgio Cruz** volta a pedir desculpa se referiu alguma situação menos agradável, mas foi também por desconhecimento.

Sr. Jorge Freire (2.)

O **Sr. Jorge Freire** cumprimenta os presentes e refere que reside na freguesia de Palmela, em Aires, na Quinta das Asseadas e o assunto que vem expor está relacionado com a falta de rede de esgotos domésticos, em Aires, na zona sul e poente e dá conhecimento ao executivo municipal que foram feitos pedidos de esclarecimentos dirigidos ao Sr. Presidente, no mês de abril, precisamente no dia 4 e com uma recordatória no dia 28 de abril que, ainda não teve qualquer resposta. Portanto, vai passar a ler o pedido de esclarecimentos que pediu à autarquia: *"De acordo com os elementos transmitidos na reunião pública de apresentação de resultados do projeto de participação cidadão "Eu Participo" munícipes 2020, ocorrida em 11 de janeiro último, a proposta B da freguesia de Palmela, designada por rede de esgotos na Avenida António Velge, Quinta da Glória, EN-252 e Quinta das Asseadas, foi votada pelos concidadãos em 2º lugar, com 23,7% dos votos nas propostas apresentadas. Nessa sessão pública, Vossa Excelência informou claramente e sem deixar margem para dúvidas que esta obra já estava prevista nos objetivos da Câmara de Palmela e que parte dela, já estaria em curso, correspondendo a uma 1ª fase, com a intervenção na zona nascente da Estrada Nacional 252 abrangendo a Rua Arlete Lima do Vale de Setúbal, Capitão Salgueiro Maia e a Avenida Padre Nabeto e que quanto às restantes áreas urbanas, nomeadamente o troço de 252, Avenida António Velge entre o Portal Branco a Norte, e as bombas da Repsol a sul, a Quinta da Glória e a urbanização da Quinta das Asseadas iriam ser intervencionadas numa 2ª fase, de que já haveria projeto, incluindo medições, não estando dependente da futura construção de qualquer emissário pela Simarsul, o que tem justificado, sistematicamente o adiamento da obra. Referindo ainda, que havia algumas questões a resolver com o traçado do coletor em terrenos particulares. De acordo com as informações que me foram entretanto, transmitida pelos serviços competentes da autarquia e que anexa, foi informado que a 2ª fase, ainda em projeto, incluirá só o lado poente da EN-252, entre Miraventos, antiga cubata e a Quinta Tomé Dias, não*

podendo, por questões relacionadas com a limitação do caudal no ponto de entrega no município de Setúbal englobar outras zonas urbanas, ou seja, não há projeto, nem previsão de obra para a proposta B da freguesia de Palmela, designada por rede de esgotos Avenida António Velge, Quinta da Glória, Estrada Nacional 252 e Quinta das Asseadas votada pelos concidadãos da freguesia, em segundo lugar, contrariando a informação que Vossa Excelência transmitiu em público, sobre o assunto. Face ao exposto e caso se confirme o facto, de facto, esta situação, ou seja, a informação pública transmitida janeiro passado, não corresponde à verdade dos factos e, no meu ponto de vista, no mínimo, os munícipes, através do site da autarquia deverão ser amplamente informados com dados objetivos sobre a realidade do problema e sem meias verdades, que só induzem à confusão e a uma má interpretação por parte dos inúmeros munícipes diretamente interessados nesta necessária à obra.” Portanto, nesta reunião pública solicita uma posição clara da autarquia, se vai haver obra, se há ou não projeto, tanto mais, que teve conhecimento hoje, porque assistiu em direto, em casa, ao início desta sessão que ia ser dado início ao “Eu Participo” 2021, no dia 26 de maio, na freguesia de Palmela, portanto, era de todo o interesse que as pessoas soubessem, todos aqueles moradores que estão interessados nesta obra, soubessem o que se passa, porque ficaram convencidos que o assunto estava resolvido e pelos vistos não está.

Saída da reunião do Sr. Vereador Luís Miguel Calha

Nesta altura, cerca das dezoito horas e dois minutos, regista-se a saída do Sr. Vereador Luís Miguel Calha.

Em relação à intervenção do Sr. Jorge Freire (2.), o **Sr. Presidente** refere que a resposta ao email está elaborada desde o dia 29 e não seguiu, porque entretanto tomaram conhecimento que o Sr. Jorge Freire viria à reunião, portanto, irá dar a resposta aqui, sem prejuízo da mesma seguir depois por escrito. Portanto, com efeito, em 1º lugar, esclarece que a votação da cidadania, relativamente a esse projeto é justa e, do ponto de vista do compromisso do projeto “Eu participo”, que é um projeto de natureza consultiva, o município assume em 1º lugar executar a primeira opção, tem vindo, felizmente a incorporar muitas outras, às vezes até a 4.ª e 5.ª opção no seu programa de mandato, tal como esta, tem estado previsto avançar com o seu programa. O Sr. Jorge Freire tem razão, porque quando se referiu esta obra, naquela altura, não se referiu com exatidão aquilo que, efetivamente estava englobado nesta 1ª fase da empreitada e nesta que está a decorrer, na qual o Sr. Jorge Freire citou as ruas da parte de cima, é a solução para as águas pluviais, junto à linha de água que crê estar perto da moradia do Sr. Jorge Freire e que é uma obra requerida há muito e, que o município teve de licenciar na APA e que, apesar de ser uma obra de natureza de águas pluviais, foi colocada nesta 1ª fase e será executada muito em breve. Depois, assume o equívoco.

O **Sr. Jorge Freire** refere que isso não vai resolver o problema.

O **Sr. Presidente** refere que não sabe se vai ou não resolver.

O **Sr. Jorge Freire** refere que já teve a oportunidade de explicar que vai melhorar, mas não vai resolver o problema, porque as águas que correm na Avenida da Glória, correm nas bermas com um aqueduto que dista cerca de 50 metros, portanto, as águas atravessam toda a estrada municipal e, quem mora ali, basta passar por lá quando chove para poder ver o que realmente se passa.

O **Sr. Presidente** refere que vão esperar que a solução hidráulica funcione, obviamente, não é uma opção política, é uma opção técnica e acredita que o Sr. Jorge Freire, o município tem os seus técnicos, enfim, acredita que é preciso ver para crer e que há ali outras questões do projeto com grelhas de sumidouro, portanto, confessa que não tem competência técnica para discutir este aspeto, muito menos com o Sr. Jorge Freire que é técnico da área. Relativamente a comunicação que fez, tinha subjacente, quando referiu aos munícipes que estava incluído e, de facto, as traseiras daquela zona de Miraventos com a ligação a Setúbal, ao emissário das Águas do Sado, da qual o município obteve autorização, mas até a um determinado caudal. De facto, aquilo que é necessário fazer para contemplar a Quinta da Asseca, não tem sequer projeto, foi aquilo que os senhores votaram, mas não tem projeto feito e o que acontece, na sequência dessa insistência e que referiu ao Sr. Jorge Freire, é intenção do município, avançar com o projeto. Referiu ao Sr. Jorge Freire que havia um projeto feito, mas era para a 2ª fase e esse foi o equívoco, que é a parte das pluviais, portanto, a parte que o município pretende envolver, não vai ser numa 2ª fase, terá de ser numa 3ª fase e, se, de facto, o município fala disto há alguns anos.

O **Sr. Jorge Freire** refere que reside ali há 30 anos e há 30 anos que espera por essa obra.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Jorge Freire sabe aquilo que lhe tem sido dito e tem sido feito e, obviamente que o município optou por avançar para ali, mas não conseguiu elaborar um caderno de encargos para fazer um projeto para a outra parte, sem saber o ponto de entrega. Refere que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, recentemente, voltou a insistir com a Simarsul, para que colocasse no seu plano plurianual de investimento, a construção de um emissário. Porque, esta questão de Setúbal aderir ou sair da Amarsul e das águas do Sado, só vai ter solução em 2022/3, com o fim da concessão da Simarsul e, o município pretende que a Simarsul diga se vai ou não construir um emissário e uma ETAR, onde, uma vez que é para servir 2 concelhos, para que possam saber onde é que vai ser o ponto de entrega. A outra solução que o Sr. Jorge Freire também conhece, sustentada em 2 ou estações elevatórias, é tecnicamente questionável e financeiramente insustentável para aquilo que se pretende resolver, sendo que a solução de fundo, que o município pretende, até permitia ir além da Quinta das Asseadas, ou seja, ir até à Quinta da Asseca que, também funciona, neste momento, com 2 ETAR compactas. Portanto, lamenta pela forma como se exprimiu naquele

dia, porque ainda não há condições e, é isso que vai dizer no “Eu participo”, porque faz sempre o ponto de situação de cada um dos projetos e vai acrescentar que está a ser equacionada a hipótese do projeto, mas só quando se conhecer onde será o ponto de entrega.

O **Sr. Jorge Freire** refere que existem ali cerca de 80 casas e as pessoas estão convictas que, finalmente o projeto ia avançar.

O **Sr. Presidente** refere que está disponível para falar com as pessoas, no local, mas a Sra. Diretora de Departamento Dra. Teresa Palaio trouxe a informação assim que tomaram conhecimento da inscrição do Sr. Jorge Freire, porque enquanto Presidente da Câmara Municipal de Palmela, tem a responsabilidade comunicar questões de natureza técnica que não domina na perfeição e o mapeamento do que está a ser feito e, até para esta 2ª fase, o município encontrou algumas dificuldades por causa de terrenos de terceiros que contrapuseram operações urbanísticas que não tem enquadramento possível, naqueles termos, por questões de respeito pelo Ordenamento do Território e por aquela área já estar consignado em termos de ecossistema, na revisão do PDM, portanto, estão a ser encetadas negociações no terreno a passagem pelos quintais de alguns particulares que, parecem demonstrar alguma disponibilidade para isso, para evitar maiores delongas. Depois pede à Dra. Teresa Palaio para poder explicar ao Sr. Jorge Freire o que está gizado para aquela zona.

O **Sr. Jorge Freire** refere que já falou com o Eng.º Luís Benzinho e outros técnicos e é por isso que sabe que a parte de Miraventos não estava incluída na petição que os moradores fizeram, porque Miraventos, não pertence ao núcleo urbano de Aires.

O **Sr. Presidente** refere que por isso mesmo referiu que Miraventos ficaria contemplado numa segunda fase e quando lhe falaram da Quinta das Asseadas por causa das águas pluviais, sem querer, incorreu no erro sobre essa matéria. Mas o compromisso para com os cidadãos mantém-se, o município mantém a vontade de avançar com o projeto para poder programar a obra, mas é necessário saber onde poderá ser feito o ponto de entrega, uma vez que o emissário de Setúbal não o permite.

O **Sr. Jorge Freire** refere que afinal, estão no mesmo ponto de situação que estavam há 5 ou anos., desconhecendo qual o destino

O **Sr. Presidente** refere que ainda estão bloqueados e pode ser feita uma análise prévia, porque já começou a ser feita, mas ainda é muito empírica, ou seja, das sucessivas estações de bombagem, portanto, nesse caso, teria de envolver também a Quinta Tomé Dias e, depois, em 2 ou 3 estações elevatórias para bombear para a ETAR de Aires.

O **Sr. Jorge Freire** refere que não vai discutir aqui projetos, porque há sempre mais do que uma solução quando querem abordar um problema e a questão das múltiplas bombagens não é uma ideia única no concelho, aliás há vários sistemas desses no concelho, até porque chegou a participar em vários projetos nesta área, em saneamento básico para o concelho de Palmela e

outros concelhos, no entanto, são mais onerosas por acrescentam um problema energético dos equipamentos. Depois, refere que está preocupado porque trata-se de uma zona que está a 2 km da sede de concelho e a 2 km da capital de distrito e, ao fim de 30 anos, ainda não tem saneamento. Portanto, dá impressão que ali, estão a viver no início da década de 60 do século passado, ou seja, é um problema que se arrasta há anos, sem nenhuma solução à vista e sempre dependentes de terceiros.

O **Sr. Presidente** refere que, em primeiro lugar, o direito de construção naquelas zonas, teve sempre subjacente a auto-infraestruturação e, em segundo lugar, uma futura ligação a uma rede de emissários que, obviamente é construída em alta e depende do investimento do sistema multimunicipal. Recorda que chegou a ver esse emissário no plano de investimentos de 2010 onde, inclusivamente, quando cá chegou como vereador, foi colocada à obra em baixa para essa zona e esteve num empréstimo, mas a Simarsul, com dificuldades financeiras e as autarquias também, porque, nessa altura, tinham dívidas, a solução para a Simarsul manter aquele plano de investimentos onde tinham o emissário de Setúbal, era integrar o sistema em Setúbal, uma solução que foi discutida por todos os municípios e, estender a concessão por mais 50 anos, porque era a forma da Simarsul garantir o investimento, mas acabou por não ser possível e recorda-se que esta obra esteve incluída num empréstimo, que o município não executou na totalidade, porque o emissário não avançou uma vez que a Simarsul recuou e porque, depois a autarquia ficou sem capacidade para pagar o empréstimo, dada a conjuntura financeira que viveram entre 2010 e 2013.

O **Sr. Jorge Freire** refere que se esta situação se mantiver ad eterno, tem de se encontrar uma solução, porque já falam sobre isto há cerca de 10 anos, é inadmissível estar no século XXI e, ainda haver 80 famílias sem saneamento e não há ali habitação dispersa.

O **Sr. Presidente** refere que aquelas construções foram autorizadas com aquele conceito de um pequeno loteamento.

O **Sr. Jorge Freire** refere que do ponto de vista urbanístico, foi uma má solução, mas o que há.

O **Sr. Presidente** refere que tem de se viver com a história, mas é preciso arranjar soluções para este problema no concelho.

O **Sr. Jorge Freire** refere que quando ouviu o Sr. Presidente a dizer que o problema da Simarsul está ultrapassado, ficou feliz, porque, finalmente um problema com 30 anos tinha uma solução.

O **Sr. Presidente** refere que não disse que o problema da Simarsul estava ultrapassado, mas sim, que tinham encontrado uma solução para ligar o Setúbal, mas, de facto, não era esta e, sim a da 2.ª fase.

O **Sr. Jorge Freire** refere que transcreveu as palavras do Sr. Presidente que referia o seguinte: “não estando dependente da futura construção qualquer emissário pela Simarsul”. Afinal, falava de Miraventos e a questão que estavam a discutir era para uma outra zona.

O **Sr. Presidente** refere que irá fazer esse esclarecimento publicamente e também tem interesse em conhecer outras propostas, outras soluções para aquela zona, porque, de facto, não é adepto de ETAR's compactas.

O **Sr. Jorge Freire** refere que, tecnicamente o território pode ser fracionado e podem arranjar soluções pontuais para cada parte do território. Portanto, pode optar-se pela solução que existe na Quinta da Asseca.

O **Sr. Presidente** reitera que o município não é adepto de ETAR's compactas, porque dão muitos problemas.

O **Sr. Jorge Freire** refere que é verdade, dão problemas, mas por vezes, são as únicas alternativas que existe

O **Sr. Presidente** refere que não sendo possível ligar a um emissário, de facto têm de encerrar o assunto, por que de outra forma, vão estar mais 5 ou 10 anos à espera da Simarsul. Portanto, refere que vão voltar a falar sobre esse assunto, de uma forma mais técnica também, para tentar encontrar uma solução e ver o que é possível fazer, até porque o município está a fazer um investimento de 3 milhões e meio em saneamento e, se o Sr. Jorge Freire consultar as empreitadas, em várias zonas, obviamente, que não quer deixar aquela zona de fora, portanto, se não for por esta via, vão estudar outra.

O **Sr. Jorge Freire** refere que ficou muito surpreendido com as obras que estão a ser feitas no lado nascente da EN-252, na Rua Arlete Lima, porque essa é a zona menos densa do ponto de vista habitacional, tal como a Quinta da Glória que tem cerca de 20 habitações, mas há muito mais habitantes a necessitar, na Quinta das Asseadas, sobretudo, ao longo da EN-252, mas percebeu que há 2 projetos, que um estava dependente do outro e que este, era aquele que era necessário fazer numa 1.ª fase. Mas depois da resposta que recebeu dos serviços técnicos da autarquia, ficou absolutamente desiludido, ou seja, voltaram à estaca zero.

O **Sr. Presidente** esclarece que aquela fase que está em curso vai ligar a Aires e a outra parte é a que vai dar a Setúbal. Portanto, refere que o município irá marcar, oportunamente uma conversa e convida o Sr. Jorge Freire a estar presente.

. Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela – O Sr. Presidente informa que vai realizar-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela no próximo dia 13 de maio, às 20.30 horas, no Auditório Municipal de Pinhal Novo.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e vinte minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco